

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 898
7 de Março de 1991
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir. **PCP** Com. 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



partido necessário projecto de futuro

1921-1991 70 anos de luta ao serviço do povo e de Portugal

No limiar do século XXI, neste tempo de dúvidas e esperanças, de inquietações e anseios, orgulham-se de poder dizer ao povo português, que, tal como durante 70 anos, pode confiar num Partido que os viveu lutando, num Partido para o nosso tempo, no Partido Comunista Português.

Da resolução do CC (1.2.91) sobre o 70.º aniversário do PCP.

COMÍCIO

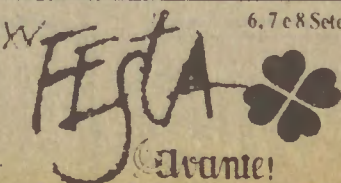
Sábado, às 15 horas, no Campo Pequeno

O comício será presidido por Octávio Pato, do Secretariado do CC do PCP, e contará com as intervenções de Helena Vinagre, da DORS, Florival Lança, da DORL, Manuel Coelho, da JCP, e encerrará com a intervenção de Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

Antes do comício, actuarão: Rancho Folclórico de Danças e Cantares do Bairro Janeiro/Amadora, Grupo Coral Alentejano da Sociedade Filarmónica Recreativa Artística da Amadora e a Orquestra Ligeira de Pinhal de Frades/Seixal. Leitura de poemas de Ary dos Santos, Armindo Rodrigues e José Gomes Ferreira.

A EP da Festa do «Avante!» já está à venda!

6, 7 e 8 Setembro 1991



Encontro PCP-POSH

Em visita a Portugal, a convite do CC do PCP, uma delegação do Partido Operário Socialista Húngaro (POSH) encontrou-se com uma delegação do Partido Comunista Português. A delegação do POSH era dirigida pelo seu Presidente, camarada Gyula Thurmer, e composta pelos camaradas Sandor Nyiro, Vice-Presidente, e Miklos Toth, Chefe da Secção de Imprensa. Os camaradas foram recebidos por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, por Carlos Aboim Inglez, da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Secção Internacional

Para resistir ao impacto do Mercado Único e da liberalização

...TAP não pode...
...depois de 70 anos...
...de luta...
...de resistência...
...de luta...
...de resistência...
...de luta...
...de resistência...

TAP deve permanecer no sector público



Alberto Lima, director da TAP



AS GREVES NO SÃO CARLOS DEPOIS DOS MÚSICOS TODA A COMPANHIA

o silêncio da música

...reintegrados de greve do São Carlos...
...de greve...
...de greve...
...de greve...
...de greve...
...de greve...
...de greve...
...de greve...

...Estruturação que tem a...
...de greve...
...de greve...
...de greve...
...de greve...
...de greve...
...de greve...
...de greve...

Entrevista no «Avante!»

Em Foco

Preço dos combustíveis, Câmara Municipal de Lisboa,

inquérito ao Ministério da Saúde, 70.º aniversário do PCP

Comunicado da Comissão Política

A Comissão Política do Comité Central do PCP reuniu no dia 4 de Março, tendo apreciado a evolução da situação política e social do País e o anúncio do cessar fogo no Golfo.

A Comissão Política avaliou desenvolvimentos recentes da actividade do Governo, concluindo que no momento presente essa actividade é fortemente influenciada por objectivos decorrentes da estratégia do PSD para as eleições legislativas.

Paralelamente, a Comissão Política do PCP constatou que o Governo prossegue a tentativa de liquidar conquistas democráticas do povo português (pacote laboral, privatizações, governamentalização da comunicação social, etc.) e que questões sociais prioritárias para o bem-estar dos portugueses, como a da Habitação, a da Saúde e a da Educação, continuam a agravar-se por omissões da política e da acção governativa.

1. É na perspectiva da estratégia eleitoralista do Governo que tem de ser encarada a limitada baixa de preços da gasolina e do gasóleo anunciada pelo Primeiro-Ministro.

Como o PCP tem afirmado e demonstrado, o Governo continua a usar, de forma politicamente desonesta, o pretexto da situação no Golfo para manter os preços dos combustíveis a níveis exageradamente elevados que a realidade económica do mercado petrolífero não justifica.

De facto, constata-se que se o Governo mantivesse os impostos sobre os combustíveis ao nível de Julho de 1990 - e ao nível médio que o próprio Governo definiu no Orçamento do Estado para 1991 - os preços da gasolina e do gasóleo não só não deveriam ter sido aumentados como o foram, como, no momento presente, deveriam ter baixado 17\$00 e 7\$00, respectivamente.

É a estratégia eleitoralista do Governo, a «preparação metódica» de novas reduções de preços em momentos mais próximos do acto eleitoral, que explica as insuficientes baixas de preços agora anunciadas. Ao mesmo tempo que o Governo vai, entretanto, cobrando aos consumidores uns milhões de contos de impostos a mais que os previstos no Orçamento - que poderiam de imediato dar respostas a questões sociais urgentes (habitação social, aumento das prestações sociais e reformas mínimas a 55% do salário mínimo nacional, ...) - mas que Cavaco Silva subordina a cálculos eleitoralistas deixando para a proximidade das eleições a concessão de algumas benesses.

O PCP acusa e condena o Governo pela prática inaceitável de colocar o Estado ao serviço da sua estratégia eleitoral, e insiste em que os actuais preços dos combustíveis líquidos se mantenham a nível demasiado elevado e que os preços do gás doméstico em garrafas, perante a passividade do Governo, continuam a um nível manifestamente especulativo.

Ao mesmo tempo, o PCP alerta para o facto de a crise do Golfo ter chamado a atenção para a grande vulnerabilidade do sistema energético do País, cuja dependência do petróleo se mantém praticamente ao mesmo nível que se verificava aquando do último choque petrolífero (1979/1980).

2. Do mesmo modo, a decisão do Governo quanto à nomeação do Comissário de «Lisboa Capital da Cultura» se apresenta intimamente associada aos seus objectivos eleitorais.

A nomeação de Marcelo Rebelo de Sousa para Comissário para «Lisboa Capital Europeia da Cultura em 1994», é uma medida que se insere na política de confronto institucional do Governo de Cavaco Silva.

Tal nomeação, motivada por exclusivos interesses partidários, deixa mais clara a insistente partidização dos cargos políticos e das representações do Estado por parte do Governo do PSD.

Pretendendo afastar a Câmara Municipal de Lisboa de um processo onde ela deve ter um papel decisivo, o Governo actua, mais uma vez, à margem dos interesses da popu-

lação da Cidade e em inaceitável desrespeito pelos seus legítimos representantes.

3. A Comissão Política condenou a grave tentativa do PSD para impor pela força da sua maioria o termo abrupto da Comissão de Inquérito Parlamentar ao Ministério da Saúde.

O objectivo do partido do Governo é claramente abafar as conclusões do Inquérito Parlamentar. Por isso, quer impedir as audições pela Comissão da ex-Ministra Leonor Beleza e do ex-Secretário de Estado, Costa Freire, previstas desde o início do funcionamento da Comissão e quer impor um único relator do PSD afrontando anterior deliberação da Comissão que estabelece a existência de três relatores dos principais partidos - PSD, PS e PCP.

É significativo que esta atitude do PSD se verifique quando recentes declarações feitas em nome do ex-Secretário de Estado apontam para novos desenvolvimentos do processo.

Os esforços do PSD para fechar à viva força o Inquérito ao Ministério da Saúde confirmam que não têm credibilidade as tentativas para apresentar o ex-Secretário de Estado como o «bode expiatório» único pelas situações de ilegalidade e corrupção existentes no Ministério.

Em termos políticos, pelo menos, é impossível ilibar de responsabilidades não só a ex-Ministra, mas o Governo no seu conjunto, com destaque para o próprio Primeiro-Ministro.

A Comissão Política apreciou positivamente as iniciativas já tomadas pelo Grupo Parlamentar do PCP conjuntamente com os outros partidos da oposição na Assembleia da República, para denunciar e combater as posições do PSD em relação ao Inquérito ao Ministério da Saúde, e pronunciou-se favoravelmente ao desencadeamento de novas iniciativas que permitam um maior esclarecimento das responsabilidades.

4. A Comissão Política do PCP analisou a situação da Habitação em Portugal, constatando que esta continua a agravar-se e que o Governo, principal responsável por este agravamento, continua a demitir-se da consideração do problema habitacional como um dos mais sérios e graves com que o País e os portugueses se confrontam, e a não adoptar medidas que permitam perspectivar a sua resolução a prazo.

Com base nos elementos oficiais disponíveis, constata-se que a produção de novos fogos habitacionais (menos de 36000 por ano) se encontra ao nível de 1985, sendo certo que a situação económica do País é hoje bastante diferente. Acresce que as perspectivas para o futuro próximo são ainda mais negras, quer porque o número de licenças concedidas para a construção de novas habitações tem vindo a diminuir, quer porque o Governo tem reduzido drasticamente as dotações orçamentais para a promoção directa de habitação social e para o apoio financeiro à promoção cooperativa.

O Governo limita-se a actualizar valores no âmbito do crédito à aquisição de habitação própria, olvidando que esse crédito é cada vez menos acessível às camadas populacionais de rendimento médio: quer porque se mantêm as limitações ao crédito global a conceder quer porque os preços das novas habitações têm vindo a aumentar a taxas anuais muito superiores às taxas médias da inflação.

O PCP responsabiliza o Governo pelo agravamento da situação e manifesta-se, mais uma vez, no sentido de a questão habitacional dever ser considerada como uma das principais prioridades de um governo democrático a constituir na sequência dos resultados das próximas eleições legislativas, e de que o grave problema da habitação em Portugal só pode ser resolvido no quadro de uma estratégia global de desenvolvimento económico e social do País e da complementariedade da promoção pública, cooperativa e privada da habitação.

5. Tendo debatido diversas questões relativas à preparação da intervenção do Partido nas próximas eleições legisla-

tivas, a Comissão Política aprovou as linhas gerais do processo de elaboração do Programa a apresentar pelo PCP ao eleitorado.

No quadro das grandes orientações consagradas no Programa do PCP para uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI, o Programa do PCP para as Eleições Legislativas integrará e articulará o conjunto de compromissos e propostas do PCP para a próxima legislatura e as suas propostas para a definição de uma nova política governativa.

O processo de elaboração do Programa do PCP para as eleições legislativas, da responsabilidade da Comissão Política, incluirá a contribuição de diversos sectores e áreas de actividade do Partido, com a realização de iniciativas públicas de reflexão sobre problemas da vida nacional e a realização de um vasto conjunto de encontros e audições com organizações e estruturas sociais e de várias iniciativas de diálogo com independentes.

A Comissão Política encarregou o camarada Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do PCP, de coordenar os trabalhos de elaboração do Programa Eleitoral do PCP para as próximas legislativas.

6. Analisando a situação decorrente da guerra do Golfo, o PCP reafirma que tinha sido possível uma solução negociada do conflito, partindo sempre do pressuposto que o Iraque devia retirar do Kuwait.

O PCP considerou que por mais difíceis que fossem os obstáculos para encontrar uma saída negociada, tudo devia ter sido feito para impedir a guerra.

O PCP lamenta a perda de dezenas de milhares de vidas humanas e as enormes destruições no Iraque e no Kuwait, as quais podiam e deviam ter sido evitadas.

A brutal destruição do Iraque, ultrapassando as próprias resoluções do Conselho de Segurança da ONU, mostram com clareza que as intenções dos EUA visaram no fundamental impor a sua hegemonia e do seu mais fiel aliado, numa região com enormes recursos petrolíferos.

É ainda cedo para avaliar toda a extensão destruidora deste conflito e todas as suas consequências na arrumação de forças no Médio Oriente e no mundo.

Entretanto, a guerra não deu nem poderia ter dado solução a nenhum dos graves e complexos problemas acumulados na região, a começar pelos resultantes da ocupação por Israel dos territórios árabes, em violação flagrante das resoluções da ONU. A paz será efémera se os principais problemas do Médio Oriente - Palestina, Líbano, Israel - não forem resolvidos.

O PCP pronuncia-se pela retirada de todas as tropas estrangeiras da região e considera que nada pode justificar o protelamento da convocação de uma Conferência Internacional tendo realmente como objectivo uma paz justa e duradoura no Médio Oriente. Ao mesmo tempo alerta para as manobras que visam consagrar no plano político-diplomático a hegemonia dos EUA na região, impor ao povo iraquiano condições atentatórias da sua soberania e minar a representatividade da OLP.

De novo reafirma que uma paz justa implica o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino e do seu próprio Estado independente e soberano.

O PCP considera que Portugal pode e deve desempenhar um papel positivo para que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente seja finalmente possível.

Criticando uma vez mais a política de expectativa e seguidismo do Governo português ao longo de toda a crise e o seu pretexto para defender a tendência para a profissionalização das Forças Armadas, o PCP continua a exigir de todos os órgãos de soberania uma política orientada pelos interesses nacionais e pela causa da paz, autónoma e independente, que valorize a vertente mediterrânica e de relacionamento com o mundo árabe da política externa portuguesa, solidária com a justa causa nacional do povo palestino.

A Comissão Política do PCP
5 de Março de 1991

**O capitalismo, a revolução tecnológica
e a classe operária**

edições
Avante!

Problemas do Mundo Contemporâneo



PCP

O riso do secretário

Há dias o secretário de Estado do Ambiente, o Macário Correia das *boites*, foi abordado pelo *Diabo* com a seguinte questão: **A queixa-crime movida contra si pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e em que é pedida uma indemnização de 5 000 contos, pode prejudicar o PSD em termos eleitorais?**

Diz o *Diabo* que, do gabinete do secretário de Estado do Ambiente, chegou a seguinte resposta: **Quanto a essa pergunta, o sr. engenheiro Macário Correia riu-se.**

Conhecendo o que se conhece do sr. secretário de Estado, a gente fica sem perceber muito bem de que se ri ele.

Será da pergunta, como, à letra, informa o seu gabinete? É uma hipótese a considerar, dada a reconhecida capacidade do sr. engenheiro em achar graça a coisas tão surpreendentes como fardar-se de ciclista para capas de revista. Mas não levemos o sr. secretário à letra, que assim o exige a dignidade das suas funções. Procuremos vislumbrar-lhe o espírito.

Que é manifestamente jocoso - como já se sabia, aliás, desde que o vimos a saracotear-se no relançamento de uma *boite* que ele próprio fechara, não se sabe se para festejar a abertura se a fechadura. Se calhar foi só por descobrir, num repente, como era bom estar vivo e ser secretário de Estado.

Um espírito que enfrenta tudo a rir - até uma queixa-crime. É obra. Não admira que o homem fosse parar ao Ambiente; com um secretário destes não há verrina que perfume, acusação que perturbe, denúncia que tenha peso: Macário solta uma gargalhada e o Governo está safo.

Acontece que a questão central colocada foi a de saber a opinião do sr. secretário de Estado acerca da possibilidade de a queixa-crime poder prejudicar o PSD em termos eleitorais. Ao rir-se, o sr. secretário de Estado parece acreditar que não. Parece, portanto, convencido que o facto de um membro do Governo dar aso a que outro órgão do poder lhe instaure um processo desta gravidade, não bule minimamente com ele, nem com o executivo e o partido a que pertence. Por isso ri-se, embrulhando na chocarrice a hipótese e a razão dela - a queixa-crime.

Só que ao rir-se da queixa-crime, o engenheiro Macário faz outra coisa.

Ri-se, igualmente, de quem apresentou a queixa - a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Pelo que temos um secretário de Estado do Governo central lidando com outros órgãos do poder, galhofando deles. Que é a mesma coisa que dizer os motivos deles.

Para quem não se lembre, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira instaurou a queixa-crime contra o secretário de Estado do Ambiente por este a ter levemente acusado de ser responsável pela mortandade de peixes ocorrida há meses no rio Tejo; o levemente faz parte da adjetivação com que este município denunciou a atitude de Macário Correia, que avançou a acusação sem estar fundamentado para isso e, ainda por cima, omitindo os alertas e pedidos de intervenção que a autarquia andava endereçando ao Governo muitos meses antes de ocorrer o desastre, solicitando uma actuação urgente que prevenisse o acidente - aliás esperado, dada a quantidade de fábricas que, à beira-rio, iam paulatinamente despejando os seus detritos nas águas do Tejo.

Foi disto que o engenheiro Macário se riu.

Achando que o caso não irá prejudicar o PSD em termos eleitorais.

É o que iremos ver nas próximas eleições. E no julgamento da questão. Esperando que, na altura, o senhor engenheiro Macário Correia conserve a boa disposição e se ria outra vez. Quanto mais não seja para lhe perguntarmos, então: **Ri de quê, sr. secretário de Estado?**

Caso ele ainda seja isso, é claro.

■ HC

Célula dos CTT alerta: Tarifas postais com aumentos de 100%...

Apesar de o Governo, publicamente, ter anunciado um aumento de 9,3% nas tarifas postais, na realidade, na maior parte das categorias de correspondências, o aumento cifrou-se em mais de 100% — alerta o executivo do organismo de direcção da célula comunista dos CTT/Lisboa.

Esta situação — acrescenta aquele organismo do Partido — **resulta da alteração do sistema de classificação de correspondências. Todas as correspondências passam a ser consideradas como cartas, para efeitos de taxaço.**

São atingidos com estas medidas muitos pequenos e

médios clientes/utentes (individuais, empresas, associações diversas, clubes, partidos, etc.) que utilizavam com mais frequência categorias de correspondências (impressos e pacotes postais) mais baratas e que agora vêem aumentados drasticamente os custos pela utilização dos serviços dos Correios.

Correio Azul

Foi introduzida, a partir de 4 de Fevereiro, a modalidade de «Correio Azul». A este tipo de correio será garantida a entrega no dia seguinte ao destinatário, em 95% dos casos, mediante pagamento do dobro da taxa normal.

Até agora 70% do correio era entregue no dia seguinte.

Daqui para o futuro, quem quiser ser servido como até agora, terá que pagar o dobro.

É também uma forma subtil de aumentar os preços — sublinha a célula dos CTT, que conclui: «Mais grave ainda

porque com a introdução do «Correio Azul», cujo volume se prevê atinja 10% do tráfego global até ao fim de 1991, o restante será entregue com mais atraso, deliberadamente.

«Querendo viabilizar e rentabilizar a todo o custo o Sector dos Correios com vista à sua autonomização empresarial, o Conselho de Administração dos CTT, a mando do Governo, vai tomando medidas desta natureza que, na prática, conforme têm afirmado as ORT's da Empresa, se traduzem em prejuízos graves para o carácter público e social do serviço postal.»

Esclarecimento dos bancários

O Organismo de Direcção dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, face à notícia publicada na última página de uma recente edição do semanário «Expresso», sob o título «PSD e PCP negociam nos bancários», vem esclarecer o seguinte:

1. Não é verdade que delegações do PSD e do PCP tenham negociado com vista à formação de uma lista conjunta para as eleições para o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas;
2. Os comunistas estão sempre abertos à discussão com os trabalhadores de quaisquer correntes político-sindicais, na base da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores;
3. É neste âmbito que militantes comunistas bancários estão a debater as próximas eleições sindicais, no sentido de que a futura direcção dos Bancários do Sul e Ilhas possa lutar, em melhores condições, contra os atentados do Governo PSD/Cavaco Silva ao Sector Público Financeiro, a estabilidade do emprego (veja-se o Pacote Laboral) e aos direitos adquiridos pela classe bancária, consignados na Convenção Colectiva do Sector.

Emigração

Pensões: espoliação e injustiça

O Governo decidiu em 21 de Fevereiro de 1991 reformular os critérios por que se rege a atribuição de pensões de natureza social, pelo que passa a ser permitido, a partir de 1 de Julho, a acumulação das prestações.

A Comissão para o Trabalho entre a Emigração do PCP (CPTEE) relembra que os emigrantes e ex-emigrantes beneficiários de pensões do regime de Segurança Social portuguesa e de outro país têm sido vítimas de reduções drásticas no quantitativo mensal que recebem da Segurança Social portuguesa.

De facto, a legislação portuguesa permite-o «quando o beneficiário tenha direito a uma pensão de invalidez ou velhice por mais de um regime de previdência de inscrição obrigatória», Art.º 6 do Decreto-Lei n.º 513-M/79.

Esta disposição colide não só com o teor das informações que as instituições sociais dos países de acolhimento prestam, mas também com o princípio não discriminatório consagrado no tratado de adesão à CEE.

Com a data de 20.04.1990, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei (n.º 510/V) na Assembleia da Repú-

blica que visa acabar com esta injustiça e define um novo regime legal.

A CPTEE entende fazer notar o seguinte:

1. O projecto de lei aguarda ainda agendamento para debate em Plenário, atraso que reside na manifesta má vontade da maioria PSD na AR.

2. Os emigrantes e ex-emigrantes têm recebido prestações mensais de valor irrisório que, quando exportadas, quase não têm tradução cambial, e têm em muitos casos sido forçados a devolver verbas à Segurança Social portuguesa, que teriam recebido indevidamente, que atingem em muitos casos centenas de contos.

Em Portugal, como no estrangeiro, os cidadãos portugueses em causa têm desencadeado diversas formas de protesto, indignando-se muito justamente contra o que consideram uma espoliação e uma injustiça.

A CPTEE do PCP considera necessário que a nova legislação tenha efeitos retroactivos, que seja de imediato suspensa a devolução de verbas e os lesados sejam reembolsados de somas que foram forçados a pagar.

Uma nomeação infeliz...

«Recuperar de uma forma pouco digna aquilo que perdeu, por vontade da população de Lisboa, no dia das eleições» — é assim que a Direcção da Organização da Cidade de Lisboa, do PCP, comenta a recente nomeação do presidente do Comissariado «Lisboa, Capital Europeia da Cultura». Mas vejamos, na íntegra, o teor da posição pública assumida por aquele organismo do Partido.

1. A nomeação, pelo Governo PSD, de Marcelo Rebelo de Sousa — vereador do PSD na CML pela lista derrotada nas últimas eleições autárquicas — para presidente do Comissariado Lisboa, Capital Europeia da Cultura, 1994, constitui mais um acto na escalada de confronto institucional desencadeado pelo Governo desde que PS e PCP iniciaram funções nos órgãos autárquicos da cidade.

2. Esta situação não é única. Muitos outros exemplos são possíveis de dar, nomeadamente no Plano de Desenvolvimento do Metro, na nova Ponte sobre o Tejo, na CRIL, no Chiado, em que a falta de diálogo, a arrogância, são a imagem triste de um Governo que procura, através de uma estratégia mesquinha, sem sentido de Estado, obter «lucros» eleitoralistas.

3. Esta dimensão ética e moral da política é acompanhada por Marcelo Rebelo de Sousa ao tomar posse deste cargo. Quer recuperar de uma forma pouco digna aquilo que perdeu, por vontade da população de Lisboa, no dia das eleições.

4. A Direcção de Lisboa do PCP manifesta o seu profundo repúdio por toda esta situação. Pela nossa parte continuaremos, com empenho e determinação, a dar o nosso contributo para a renovação de Lisboa e para o bem-estar social dos seus habitantes.

PCP

Câmara de Almada O boicote sistemático dos que não trabalham nem deixam trabalhar...

A Comissão Concelhia de Almada do PCP e os eleitos comunistas no concelho de Almada reunidos no passado dia 2, para análise da situação que se vive nos órgãos autárquicos do concelho face ao sistemático boicote provocado por alguns eleitos do PS, decidiram propor as medidas necessárias para que seja ultrapassado o impasse criado.

Com efeito, apesar do protocolo PCP/PS firmado a seguir às eleições, alguns eleitos socialistas, numa estratégia que privilegia claramente os interesses políticos partidários, têm pautado a sua acção pela obstrução sistemática da gestão, quer abstendo-se na tomada de decisões da maior importância para a população — caso do Plano e Orçamento da Câmara para o ano em curso — quer atacando pública e infundadamente a gestão camarária de que são parte. Esta atitude não só viola o protocolo assinado pelo PS e pelo PCP, que atribui a cada força co-responsabilidades na gestão, como denuncia a intenção do PS em procurar retirar dividendos, com intuítos eleitorais e sacrifício dos interesses populares, dos benefícios de ser

ao mesmo tempo «poder» e «oposição».

Como foi referido na conferência de imprensa realizada na final da reunião, os pelouros entregues aos vereadores do PS, Artur Cortês e Leonor Coutinho (que recentemente suspendeu o mandato para regressar à Assembleia da República), têm sido alvo de críticas por parte dos mais diversos sectores; pelouros como o da publicidade, trânsito e rede viária, obras, da responsabilidade do PS, foram criticados na última reunião da Assembleia Municipal. O facto de cerca de 50 por cento da publicidade não estar licenciada; de os semáforos terem estado avariados cerca de meio ano; de o sector das obras não ter intervindo no arranjo das estradas em 1990, o que as deixou

num estado de grande degradação; o facto de pela primeira vez as escolas do concelho terem protestado pela falta de intervenção na conservação da rede escolar — são alguns exemplos dos problemas existentes com os vereadores em causa e pelos quais a Câmara no seu conjunto e os eleitos comunistas não podem responsabilizar-se.

Procurando resolver os problemas criados com uma tal actuação, o PCP propôs insistentemente ao PS a realização de reuniões conjuntas. «Como é nossa prática, acreditamos que seria possível resolver pelo diálogo as divergências existentes, tendo como principal preocupação a defesa dos interesses da população do concelho», sublinham os comunistas de Almada.

O PS não mostrou disponibilidade para o diálogo. Depois de se ter comprometido, no final de Janeiro, a marcar um encontro no prazo de uma semana, chegou até 22 de Fevereiro sem manifestar qualquer intenção de o fazer. Nesse dia, por contacto telefónico com o responsável concelhio do PS/Almada, o PCP propôs ao PS uma data para a reunião, que foi imediatamente recusada. Apesar disso, a Comissão Concelhia do PCP enviou ao PS uma nova proposta de reunião; uma vez mais a resposta foi negativa, o que vem mostrar que o PS não está minimamente interessado na discussão e resolução dos problemas que se colocam — conclui a Concelhia Local do PCP.

Face a esta situação, e a não se verificar por parte do PS uma alteração urgente de atitude e a tomada de medidas que assegurem o cumprimento político do protocolo, a Comissão Concelhia do PCP irá propor aos eleitos comunistas no concelho de Almada que tomem as medidas necessárias tendentes a ultrapassar o impasse criado por alguns eleitos do PS, que não trabalham nem querem deixar trabalhar.

Assembleia na Guarda

• Vieira do Minho e Loures em preparação

Militantes comunistas de várias organizações concelhias estão neste momento empenhados nos trabalhos preparatórios das respectivas Assembleias. Vejamos alguns exemplos: **Guarda** (já no próximo domingo), **Vieira do Minho** (dia 16), **Loures** (dia 23).

A realização da II Assembleia dos comunistas da Guarda visa **alcançar uma dinamização da actividade política da organização com vista a uma maior intervenção nos problemas que afectam a população e o desenvolvimento do Concelho.**

A Assembleia do próximo domingo abordará as propostas para desenvolver o concelho, o trabalho realizado e as medidas para o reforço do Partido.

Será também eleita a nova Comissão Concelhia do Partido.



De todo o País surgem notícias sobre as numerosas iniciativas com que as organizações assinalam os 70 anos de vida e luta do PCP. Na foto, um momento do animado convívio realizado há dias em Algueirão/Mem Martins, em que participou o camarada Dias Lourenço, director do nosso jornal, membro do Comité Central do Partido

Assembleia da República

Governo opta por «planeamento decorativo»

Apreciada em plenário na semana finda, a proposta de Lei Quadro do Planeamento elaborada pelo Governo foi considerada pelo Grupo Parlamentar do PCP como um diploma onde predominam as «deficiências e omissões», incapaz de responder por conseguinte à instituição de um efectivo sistema de planeamento.

Definindo a posição da sua bancada face aos termos propostos na iniciativa legislativa do Governo, o deputado comunista Octávio Teixeira referiu mesmo que dela está ausente «um conteúdo mínimo» que corresponda aos dispositivos constitucionais.

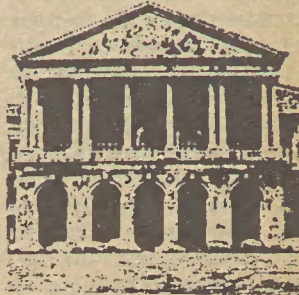
E se as insuficiências e deficiências do ponto de vista do parlamentar do PCP são gritantes quanto à coerência de um qualquer sistema de planeamento que se pretenda reestruturar, mais grave ainda, observou, é que elas correspondam exactamente às lacunas existentes no sistema em vigor, o que equivale a dizer que o Governo as conhece, reconhece-as mesmo, mas por sua vontade política não pretende dar-lhes solução.

Significa isto que o Governo continua a optar por um «planeamento decorativo», como fez questão de assinalar Octávio Teixeira, em detrimento do constitucionalmente consagrado sobre esta matéria: a «planificação democrática da economia como princípio estrutural e enformador da ordem económica e social e a existência de planos económicos no âmbito de uma organização económica mista».

Planeamento que, aliás, é tanto mais importante quanto é certo — lembrou-o Octávio Teixeira — que ele é absoluta-

mente essencial para que sejam prosseguidos objectivos sociais, funcionando os objectivos económicos como um meio para atingir aquele fim. «O planeamento em Portugal coloca-se como uma necessidade objectiva — enfatizou o propósito —, quer para possibilitar um crescimento económico mais célere e integrado, quer para colocar este crescimento ao serviço do desenvolvimento económico e social do País».

Ora a verdade é que o conteúdo da proposta de lei não vai no sentido de concretizar nenhum destes objectivos, desde logo, como assinalou o deputado do PCP, porque não há na proposta qualquer norma que permita ultrapassar a actual «ambiguidade sobre a localização dos centros de decisão da política económica», ou seja, não responde à questão primeira de saber qual a «orgânica ministerial adequada à definição das opções estratégicas para a economia portuguesa, à formulação da política económica numa óp-



tica de desenvolvimento e à sua articulação com a política financeira.

Verberado pela bancada comunista foi, por outro lado, o facto de o sistema decisório previsto no diploma continuar a ser centralizador — «um pecado mortal do sistema de planeamento», segundo Octávio Teixeira —, facto elucidativo quanto ao propósito do Executivo de continuar a assenhorar-se do planeamento regional, quando este, de forma inequívoca, é constitucionalmente da competência do poder regional.

Na base da posição crítica do PCP ao conteúdo da proposta está ainda a circunstância de esta não dar qualquer resposta à questão central dos mecanismos de controlo e avaliação do planeamento, «quer na óptica técnica de controlo e avaliação da execução física dos projectos de investimento público e dos seus resultados, quer na óptica da avaliação política do cumprimento das Grandes Opções aprovadas pela Assembleia da República».

Autonomia financeira dos municípios

Soluções do PS não resolvem

Longe de serem o resultado de um estudo sério e de um debate profundo com as entidades competentes, as propostas preconizadas pelo PS no seu projecto de lei das Finanças Locais, discutido na semana finda em plenário, enfermam de contradições e incoerências, susceptíveis de vir a criar maior instabilidade aos municípios, não corrigir as sucessivas subavaliações do IVA (valor do qual depende o estabelecimento do Fundo de Equilíbrio Financeiro — FEF) e não combater as assimetrias regionais.

Esta a convicção expressa pela deputada comunista Ilda Figueiredo ao definir a posição da sua bancada sobre esta matéria — a autonomia financeira dos municípios —, relativamente à qual o PS não cuidou de fazer o trabalho prévio, o debate e o diálogo alargado que se impunham, envolvendo designadamente a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Ao descurar este diálogo com os municípios sobre uma questão por estes considerada fulcral, a bancada socialista empobreceu assim a reflexão desejada e acabou simultaneamente por trazer ao

de cima as debilidades das soluções por si preconizadas, de onde estiveram significativamente ausentes algumas questões centrais.

A estas se referiu detalhadamente Ilda Figueiredo, começando por chamar a atenção para os aspectos positivos da actual Lei das Finanças Locais que em sua opinião importa salvaguardar, designadamente, a consagração do princípio de que qualquer nova atribuição de competências aos municípios tem de ser acompanhada da inscrição no OE da verba necessária para o seu exercício.

Mas Ilda Figueiredo falou também dos artigos da lei sistematicamente não cumpridos pelo actual Governo, designadamente a não compensação financeira dos municípios pela criação de novas isenções sobre impostos que são receitas municipais e o cálculo do FEF sujeito às contínuas manipulações das projecções do IVA, facto que só nos últimos três anos defraudou as autarquias em 31,7 milhões de contos.

Tivesse havido a serena reflexão que uma questão desta natureza exige, lembrou ainda a deputada do PCP, e os aspectos polémicos da Lei (de que são exemplo os critérios de distribuição do FEF) não deixariam também de estar no centro do debate, obviando assim a que muitas das soluções contraditórias preconizadas na iniciativa legislativa do PS viessem à luz do dia contrariando em vários aspectos objectivos do regime das finanças locais considerados fundamentais pela ANMP.

Assembleia da Republica

Hoje, em debate Atenções centram-se em Timor-Leste

A violação do direito internacional com a ratificação do acordo entre a Austrália e a Indonésia para a exploração das riquezas do mar de Timor-Leste estará hoje em foco nos trabalhos parlamentares. O debate incidirá sobre três projectos apresentados, respectivamente, por ordem de entrada na Mesa, pelo PCP, pelo PS e um terceiro subscrito conjuntamente pelo PRD, PSD e CDS, prevendo-se que no decorrer do debate venham igualmente a lume as violações dos direitos humanos praticadas pela Indonésia sobre o povo maubere.

No texto do seu projecto de resolução, o Grupo Parlamentar do PCP interpreta o recente

acordo firmado entre a Austrália e a Indonésia como um desafio às resoluções das Nações Unidas, que, para além de violar o direito internacional, usurpa a legítima soberania do povo de Timor-Leste sobre os seus próprios recursos naturais, constituindo simultaneamente um novo e grave passo no sentido de confirmar a tentativa de dar foros de facto consumado à anexação de Timor-Leste pela Indonésia.

Nos seus considerandos, o projecto de resolução do PCP chama ainda a atenção para a contínua prática de genocídio exercida pela Indonésia sobre o martirizado povo de Timor-Leste e recorda as responsabilidades de Portugal à luz da

Constituição e do Direito Internacional, enquanto potência administrante daquele território.

Em face disto, o texto de projecto de resolução a submeter à apreciação dos deputados condena de forma veemente o prolongamento desta situação, pronuncia-se por uma enérgica tomada de posição por parte do Governo junto do Secretário-Geral das Nações Unidas e defende que devem ser consideradas todas as formas diplomáticas e judiciais no sentido de contrariar o acordo assinado entre a Austrália e a Indonésia, incluindo a tempestividade e o rigor de um recurso ao Tribunal Internacional de Haia.

PCP prepara diploma Maior igualdade no acesso ao medicamento

O Grupo Parlamentar do PCP tem em fase adiantada de preparação um projecto de lei incidindo na área da política do medicamento, iniciativa com a qual pretende satisfazer as necessidades de saúde dos portugueses, afirmar e desenvolver uma indústria farmacêutica nacional e criar condições de maior igualdade de acesso ao medicamento.

O anúncio desta iniciativa legislativa foi feito pelo deputado João Camilo no decorrer de um debate recentemente realizado sobre idêntica matéria e justifica-se plenamente, do ponto de vista dos seus autores, pelo facto de Portugal ser o país da Europa Comunitária onde os utentes pagam mais pelos medicamentos e

ser um dos que têm maior peso de despesas com medicamentos no orçamento familiar.

Acresce ainda a circunstância de sermos o país onde o nível sanitário é manifestamente inferior à generalidade dos países europeus, mas onde o consumo dos medicamentos é dos mais reduzidos.

O voto favorável dos deputados comunistas ao projecto de lei do PS que estabelece um quadro de benefícios a pensionistas, discutido em plenário há duas semanas, reflecte entretanto a sua apreciação positiva quanto ao conteúdo do mesmo, apesar de o considerar «tímido e limitado», razão esta, aliás, que os levou

a apresentar um diploma próprio, mais completo e abrangente, sobre o assunto.

No articulado do diploma, que tal como o do PS acabou por ser chumbado pela maioria, garante-se aos cidadãos de menores recursos o acesso gratuito a medicamentos para doenças crónicas e outros benefícios, privilegiando-se não apenas os pensionistas com pensões mais reduzidas mas todos os cidadãos portadores de doença crónica cujo rendimento familiar não exceda dois salários mínimos nacionais, sendo casados ou unidos de facto, ou um salário mínimo no caso de serem solteiros, viúvos, divorciados, separados judicialmente ou de facto.

A Beira Interior na AR

Dando cumprimento aos compromissos assumidos com as populações por si contactadas no decorrer das recentes Jornadas Parlamentares do PCP na Guarda e Castelo Branco, os deputados comunistas levaram ao Parlamento alguns dos principais problemas então inventariados, em cuja resolução estão profundamente empenhados.

Nesse sentido, como assinalou na passada semana o deputado Victor Costa, foram já entregues vários requerimentos ao Governo, estando a ser elaborado outras iniciativas legislativas tendentes a dar resposta aos problemas e aspirações que atingem aquela região do interior e as suas gentes.

Problemas que em larga medida são resultantes do esquecimento a que as regiões do interior têm sido votadas pelo Poder Central, com as consequências daí

inerentes para os mais variados domínios da sua vida económica e social.

A eles se referiu desenvolvendo na sua intervenção Victor Costa, chamando a atenção para as dificuldades financeiras dos municípios, decorrentes nomeadamente da escassez de verbas do FEF, o que tem impedido inclusive várias câmaras de avançarem com projectos de infra-estruturas comparticipadas pelos fundos comunitários.

Reportando-se às reclamações ouvidas no decorrer das mais de cem visitas e encontros efectuados no âmbito das Jornadas, Victor Costa pôs também em destaque o problema da regionalização, o qual, disse, é considerado por autarcas e associações patronais como uma das medidas mais urgentes e indispensáveis para levar a vencida os estrangulamentos impostos à região.

Lembrados pelo deputado comunista foram ainda os problemas relacionados com a agricultura, designadamente os que respeitam à falta de apoio à vitivinicultura da região e à entrada incontrolada de vinho de pasto espanhol, e, bem assim, a questão do acesso dos agricultores aos fundos comunitários para investimentos.

Generalizadas e contundentes, de acordo com as suas palavras, foram também as críticas das populações dos dois distritos dirigidas à Direcção Regional de Educação do Centro e ao Ministério da Educação pela sua incapacidade em responderem aos problemas e solicitações, críticas que se estenderam ao Programa para o Sucesso Escolar (PIPSE) — considerado um logro — e às condições indignas e de insucesso em que se encontram a funcionar muitos estabelecimentos de ensino.

Crise paira sobre agricultura

Em matéria agrícola, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a propor a realização de um amplo debate nacional que seja mobilizador do agros nacional e reforce a nossa posição negociadora junto das Comunidades, defendendo simultaneamente uma reconsideração global da integração da nossa agricultura na Política Agrícola Comum, aproveitando para o efeito a nova reforma do PAC recentemente proposta pela Comissão respectiva.

Estas propostas, avançadas na semana passada pelo deputado Lino de Carvalho, pretendem contribuir para a correcção dos aspectos mais negativos que têm norteado a política do Governo no domínio agrícola, uma política cujos resultados poucos são hoje os que se atrevem a não considerar como um rotundo fracasso.

Lino de Carvalho deteve-se a sumariar alguns desses indesmentíveis fracassos, ao fazer notar, entre outros exemplos, que o PSD detém a pasta da Agricultura há mais de dez anos (cinco dos quais de integração europeia em que usufruiu de volumosos apoios financeiros da Comunidade sem que tenha procedido às necessárias transformações estruturais), sendo que no momento presente a agricultura e os agricultores portugueses estão mais longe dos seus parceiros comunitários do que por altura da adesão.

Mas o fracasso do Governo, como observou o deputado comunista, reside de só tardiamente, vir reconhecer que a PAC não serve o nosso país, nunca tendo havido da sua parte qualquer empenho na sua reforma, sempre optando por uma atitude passiva de aceitação dos princípios da Política Agrícola Comum.

Neste quadro devem pois ser entendidas as perspectivas que se colocam à nossa agricultura até ao final da segunda etapa — nada brilhante, segundo Lino de Carvalho —, perspectivas que apontam, segundo estudos de credenciados técnicos do próprio MAP, entre 1991 e 1995, para uma

diminuição do valor bruto da produção em 20 por cento do valor actual, para uma quebra superior a 40 por cento no Acrescentado Bruto e para uma queda dos preços ao produtor em termos reais na or-

dem dos 10 a 20 por cento para o azeite, os suínos, as aves, os ovos e o tomate para a indústria e de 20 a 40 por cento para os cereais, leite, ovinos, arroz, girassol, soja e bovinos.

Acordo Ortográfico

A metodologia, designadamente o sigilo e pouca democracia que envolveram o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa subscrito em Outubro último pela Academia de Ciências de Lisboa e suas congéneres de outros países, posteriormente assinado pelos governos dos sete países de língua oficial portuguesa, voltou a ser tema em debate num colóquio recentemente realizado por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.

Na mesa, presidida por Carlos Brito, para além dos convidados, Professor Óscar Lopes e José Saramago, escritor, estiveram José Manuel Mendes, que moderou, e Victor Costa (vice-presidente da Comissão de Educação Ciência e Cultura) que prestou alguns esclarecimentos sobre as audiências e debates em sede parlamentar e informou sobre as diligências efectuadas pelo Grupo Parlamentar do PCP no sentido de ser publicado, para debate público, o texto do referido Acordo.

Na sua intervenção, José Saramago disse recusar-se a entrar na discussão dos méritos técnico-científicos do Acordo, pois, considera-se um prático da língua. Neste mundo moderno de guerras culturais e linguísticas e dada a tendência científica centrífuga da dinâmica de cada uma das variantes do português nos sete países que o adoptaram como língua oficial, Saramago declarou-se favorável à existência de um acordo que mereça o consenso das partes interessadas, entendida esta convenção como mero instrumento de uma política de defesa e promoção da língua portuguesa.

Antes do período de debates com a assistência, maioritariamente constituída por deputados, filólogos, homens de letras e jornalistas, Óscar Lopes, por sua vez, procurou demonstrar em termos técnico-científicos e políticos a metodologia errada que em sua opinião foi seguida pelas entidades portuguesas envolvidas na negociação e assinatura do Acordo.

O carácter sigiloso e antidemocrático dessa metodologia, excluindo o contributo dos especialistas e da opinião pública portuguesa, no entender de Óscar Lopes, pode ter comprometido seriamente o passo seguinte que é o da ratificação do Acordo pela Assembleia da República. Óscar Lopes demonstrou ainda a necessidade da existência de um Acordo razoável capaz de possibilitar a afirmação à escala mundial de uma comunidade linguística portuguesa, chamando a atenção, por outro, para o facto de a nossa experiência não poder ser posta em paralelo com a das comunidades linguísticas anglo-saxónica, francófona ou mesmo hispânica.

A par dessa necessidade, Óscar Lopes realçou as muitas dificuldades existentes, designadamente de carácter objectivo — principalmente entre Portugal e o Brasil —, para se alcançar um Acordo razoável. Todavia, frisou, a manutenção do «status quo» actual é altamente prejudicial, por impossibilitar a tal afirmação de uma comunidade linguística portuguesa, crescendo progressivamente as interrogações e indeterminações quanto às variantes do português nos PALOPs.

Deficientes em risco de despejo

No domínio da problemática dos deficientes sucedem-se os exemplos que revelam a dimensão do muito que ainda está por fazer. Problemas há, mesmo, que, ao virem à luz do dia, testemunham de forma eloquente o desrespeito existente pelas normas constitucionais que determinam um claro apoio do Estado a estes cidadãos.

Há dias, no período antes da ordem do dia, o deputado comunista Manuel Filipe levou ao conhecimento da Câmara mais um caso de inegável gravidade que até ao momento não mereceu qualquer espécie de atenção por parte do Governo, ele que é sempre tão lesto quando se trata de dizer que tudo vai bem.

Trata-se do problema com que se defronta o Colégio Ocupacional Luís Rodri-

gues, instituição que atende 75 deficientes, quase todos profundos, em regime de semi-internato e internato, hoje em risco de fechar as suas portas devido a uma acção de despejo movida pelo senhorio do prédio.

Com 43 trabalhadores, há já dois meses com salários em atraso, o Colégio não vê possibilidades de arranjar outro edifício com os 50 mil contos de indemnização que o proprietário pretende dar e a verdade é que, caso se mantenha a situação, com os sucessivos apelos ao Governo e à sociedade civil a não obterem resposta, adivinha-se um futuro sombrio para a instituição, quer para os que nela trabalham, quer para os deficientes que ali encontraram o seu lar, uns sem família, outros a quem a própria família não conhece.

Em Foco /

Avante!

Ano 61 – Série VII
N.º 898

7 de Março de 1991

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O teste iraquiano de Bush

e o depoimento de Ramsey Clark



«(...) agora o prognóstico sobre o futuro da Humanidade é bem mais tenebroso (...) após esta guerra a Humanidade aproximou-se mais do seu fim. Deu um passo em frente nessa direcção.»

— Rudolf Augstein, in «Der Spiegel»

O teste iraquiano de Bush

e o depoimento de Ramsey Clark

As guerras, quando os canhões se calam, desembocam habitualmente numa atmosfera de esperança. Não é o caso desta. Sentimentos de amargura, insegurança, vergonha e até de ódio alastram pela Terra, pátria do Homem. A hora é de desconfiança, mesmo entre os aliados da véspera.

O discurso de George Bush na madrugada de 27 de Fevereiro p.p. não contribuiu para reduzir tensões e antagonismos. Ao falar como se o seu país fora senhor do mundo e porta-voz da ONU, o presidente dos EUA tornou mais distante uma paz real e afastou ainda mais do Ocidente industrializado os povos do Terceiro Mundo. O projecto de Nova Ordem americana aprofunda o abismo que já separa quatro quintos da Humanidade dos 20% que controlam 80% dos alimentos e bens produzidos. A vida será ainda mais desigual.

A oratória de George Bush, despo-

contra Saddam Hussein», George Bush cometeu uma série de erros demonstrativos das suas limitações como presidente do mais poderoso Estado do mundo.

Na prática política e militar, Bush, a diplomacia norte-americana e os almirantes e generais do Pentágono agiram como se Saddam Hussein e o povo do Iraque (17,5 milhões) formassem um todo indivisível. Por isso mesmo, o conflito do Golfo assumiu com o rodar das semanas um carácter monstruoso à medida que a estratégia e a vontade de Washington se impuseram gradualmente no âmbito

países industrializados receptivos à ideia da inevitabilidade da guerra contra um tirano fanático cuja ambição e desequilíbrio configuravam uma ameaça para a Humanidade. O ditador e o país eram tratados como peças da mesma realidade. Simultaneamente forjava-se o mito (ridículo) do **quarto exército do mundo**.

Não se pode negar que o presi-

guerra foi uma guerra americana, planeada e comandada por americanos. Muitas dezenas de milhares de soldados não americanos participaram nas operações militares. Mas isso não foi consequência de exigências militares. Resultou de uma estratégia de envolvimento político. Os EUA precisavam de fazer da sua guerra uma guerra de contornos mundiais, autorizada



jada da ganga retórica, carrega uma mensagem inquietante e abrangente. O recado é planetário, não se dirigindo apenas aos vencidos. O presidente dos EUA deixa transparente que o mundo deve ser regido por uma Ordem elaborada pelo sistema de poder imperial de cujas opções o governo norte-americano será em última análise intérprete e executor.

**

A maioria das reportagens televisivas transmitidas após a entrada das tropas norte-americanas no Kuwait e a leitura de análises e declarações de dirigentes políticos e chefes militares dos EUA reforçaram a minha convicção de que a história desta guerra será narrada e entendida antes do final do século de maneira não apenas diferente, mas incompatível com a visão que dela nos foi oferecida desde o início da crise do Golfo.

Em Janeiro quando aludiu àquilo a que chamou «a minha guerra pessoal

da ONU. É cedo ainda para se avaliar a gravidade das consequências da instrumentalização do Conselho de Segurança. A perda da influência da URSS como potência mundial levou a uma situação de hegemonia dos EUA tão ostensiva que, no final da guerra, a Casa Branca manobrava a seu bel-prazer o mais alto organismo executivo das Nações Unidas.

A partir da aprovação de uma Resolução inicial justa e necessária — a 660, que intimou o Iraque a retirar as suas forças do Kuwait — desenvolveu-se uma engrenagem de funestos desdobramentos. Na política de escalada de Bush dois factores tiveram papel decisivo: a polarização da campanha em torno da personalidade de Saddam Hussein e a sobrevalorização absurda, permanente, do poderio militar iraquiano.

Técnicas de propaganda, que em amoralismo lembram as de Goebbels, permitiram ao governo Bush desviar a atenção do fundamental (o objectivo do domínio das fontes do petróleo) e tornar largos sectores da opinião dos

dente e os seus homens agiram com a paciência e a astúcia de uma raposa. Nos EUA, o mais difícil foi obter o sinal verde do Congresso depois do aval do CS para o emprego da força.

Alguns trabalhos sérios já publicados — entre os quais se desiacam pelo valor da informação reunida textos do judeu Noam Chomsky e o livro de Pierre Salinger, ex-porta-voz de John Kennedy (!) — demonstram de maneira inequívoca que a guerra poderia ter sido evitada. Ambos chamam a atenção para uma evidência terrível: **esta guerra foi imposta pelos EUA**. A existência da coligação que se formou não altera os factos: os EUA fecharam todas as portas que abriam a perspectiva de uma solução pacífica do conflito. Washington tinha fixado uma meta: a destruição do Iraque. Foi atingida.

**

A insistência monótona com que os *media* falam da coligação multinacional não oculta outra evidência: esta

pelo Conselho de Segurança, com a participação directa e indirecta do maior número possível de governos e forças armadas. Conseguiram.

O papel que a Grã-Bretanha e a França desempenharam não honra as suas tradições militares. Foram a reboque dos EUA, tal como no século XVIII faziam os príncipes alemães, quando os seus exércitos intervinham nas guerras europeias decididas em Viena pelo Imperador. Quanto aos egípcios, sauditas, sírios, aos oficiais e soldados dos Emirados Unidos, do Oman, do Qatar, do Bahrein, etc., cumpriram, com armas do século XXI, uma função similar à que nas guerras da França e da Inglaterra cabia aos atiradores senegaleses e argelinos e aos cipaio indianos ao serem lançados contra povos de outras colónias. Por maior que seja o esforço para apresentar as tropas de **países-muçulmanos aliados** como libertadores do Kuwait, a História vai reter delas outra imagem: a de árabes atirados contra árabes, sob comando norte-

-americano, para servir interesses imperiais dos EUA. Não combateram pela liberdade; foram fantoches e «carne para canhão» numa guerra irracional.

**

Esclarecedora do **negócio** da guerra é a disputa já iniciada entre grandes empresas americanas e britânicas (com a Alemanha e a França à espreita das sobras) pelos contratos da reconstrução do Kuwait.

Com milhares de cadáveres ainda insepultos nas areias do deserto, poderosos *managers* começaram a voar para o Médio Oriente, impacientes; querem obter a maior fatia de um bolo avaliado em 100 mil milhões de dólares.

«Haverá dinheiro para todos!» — desabafou um príncipe da família do emir Al Sabath, divertido com a corrida ao espólio de uma guerra absurda

em que as ruínas são olhadas como minas de ouro de novo tipo.

Não menos expressiva da irracionalidade de uma tragédia cujas várias fases se desenvolveram, no dizer de Rudolf Augstein, director da revista «Der Spiegel», como se tudo obedecesse a um destino fatal é a outra corrida, paralela, aos armamentos. Nela participam os reis e emires do Golfo. Segundo li em jornais norte-americanos, as encomendas de novas armas, apalavradas pela Arábia Saudita, pelo sultão de Oman, e pelos emires do Golfo devem exceder 55 mil milhões de dólares. Somente à sua parte, a Raytheon (produtora dos mísseis «Patriot»), que atravessava

inventariadas, denunciadas, condenadas.

O clamor contra as atrocidades da responsabilidade das autoridades iraquianas não tem sido, porém, acompanhado a nível internacional pela denúncia e crítica, paralelas, dos actos de barbárie que atingiram o povo do Iraque. Nenhuma das Resoluções do CS autorizou os EUA a bombardear

enorme ressonância dada a excepcional envergadura moral e intelectual do autor. Fica claro que os EUA destruíram o Iraque na execução de um plano concebido e elaborado com rigor científico.

Foi a vontade de o executar até ao fim que determinou a recusa por Washington da proposta de paz soviética quando no dia 21 de Fevereiro Tareq Aziz informou que o seu país aceitava cumprir a Resolução 660 do CS da ONU que implicava a retirada do Kuwait. Bush rejeitou imediatamente a saída que teria evitado a fase final da guerra. O Iraque estava já tecnicamente derrotado, mas a destruição das cidades iraquianas, das suas

lhões de hab.) ou Bassorá (um milhão e meio). Não foi a piedade pelos vencidos que os deteve. Um general da US Army deu a explicação certa ao afirmar que as tropas americanas ficariam expostas a sangrentos combates de rua se ocupassem as duas grandes cidades iraquianas. Mas ambas foram submetidas até ao fim a bombardeamentos maciços. O diário ultraconservador «Times», de Londres, significativamente escreveu:

dência. Já a 2 de Fevereiro o *War Report* informava que na Arábia Saudita e na base de Incirlik, na Turquia, estavam acumuladas grandes quantidades de *napalm*.

É também do domínio público que as forças americanas no Golfo dispunham de armas atómicas tácticas para eventual utilização em caso de necessidade.

Os factos provam que antes da guerra no Golfo e enquanto ela durou a Humanidade esteve à beira de uma tragédia apocalíptica.

Ramsey Clark no seu depoimento é categórico: o objectivo do bombardeamento sistemático das cidades iraquianas foi «a destruição da vida civil e da economia do Iraque». Qualificando essas acções de «bárbaras, brutais e racistas», o ex-ministro da Justiça dos EUA escreveu: «Configuram uma violação transparente das leis internacionais e das regras e normas aplicáveis num conflito armado, incluindo as das Convenções de Haia e Genebra e da Carta de Nuremberg (...) as destruições de que fui testemunha não correspondem à letra e ao espírito da Resolução 678 do Conselho de Segurança.»

A sua conclusão tem o peso de uma advertência e de uma condenação: «A utilização de meios militares de alta tecnologia e poder de destruição maciço por países ricos contra uma população civil quase indefesa é uma das maiores tragédias do nosso tempo.»

A responsabilidade do governo dos EUA nos crimes cometidos no Golfo é portanto enorme, o que lhe retira autoridade moral para se apresentar como o defensor da moral e do direito no Kuwait. Não só os EUA impuseram uma guerra que poderia ter sido evitada, como planearam e levaram a cabo no decurso do conflito acções bélicas que visavam a destruição global de um país.

Entretanto, os grandes problemas do Médio Oriente continuam por resolver. Israel não cumpre a Resolução 242 do CS da ONU que implica a sua retirada dos territórios ocupados em Gaza, na Cisjordânia e em Golan. Washington lava as mãos e apoia Tel-Aviv no Conselho de Segurança.

**

No Iraque o imperialismo americano voltou a ensaiar o genocídio de um povo. É necessário denunciar esse crime monstruoso nestas semanas em que os *media* internacionais desviam a atenção do fundamental para o acessório, ocultando a responsabilidade política e moral dos EUA na tragédia que teve o Golfo por palco.

O presidente Bush foi muito claro ao dizer que a guerra contra o Iraque foi um teste da Nova Ordem mundial, tal como a entende.

Seria uma ingenuidade acreditar que os EUA, erigidos em gendarme do planeta, não voltarão a recorrer à guerra contra povos que não aceitem submeter-se. A República de Cuba está na sua linha de mira.

A crise do império americano é profunda, estrutural. Tende a agravar-se. Por isso mesmo o gigante em decadência — incapaz de competir com as dinâmicas economias do Japão e da Alemanha — constitui ameaça para o conjunto da Humanidade. ■

(1) V. edição do «Avante!», de 21 de Fevereiro p.p.



uma situação financeira incómoda, espera facturar no próximo ano 9 mil milhões não previstos nos seus planos. Chega-se à conclusão de que os **mercadores da morte** e as empresas ligadas à reconstrução se preparam para ganhar mais de 150 mil milhões de dólares, ou seja o dobro do custo da guerra de acordo com estimativas não oficiais.

Por outras palavras: a guerra do Golfo acabou por ser um negócio lucrativo. Alguns analistas financeiros de Wall Street salientam com frieza que ela talvez ajude os EUA a saírem da actual recessão económica.

**

As forças iraquianas durante os sete meses de ocupação cometeram no Kuwait muitos crimes. Essas violações dos direitos humanos devem ser

as cidades iraquianas, a arrasar bairros inteiros, a aniquilar populações indefesas a centenas de quilómetros do cenário da guerra. Não se procedeu ainda à contagem das vítimas e isso possivelmente não se fará. No boletim **War Report-uncensored**, editado em Londres por jornalistas britânicos, o deputado social-democrata inglês Manfred Opel (general na reserva) sustenta que o total de mortos civis atingia já 100 000 somente em Bagdad, após as duas primeiras semanas de bombardeamentos de áreas residenciais. Essa avaliação é obviamente contestável. Mas Ramsey Clark — ex-Procurador-Geral dos EUA durante o governo Carter — esboça um panorama apocalíptico do Iraque devastado pelas bombas. Descreve o país tal como o viu quando o visitou entre 2 e 8 de Fevereiro. O depoimento, divulgado em Bruxelas, é extremamente minucioso e alcançou

infra-estruturas económicas e do exército não fora concluída de acordo com os organismos do Pentágono.

A ofensiva terrestre foi aliás desencadeada horas antes de expirar o prazo do **ultimato** de George Bush, autêntica proposta de rendição incondicional que ia muito além das 12 Resoluções do CS, numa clara demonstração de que os princípios do direito internacional invocados pela Casa Branca apareciam ao presidente dos EUA como mero instrumento de cobertura para uma estratégia amoral.

Nos dias seguintes ao fim das hostilidades Bush falou repetidamente como se fora porta-voz da ONU. O CS, lamentavelmente, quase fez tudo o que dele exigiu o presidente dos EUA enquanto o secretário-geral, Perez de Cuellar, permanecia mudo.

Os americanos somente suspenderam o massacre quando atingiram os objectivos fixados. Não estava nos seus planos entrar em Bagdad (4 mi-

«Os continuados ataques a alvos de infra-estrutura civil nos subúrbios de Bagdad e na própria capital não visam já qualquer objectivo militar evidente.»

Do farisaísmo da Casa Branca é também prova o facto de a Força Aérea norte-americana ter bombardeado as concentrações de blindados iraquianos com *napalm* antes de iniciada a ofensiva terrestre. O uso do *napalm* está proibido por convenções internacionais firmadas pelos EUA, mas o estado-maior americano não hesitou em recorrer a essa arma terrível. Acontece que, desde Agosto, o governo de Washington advertia o mundo de que o Iraque se preparava para utilizar armas químicas. Mas foi a USAF que as empregou...

O bombardeamento com *napalm* havia sido previsto com larga antecede-

AS GREVES NO SÃO CARLOS DEPOIS DOS MÚSICOS TODA A COMPANHIA

A presente temporada de ópera do São Carlos corre sérios riscos de ser inviabilizada se não for encontrada uma solução imediata para os problemas daquele teatro, onde o último plenário de trabalhadores decidiu adoptar formas de luta que envolvam músicos, técnicos, coralistas, cantores residentes e corpo de bailado. Os destinos do teatro de ópera nacional estão de novo postos em discussão, depois de a opinião pública ter deparado com a greve dos músicos da orquestra sinfónica deste teatro à execução, há três semanas, da ópera *Rinaldo*, espectáculo que se anunciava como um dos momentos mais altos ultimamente acontecidos naquela sala. Para além dos salários, o problema que a todos aflige é este: os músicos não tocam, os cantores não cantam, os bailarinos não dançam, os técnicos não trabalham com a regularidade que desejariam. Dificuldades orçamentais da Secretaria de Estado da Cultura, dirigida por Pedro Santana Lopes, servem de razão nunca assumida para um ano de mutismo, única resposta às propostas conjuntas de músicos e administração dirigidas ao titular da pasta. Fala-se numa solução que *mataria dois coelhos de uma cajadada*: a integração dos músicos do São Carlos no projecto quase falhado da Cooperativa Régie Sinfonia. Seria uma *emenda pior que o soneto*, ou apropriando ao caso, *a afinação pelo diapasão errado*. Uma nova administração parece dificultar mais o diálogo e entretanto o São Carlos vai levando obras de remodelação, para chegar a 1992 apto a comemorar dois séculos de existência.

o silêncio da música

A adulteração do projecto inicial e os problemas financeiros com que a Régie Cooperativa Sinfonia se debate, a luta dos músicos da orquestra de São Carlos, colocam de novo a questão da degradação das sinfónicas do país, a par de outras questões de fundo, sem solução vai para duas dezenas e meia de anos: o ensino da música, sua integração e relação com o ensino em geral, a concentração de escolas nas grandes cidades, a ausência de uma política definida para a área com falta de legislação adequada para um verdadeiro ensino artístico no nosso país. A braços com a herança deixada por Teresa Patrício Gouveia ao criar uma Régie Sinfonia que hoje se apresenta como um grave problema financeiro para a Secretaria de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes tarda em anunciar medidas que resolvam o problema das orquestras sinfónicas nacionais e dos músicos portugueses.

Neste momento o Sindicato dos Músicos diz encontrar-se numa situação de expectativa e avança com propostas que têm mais de três anos: «pura e simplesmente cumpram-se os estatutos da Régie», diz

Rosa Ventura, membro daquele sindicato.

Estatutos que previam a integração dos músicos das ex-orquestras da RDP e a formação de duas sinfónicas, em Lisboa e no Porto.

«Evidentemente que com a situação criada, terá primeiro de se sanear financeiramente a *Sinfonia*, bem como rever as quotas de admissão e contratos das pessoas que lá estão» acrescentando Rosa Ventura que, de qualquer modo, haveria que «definir o papel dos músicos da RDP».

Um paulatino processo de empobrecimento financeiro e artístico das duas orquestras da RDP, nos anos oitenta reduzidas a dois terços dos músicos necessários, esteve na base da criação da Régie Cooperativa Sinfonia, iniciativa que partiu de uma proposta dos músicos e que recebeu a aprovação do então ministro da cultura, Coimbra Martins.

Visava-se sobretudo absorver todos os músicos das duas orquestras, contratar outros, elevar o nível

artístico e a regularidade do trabalho, criando uma orquestra no Porto e outra em Lisboa, sustentadas com base em meios públicos de financiamento diversificados.

Mas em 1987 o Governo de Cavaco Silva, através da secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia, resolve modificar o projecto. «Quis fazer-se uma coisa megalómana», acusa o Sindicato dos Músicos.

Argumenta-se com uma alegada falta de qualidade dos músicos da RDP, o elevado nível etário da formação das duas orquestras, anuncia-se que finalmente Portugal irá ter uma *grande orquestra sinfónica*.

Estrangeiros «não chateiam»

Contrata-se um grande número de músicos estrangeiros («não é um problema exclusivamente português, em muitos países as direcções preferem contratar músicos estrangeiros, em regime especial, com base na ideia de que *estes ao menos não chateiam*», diz Rosa Ventura) e anuncia-se que os músicos da RDP terão de prestar provas para serem integrados nas futuras orquestras da Régie. Caso *chumbassem* restar-lhes-ia a reforma antecipada ou a integração em outro tipo de serviços da Cooperativa. Ou seja, músicos com dezenas de anos de profissão poderiam, por exemplo, passar a executar tarefas burocráticas.

Estes os factos que estiveram na origem de um demorado processo de luta levado a cabo pelos membros das duas orquestras da RDP, cujo ponto alto esteve num concerto ao ar livre, dado pela primeira vez em conjunto pelos músicos do Porto e de Lisboa, em frente à Assembleia da República, depois de várias greves em diversos espectáculos.

Três mil intelectuais portugueses manifestam-se em abaixo-assinado contra a extinção das orques-

tras e os moldes que se anunciavam ser os da criação da Régie.

Mas o equívoco, a vários níveis, parece ser o parterre desta Régie.

A escritura pública do dia 20 de Abril de 1988 que constituía a *Sinfonia*, reunia as participações do Estado através da Secretaria de Estado da Cultura, as Câmaras Municipais de Lisboa, Porto e Braga, a Caixa Geral de Depósitos, RDP e RTP. Tudo entidades públicas.

Teresa Patrício Gouveia afirma na cerimónia de assinatura do documento estar-se perante «uma perspectiva positiva para as expectativas profissionais dos músicos portugueses».

Promessas

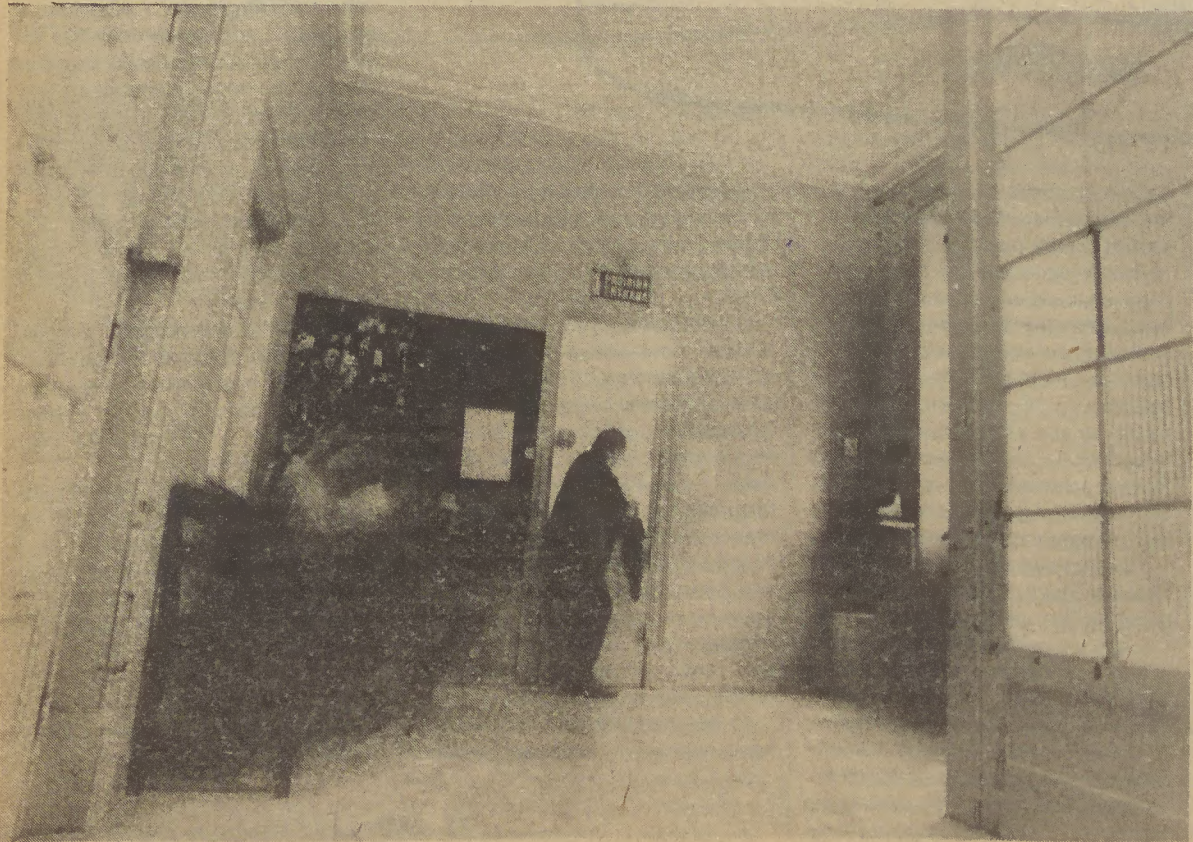
Cinco mil 865 contos formam o capital social da cooperativa que se propõe, no espaço de um a três anos, criar duas orquestras sinfónicas «de qualidade europeia» com sede nas duas maiores cidades do país com possibilidades de «integração de músicos de qualificação internacional, em particular nos quadros de responsabilidade superior, susceptível de apresentação de solistas e direcção de elevada qualidade». Dizia-se ter-se levado em conta a situação das duas orquestras da RDP.

No próximo mês de Abril termina o prazo que a Régie deu a si mesma para concretizar este projecto.

Quanto às «expectativas profissionais dos músicos portugueses» sucede que os músicos das ex-orquestras da RDP estão sem trabalho, embora recebam o devido salário, pago pelo Estado.

Somente quatro músicos portugueses foram integrados numa orquestra formada no Porto, quase integralmente constituída por músicos estrangeiros, em média com salários três vezes superiores aos dos músicos portugueses.

Quanto às «duas orquestras sinfónicas» prometidas, existe só uma a braços com graves dificulda-



Agenda

Avante!

Ano 61 - Série VII
N.º 898

7 de Março de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente



9 de Março de 1991 - sábado

15.00 horas

**Lisboa
Campo Pequeno**

Camioneta de Cascais para o Campo Pequeno

Os camaradas e amigos do concelho de Cascais têm à sua disposição, no sábado, uma camioneta de transporte para o Campo Pequeno, com os seguintes horários e paragens:

Alcabideche (Largo) - 13.30	Parede (Centro de Trabalho) - 14.00
Alcoitão (Cruzamento) - 13.35	Rana - 14.05
Manique (Largo) - 13.40	S. Domingos - 14.10
Tires (Alto) - 13.50	Sassoeiros (Café Santos) - 14.15
Matarraque (cruzamento para Madoma) - 13.55	Oeiras (Estação) - 14.20

Inscrições e informações nos Centros de Trabalho do concelho de Cascais: Alcabideche (tel. 2692145), S. Domingos de Rana (2442253), Cascais (4866991), Parede (2461122).

AVEIRO

Ílhavo

- Jantar-convívio promovido pela organização concelhia, com participação do camarada Francisco Meneses, no restaurante «Rafi» na **Gafanha da Nazaré - sexta-feira.**

Espinho

- Jantar-convívio promovido pela organização concelhia no restaurante «Cristal», às 19.30, com a participação do camarada Agostinho Lopes - **sábado.**

Feira

- Jantar-convívio promovido pela organização concelhia no restaurante «Proença» em **Flães**, às 19.30, com a participação do camarada Sérgio Teixeira - **sábado.**

Águeda

- Jantar-convívio promovido pela organização concelhia no restaurante «Costa», em **Arrancada do Vouga**, às 20.00, com a participação do camarada José Sousa - **sábado.**

Estarreja

- Jantar-convívio promovido pela organização concelhia no restaurante «Churrascaria das Amoreiras», às 20.00, com a participação do camarada Artur Ramísio - **sábado.**

Ovar

- Jantar-convívio promovido pela organização concelhia no restaurante «Tricana», às 19.30, com a participação do camarada José Amaro - **sábado.**

S. João da Madeira

- Jantar-convívio promovido pelas organizações concelhias de **S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis** no restaurante «Monte Peão» em S. João da Madeira, às 20.30, com a participação do camarada António Salavesa - **sábado.**

BRAGA

A Comissão Concelhia de Braga promove no **sábado**, no CAT do CRSS, um jantar comemorativo do 70.º aniversário durante o qual será prestada homenagem a camaradas que, no concelho, ao longo de muitos anos, têm contribuído para o prestígio do PCP.

Nomeadamente («e sem a pretensão de esgotar os nomes daqueles que, por direito próprio, poderiam integrar esta lista», afirma a Com. Conc.) os camaradas **Alberto Jesus Couto Abreu, António Gomes Silva (Nikita), Gaspar Perelra Silva, Humberto Trindade Soeiro, Luís Fernandes, Manuel Gomes Macedo,**

Manuel Rocha Peixoto, Manuel Sá Mendes, Marla Sameiro Antunes S. Vale.

Vila Verde

- Almoço-convívio promovido pela Comissão Concelhia do PCP em **Cabanelas - domingo.**

BRAGANÇA

Almoço-convívio promovido pela Direcção da Organização Regional na Escola Secundária em **Mirandela**, com a participação dos camaradas Henrique de Sousa e Serafim Brás da Silva - às 12.30, **domingo.**

COIMBRA

Jantar-convívio na Cantina da Universidade de Coimbra, com a participação do camarada Carlos Aboim Inglês - a partir das 20.00, **sábado.**

ÉVORA

Vendas Novas

- Festa popular no Centro Social, com a participação do camarada Raimundo Cabral - **sábado.**

Évora

- Almoço-convívio no «Monte Alentejano», com a participação do camarada José Soeiro - às 13.00, **sábado.**

FARO

Lagos

- Sessão comemorativa com a participação do camarada Carlos Luís Figueira - às 21.00, **sexta-feira.**

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho, com a presença do camarada José Manuel Freire - **domingo.**

Tavira

- Jantar-convívio em **Santa Luzia** com a presença do camarada José Moraes - às 20.00, **sexta-feira.**

Odecelxe

- Sessão comemorativa com a participação do camarada Carlos Brito - às 21.00, **sábado.**

- Almoço-convívio promovido pelas organizações de **Aljezur e Vila do Bispo**, com a participação do camarada João Zagalo - **domingo.**

Quartelra

- Jantar-convívio no Centro de Trabalho com a participação do camarada Luísa Araújo - às 20.00, **sábado.**

Portimão

- Almoço-convívio na Escola

António Aleixo, com a participação do camarada José Manuel Freitas - **domingo.**

Faro

- Almoço-convívio nas instalações da Coopofa com a participação da camarada Luísa Araújo - **domingo.**

Olhão

- Almoço-convívio na Escola Secundária com a participação do camarada Carlos Brito - **domingo.**

V. Real de Sto. António

- Almoço-convívio na Escola Secundária com a participação do camarada Carlos Luís Figueira - **domingo.**

Silves

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Fernando Amaro - **domingo.**

S. Bartolomeu de Messines

- Almoço-convívio no CT, com a participação do camarada José Vitoriano - **domingo.**

FUNCHAL

Almoço comemorativo no Sindicato da Construção Civil - 12.30, **domingo.**

LISBOA

Além do comício do próximo sábado no Campo Pequeno, várias outras iniciativas estão programadas por organizações do Partido de todo o distrito:

Lisboa

- Jantar-convívio da **Zona Norte** da ORL, no Ameixoeirense, com a presença do camarada António Andrez - **sexta-feira;**

- Jantar-convívio dos sectores **Centro Norte e Serviços** de Lisboa, no CT Duque de Loulé, com a presença da camarada Margarida Aboim Inglês - **sexta-feira;**

- Jantar-convívio do **Sector Oriental de Empresas** de Lisboa no restaurante «Ganhão» (junto ao apeadeiro de Cabo Ruivo), com a participação do camarada Dias Lourenço - **sexta-feira;**

- Jantar-convívio promovido pela **Zona Ocidental de Freguesias** de Lisboa no Clube Rio de Janeiro, com participação do camarada Carlos Grilo - **sábado;**

- Jantar-convívio da organização de freguesia de **Campolide - sábado;**

- Almoço-convívio promovido pela organização local de **Algés**, com a

presença do camarada António Andrez - **domingo;**

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho de **Alcântara**, com a presença do camarada Euclides Pereira - **domingo;**

- Plenário da célula da **CP** no CT Vitória - **quarta-feira.**

Damaia

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Júlio Filipe: **domingo**, às 13.00.

Pontinha

- Jantar promovido pela organização local no Centro Escolar Republicano Ten. Valdez, igualmente comemorativo do 8 de Março, com a presença do camarada Jorge Cordeiro: **sexta-feira.**

Algueirão-Mem Martins

- Convívio com passagem de diapositivos e vídeo no Centro de Trabalho: **sexta-feira.**

Rio de Mouro

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho - **domingo.**

Vialonga

- Plenário da organização local, com a participação do camarada Domingos Lopes: **sexta-feira**, às 21.00;

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho - **domingo.**

Odivelas

- Jantar-convívio no Centro de Trabalho, com a presença do camarada Abílio Martins - **domingo.**

Apelação

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho, seguindo-se um debate sobre a situação no Golfo com a participação do camarada José Goulão - **domingo.**

Mafra

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho, com a participação do camarada António Abreu - **domingo.**

Oeiras

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho, às 13.00, com a participação do camarada José Casanova - **domingo.**

Torres Vedras

Jantar-convívio e sessão de encerramento da exposição sobre o Partido que tem estado patente ao público no Auditório Municipal, ambos com a participação do camarada Carlos Carvalhas - **sexta-feira.**

PORTO

Jantar comemorativo promovido pela DORP, com a participação do camarada Jorge Araújo - **sábado.**

Na **terça-feira**, a DORP promove uma recepção comemorativa no CT da Boavista, para a qual foram convidados militantes e apoiantes do Partido e outros democratas, assim como as organizações que integram a Direcção Regional do Porto.

SETÚBAL

Almada

- Colóquio com **Eduardo Chitas**, Prof. de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, sobre **Marxismo-Leninismo** no Teatro Municipal de Almada - às 21.30, **sexta-feira.**

- Almoço-convívio no restaurante «Piripiri» com a participação do camarada Francisco Lopes - 13.00, **sábado.**

- Almoço-convívio no Centro de Trabalho Concelhio com o camarada Joaquim Gomes - 13.00, **domingo.**

Baixa da Banheira

- Debate nos «Alentejanos» com o camarada Blauqui Teixeira - 20.00, **sexta-feira.**

Barreiro

- Almoço-convívio no restaurante «Leão de Ouro» com a participação do camarada Octávio Pato - 13.00, **domingo.**

Grândola

- Exposição sobre o 70.º Aniversário do Partido - a partir de **sábado.** Na inauguração estará presente o camarada Dias Lourenço.

Paio Pires

- Plenário da célula da Siderurgia Nacional, no CT de Paio Pires - às 17.30, **sexta-feira.**

Seixal

- Debate sobre a Guerra do Golfo, com a participação do camarada João Amaral - **sexta-feira.**

Sesimbra

- Almoço-convívio com a participação do camarada Manuel Sobral - às 13.00, **domingo.**

Setúbal

- Jantar no restaurante «Grelhador do Cais», com a participação do camarada Francisco Lopes - às 20.00, **domingo.**

VILA REAL

Festa comemorativa do 70.º aniversário na Escola Preparatória nº 1 (Diogo Cão), com almoço e baile - **domingo.**

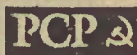
VISEU

A Direcção da Organização Regional promove até ao dia 10 uma **Semana comemorativa do 70.º aniversário**, cujo primeiro acto foi a abertura, ontem, na Sala da Cidade de Viseu (R. 21 de Agosto, nº 9, frente ao edifício da Segurança Social) de uma **exposição** relativa à História do PCP, aberta das 15 às 19 e das 21 às 23 horas. Outras iniciativas:

- Projectão do filme «A Fuga», de Luís Filipe Rocha, no Auditório Gulbenkian da Casa-Museu Almeida Moreira - às 21.30, **sexta-feira;**

- Jogo de futebol entre duas equipas do distrito na Esc. Secundária do Viriato - às 10.00, **domingo;**

- Almoço comemorativo na Esc. Secundária do Viriato (Estrada Velha de Abraveses), com a participação do camarada Dias Lourenço - **domingo.**



IV Assembleia da Organização Regional de Portalegre

Com a participação do camarada **Carlos Carvalhas**

+++++++
Domingo, 10 de Março
Hotel D. João III

II Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco

Sábado, 9 de Março
Escola Secundária Amato Lusitano

II Assembleia da Organização Concelhia da Guarda

Domingo, 10 de Março
Centro de Trabalho da Guarda

TV O Programa

Quinta RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - O Trevo da Sorte (concurso)
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model (93º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Mar Cercado
- 14.00 - Sem Legendas - «Hermandias»
- 15.40 - Primeira Matinée - «Coração Não Batas Mais», (GBR/1958, 91 min.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta (92º epis.)
- 21.20 - Festival RTP da Canção
- 00.00 - 24 Horas
- 00.35 - Remate

RTP2

- 11.25 - Rally de Portugal
- 12.30 - Notícias
- 12.35 - A Força Astral (24º epis.)
- 13.00 - Curso de Alemão
- 13.15 - Jerry Lewis (25º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (24º epis.)
- 16.15 - A Viagem de Jennifer (2º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tudo Menos Isso (7º epis.)
- 18.55 - Ti-ti-ti (139º epis.)
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Regiões Magazine
- 20.50 - Dick Tracy (120º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Rally de Portugal
- 22.00 - Fora de Jogo
- 23.00 - Cineclube - «Baionetas Caladas», real. Samuel Fuller (EUA/1951, 90 min.)
- 00.35 - Notícias - Última Hora
- 00.40 - Boletim Meteorológico

Sexta RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - O Trevo da Sorte
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Festivais do Mundo
- 14.00 - Sem Legendas - «Hermandias»
- 14.50 - Ponto por Ponto

- 15.25 - Primeira Matinée - «Zuckerbaby», real. Percy Adlon (RFA/1985, 83 min.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.20 - Sessão da Noite - «A Difícil Arte de Amar», real. Mike Nichols, interpr. Meryl Streep e Jack Nicholson (EUA/1986, 105 min.)



- 23.15 - Querido John (11º epis.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate
- 00.40 - Pela Noite Dentro - «Sexta-feira, 13»

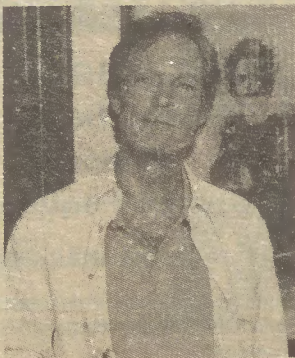
RTP2

- 12.00 - Notícias
- 12.05 - Rally de Portugal
- 12.45 - Filhos e Filhas
- 13.10 - O Caminho das Estrelas II (6º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.50 - Caçadores de Sonhos (8º epis.)
- 16.25 - Novos Horizontes
- 16.50 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Charlot (20º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Nunca Mais é Sábado
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Rally de Portugal
- 21.50 - A Tenda dos Milagres (22º epis.)
- 23.00 - Campeonato Mundial de Atletismo
- 01.10 - Notícias - Última Hora

Sábado RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem
- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.55 - Quem Manda Sou Eu (6º epis.)

- 14.25 - Rock in Rio (3ª parte)
- 15.25 - O Clima e o Homem (série, 1º epis.)
- 15.45 - Desenhos Animados
- 16.00 - Primeira Matinée - «O Facho e a Flecha», real. Jacques Tourneur (EUA/1959, 86 min.)
- 17.30 - T & T (série, 1º epis.)
- 17.55 - Palavras Vivas - «Jorge de Sena»



- 18.30 - A Ilha do Sol (3º epis.)
- 19.20 - TVer
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.20 - Desenhos Animados
- 21.30 - Claxon (2º epis.)
- 22.00 - Casa Cheia (concurso)
- 22.45 - Morte no Paraíso (últº epis.)
- 23.45 - Última Sessão - «Terror no Museu das Máscaras de Cera», real. George Fenady (EUA/1973, 93 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Fora de Horas
- 10.55 - Festivais do Oriente (6º epis.)
- 12.00 - Forum Musical
- 13.15 - Agarra o 2
- 14.15 - Cine-Sábado - «Rochedos Humanos», real. Jesse Hibbs (EUA/1955, 80 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (concurso)
- 19.45 - Manimal (7º epis.)
- 20.30 - Estádio (2ª edição)
- 23.30 - Musical - «Joan Armatrading»
- 00.30 - O Dinheiro (4º epis.)
- 01.25 - Boletim Meteorológico

Domingo RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.25 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Dick Turpin (10º epis.)
- 13.40 - Natural World (2º epis.)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock



Filmes

- «Coração Não Batas Mais» - 5ª, 15.40, RTP-1
- «Baionetas Caladas» - 5ª, 23.00, RTP-2
- «Zuckerbaby» - 6ª, 15.25, RTP-1
- «A Difícil Arte de Amar» - 6ª, 21.20, RTP-1
- «Rochedos Humanos» - sáb., 14.15, RTP-2
- «O Facho e a Flecha» - sáb., 16.00, RTP-1
- «Terror no Museu das Máscaras de Cera» - sáb., 23.45, RTP-1
- «Um Caso de Urgência» - dom., 15.40, RTP-1
- «Raptado» - 2ª, 16.30, RTP-1
- «Casamento Escandaloso» - 3ª, 15.30, RTP-1
- «Armadiilha na Rua Beethoven» - 3ª, 22.00, RTP-2
- «Batalha nos Subterrâneos» - 4ª, 15.45, RTP-1
- «As Coisas Mudam» - 4ª, 21.30, RTP-1

Música

- Quinta
- 19.25, RTP-2: Via Rápida
- 21.20, RTP-1: Festival RTP da Canção

- Sexta
- 19.25, RTP-2: Via Rápida

- Sábado
- 11.50, RTP-2: Forum Musical
- 14.30, RTP-1: Rock In Rio
- 23.30, RTP-2: Joan Armatrading

- Domingo
- 09.00, RTP-2: Outras Músicas

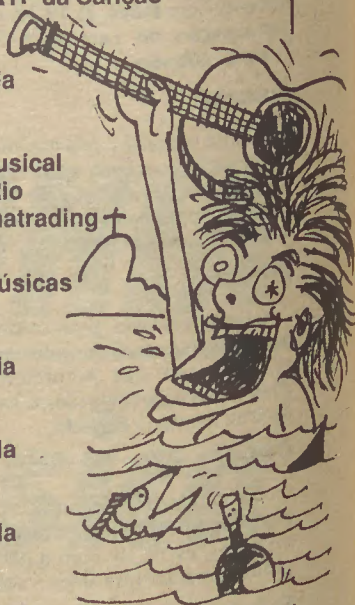
- Segunda
- 19.45, RTP-2: Via Rápida

- Terça
- 19.40, RTP-2: Via Rápida

- Quarta
- 19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (23.40), 6ª (01.15), 2ª (00.35), 3ª (00.20), 4ª (01.15)
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
- Troféu - RTP-2, dom., 13.00



- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Mundo
- 14.00 - Sem Legendas - «Casamento Escandaloso», real. George Cukor, interpr. Katherine Hepburn, Cary Grant e James Stewart (EUA/1940)
- 17.50 - Brinca Brincando
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.15 - As Causas da Justiça (5º epis.)
- 22.15 - Primeira Página
- 23.15 - A Mansão dos Marblehead (4º epis.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

Quarta RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 12.00 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - O Corpo Humano (25º epis.)
- 14.00 - Sem Legendas
- 14.45 - Ponto Por Ponto - «Batalha nos Subterrâneos», real. Montgomery Tully (GBR/1967)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.20 - Tieta
- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.30 - Lotação Esgotada - «As Coisas Mudam», real. David Mamet (EUA/1988)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

RTP2

- 12.00 - Notícias
- 12.10 - Os Novos Caça-Fantasma
- 12.25 - Curso de Alemão
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Variedades no Teatro Apolo
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora Escolha
- 16.00 - Viajando pelo Mundo (23º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tribunal do Júri
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 19.55 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemagazine
- 22.00 - Cinemadols - «Armadiilha na Rua Beethoven», real. Samuel Fuller (EUA/1972)
- 23.45 - Notícias

RTP2

- 12.00 - Notícias
- 12.10 - Os Centuriões
- 12.25 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.00 - Ling Shung (4º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 15.55 - Açores - Gente Nossa
- 16.40 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Mulheres no Mundo (série, 1º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.25 - Via Rápida
- 19.35 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.50 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Joaquim Letria
- 23.00 - Pop-Off
- 23.30 - Universidade Aberta

Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 25. 5ª, 6ª e sáb. às 22.00. **As Formigas**, de Boris Vian, encen. Carlos Curto, interpr. Nuno Melo.

Comuna, Pç. de Espanha. **Café Teatro** - Sáb. às 23.30: **Festival da Otite II**, encen. Carlos Paulo.

1º Acto, Palácio Anjos, Algés. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. **Presentimentos... Amores... de Tchekov** - espectáculo de homenagem a Tchekov com dramatização e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Al Cavaquinho**.

Teatro Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Liberdade em Bremen**, de R. W. Fassbinder, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17 e 21.30, dom. às 17. **Amigos**, de Alan Ayckbourn, encen. John David.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro S. Luís, R. António Maria Cardoso. **Sala Estúdio** - 6ª, sáb. e dom. às 19: **A Birra do Morto**, de Vicente Sanchez -

2ª às 21.30: **Mário Gin Tónico Volta a Atacar** - Sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16: **Três Actos de Beckett**, interpr. Carmen Dolores e Mário Viegas (encenações de Mário Viegas)

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 16. **A Grande Festa** (revisita), encen. Francisco Nicholson.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a dom. às 20.30, sáb. e dom. também às 16. **Os Bancários Também Têm Alma**, comédia musical, adaptação de R. Solnado e A. Cortez.

● ESTORIL
Teatro Municipal Mirita Casimiro, Monte Estoril. De 3ª a

sáb. às 21.30, dom. às 17: **A Lua Desconhecida**, de Miguel Rovisco - De 3ª a 6ª às 14.30, sáb. às 16: **Leandro: Rei de Heliária**, de Alice Vieira. Encenações de Carlos Avilez, prod. TEC.

PORTO

Audatório Nacional Carlos Alberto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **História de Um Cavalo**, de Leon Tolstoi, encen. Norberto Barroca, pela Seiva Trupe.

Para crianças

ALMADA

Teatro Municipal de Almada. De 3ª a 6ª às 10.30 e 14.30. **Histórias para Meninos sem Juízo**, de Jacques Prévert, pela Companhia de Teatro de Almada.

RTP2

- 12.00 - Notícias
- 12.05 - Johnny Quest
- 12.15 - Curso de Inglês
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.10 - A Todo o Gás
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - África (6º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - O Livro dos Recordes
- 18.50 - Ti-Ti-Ti
- 19.20 - Via Rápida
- 19.30 - Circo
- 20.00 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Acerto de Contas
- 22.30 - Teatro - «A Matança na Casa de Lobozits»
- 23.50 - Notícias
- 23.55 - Boletim Meteorológico

Terça RTP1

- 09.00 - Bom Dia

Aniversário /

Avante!

Ano 61 – Série VII

N.º 898

7 de Março de 1991

5.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

70
anos



Partido Comunista Português

partido



necessário

projecto



de



futuro



História

1. O PCP comemora o seu 70º aniversário numa situação mundial profundamente marcada pela guerra do Golfo e por uma profunda instabilidade e riscos para a Paz.

A comemoração de um aniversário constitui oportunidade privilegiada para reflectir sobre o passado, o presente e o futuro e as sete décadas que nos separam de 1921 são ricas de ensinamentos sobre os difíceis caminhos da Humanidade entre a Paz e a guerra.

Alguém escreveu que os povos que esquecem a sua História estão condenados a vivê-la de novo. A realidade tem-se encarregue de confirmar tal afirmação.

Durante séculos, dominada ideologicamente pelos padrões e teorias das classes possedentes, a História foi por elas cultivada como instrumento de justificação e perpetuação do seu domínio e da sua exploração dos povos. Marx e Engels alteraram este quadro e, desde o século XIX, a História deixou de ser uma ferramenta que apregoava a inevitabilidade e a perenidade da exploração do homem pelo homem para se assumir como ciência e revelar que o passado ensina que é possível transformar o presente e o futuro.

A partir do marxismo, a História passou a ser subversiva, passou a corroer o edifício até então aparentemente inabalável das desigualdades e dos privilégios.

A História deixou hoje de interessar às classes dominantes. Interessa-lhes que os crimes da sua dominação não sejam conhecidos, interessa-lhes que as suas derrotas sejam ocultadas, interessa-lhes que se ignore o preço que as suas vitórias impuseram à Humanidade.

Para as classes dominantes chegámos ao fim da História porque a História deixou de lhes pertencer exclusivamente.

2. Os marxistas-leninistas não temem a História. Pelo contrário, consideram-na instrumento essencial de reflexão, de ensinamento, de definição de perspectivas.

Aliás, jamais houve passadismo no culto da História. Enquanto cultivaram o estudo do passado olhado pelas suas ópticas de classe, aristocratas e burgueses não tinham unicamente ou sequer especialmente os olhos postos nesse passado devoluto. Pelo contrário, era o presente e o futuro dos seus privilégios que desejavam ver consolidado, legitimado, temperado pela percurso decorrido. No passado limitavam-se a buscar razões e lições para uma imutabilidade que desejavam, onde apenas permitiriam, como Lampedusa, que alguma coisa mudasse para que tudo continuasse na mesma.

Quando a História deixou de cumprir esse objectivo, quando revelou que os milénios de vida do homem sobre a terra são o da sua libertação e não o da inevitabilidade da pobreza e da exploração, quando de exercício canónico se erigiu em Ciência, quando os abalados edifícios ideológicos das classes possedentes deixaram de poder a seu gosto viciar os factos e impor as conclusões, então foi anunciado o fim da História.

Anunciam o fim da História aqueles de quem a História anuncia o fim.

3. Que a História da Humanidade não é um processo pré-determinado, mas, pelo contrário, o resultado dialéctico de tensões infindas geradas na própria vida é uma conclusão essencial do marxismo.

A concepção de um determinismo histórico não

pertence ao edifício ideológico criado por Marx e Engels, antes constitui uma sobrevivência do passado. Foi, bem pelo contrário, o marxismo que dinamitou a concepção de um devir da Humanidade pré-determinado e imutável: conceber que do marxismo se possa concluir um outro determinismo constitui uma pura sobrevivência no seio de uma visão nova e criadora do mundo de ideias ancoradas no passado.

A capacidade do homem introduzir nesse processo dialéctico as suas próprias vontades e de o fazer com eficácia ao serviço dos seus interesses depende do conhecimento que dele tenha: o conhecimento da História constitui não a tranquilizante garantia de um inevitável futuro, mas pelo contrário a estimulante exigência de uma intervenção constante e criadora.

Esquecer a História é esquecer o futuro.

4. A guerra do Golfo assentou num deliberado esforço de ocultação da memória histórica.

Com espantosa inconsciência afirma-se que ela teve a extraordinária qualidade de fazer esquecer ao imperialismo americano o «trauma do Vietnam».

Durante décadas de Guerra Fria pretendeu-se fazer a Humanidade esquecer o que fora o pesadelo nazi-fascista, o que se pagara pela sua loucura criminosa.

Anos antes, quisera-se também fazer esquecer o pesadelo das trincheiras da Flandres.

Mas, insidiosamente, outra História se começa já a traçar, essa bem no sentido de inequívocos interesses.

O papel da Comunicação Social fornecendo uma catadupa quotidiana de informações que tendem a construir uma realidade ficcional afastada do rigor e da exactidão surge hoje tanto mais inquietante quanto se tende a que cada vez menos seja passada até pelo crivo da experiência histórica.

Tudo na guerra do Golfo continua nebuloso, talvez mesmo cada vez mais nebuloso.

Nos primeiros dias da guerra, escreveu-se aqui no «Avante!» quanto havia de surpreendente no pormenorizado e constante invocar do poderio militar iraquiano, na sofisticação dos seus equipamentos, na experiência e combatividade dos seus oficiais e soldados. Jamais se vira tanto mapa, tanto esquema, tanto plano de dispositivos militares inimigos expostos em jornais, televisões, revistas.

A realidade veio colocar de novo o problema: uma ameaça ou a invenção dela?

Continua, por outro lado, a falar-se de uma guerra eficaz, «limpa», fulgurante, administrada pela Casa Branca a seu bel-prazer, desencadeada quando ela quis, estacada quando ela o entendeu. E, no entanto, **morreram dezenas de milhares de pessoas!** E, no entanto, há um país destruído por uma das mais gigantescas máquinas de guerra jamais montadas!

O conhecimento que hoje se pretende generalizar é essa verdade unidireccional construída pela informação imediata. O tempo longo da análise, tornado eficazmente rápido se socorrido pela experiência e pelo padrão histórico, tende a ser submerso pela catadupa de notícias que faz da tragédia do Golfo um facto de um passado que deixou de interessar. Assim se poderão criar condições para que ele se repita sem memória quando aos mesmos lucradores ele possa interessar.

Apagar a memória e a reflexão sobre o passado é perpetuá-lo no futuro.





5. A guerra do Golfo demonstrou de forma esmagadora a essencial protagonização neste final do século XX de criações do Homem: a Informação e a Comunicação Social, o progresso científico e tecnológico.

A guerra do Golfo é, em grande medida e por enquanto, o que a Comunicação Social impôs que ela fosse.

A guerra do Golfo assentou na capacidade do imperialismo de gerir uma gigantesca máquina informativa, não apenas ao nível da Comunicação Social, mas também da gestão de informação táctica e estratégica, militar, social, económica.

A guerra do Golfo demonstrou a inquietante capacidade do homem para transformar em devastadoras e eficazes máquinas de destruição as criações da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico.

Mas, uma vez mais, se demonstrou que estes avanços enormes da Humanidade dependem, na sua aplicação, dos sistemas sociais e políticos que gerem o seu uso. Milhões e milhões de homens, mulheres e crianças morrem de fome em todo o mundo face a um universo tecnológico capaz de ganhar uma guerra das armas, mas incapaz de ganhar a guerra da fome, da miséria e da exploração.

6. A Ciência, a Tecnologia, a Informação jamais são neutras. Criações do Homem, são inseparáveis da vida e das realidades que o Homem cria. Se o futuro e a felicidade da Humanidade têm nelas instrumentos indispensáveis e essenciais, o uso que delas é feito depende também do próprio Homem.

A inflexão do futuro requer padrões e vontade, requer intervenção humana. Uma intervenção humana que tem de ser pautada pelo mesmo carácter massivo e colectivo com que são sofridas a exploração ou a miséria, com que são partilhados os anseios de paz e progresso.

A intervenção dos povos na definição da sua história requer a sua intervenção organizada. Assim o ensina a História, e compreende-se que essa seja uma lição que o dominador pretenda ver esquecida pelo dominado.

A Ciência, a Técnica, a Informação são responsáveis por mudanças essenciais do século prestes a findar. Mas tais transformações são igualmente inseparáveis da intervenção do mais combativo, determinado e consequente movimento de massas organizado do século XX: o movimento operário.

Nenhuma transformação deste século, nenhuma vitória sobre o passado e sobre a pobreza pode ser separada do esforço, da luta, do sacrifício do movimento operário. Na sua expressão orgânica e interventora, tanto quanto na sua criatividade ideológica e teórica.

7. Olhando o que nos rodeia, olhando o que para trás ficou e o que com ele aprendemos, neste Março de 1991, lembrando um poeta e comemorando mais um aniversário, estamos certos de poder anunciar com serenidade que, doa a quem doer, e exactamente porque para muitos será uma dor, mas para muitos mais uma alegria e uma esperança, estes são os primeiros setenta anos do princípio da nossa vida.

Porque, definitivamente empenhados no presente e no futuro, não esquecemos a História.





Inaugurar um Centro de Trabalho é óbvio motivo de alegria. Fazê-lo — como sempre acontece no PCP — na conclusão de uma campanha que pôs de pé o projecto, dos caboucos ao telhado, através da militância e empenho de membros e amigos do Partido, acrescenta, à alegria, um justificado orgulho a pedir festa. Foi o que aconteceu no passado domingo em *Charneca da Caparica*, no Concelho de *Almada*, com a inauguração do Centro de Trabalho local que contou com a presença do secretário-geral do PCP, *Álvaro Cunhal*.

Marcelino dos Santos, da Comissão de Freguesia de *Charneca da Caparica*, que realçou o esforço e o empenho da organização para a construção deste novo património do Partido, referindo que a concretização deste projecto evidencia que «o PCP é um Partido do presente e do futuro».

Seguiu-se-lhe *Daniel de Oliveira*, que falou em nome da Comissão Concelhia de *Almada*, e a leitura de

Em Almada

CHARNECA DA CAPARICA

TEM NOVO CENTRO DE TRABALHO!

Cerca de 250 pessoas participaram no acto inaugural, que começou pelas 12.00 com a abertura solene do novo Centro de Trabalho, a que

se seguiu uma circunstanciada visita às novas instalações, a partir de agora ao dispor dos camaradas e amigos de *Charneca da Caparica*.

Uma breve intervenção política pronunciada no local foi aberta por

três saudações — das organizações das Freguesias de *Caparica* e de *Almada* e da célula do Partido na *Lisnave*. Estiveram presentes à inauguração, para além de diversos quadros do Partido, a presidente da Câ-

mara Municipal de *Almada*, *Maria Emília de Sousa*, o presidente da Assembleia Municipal, *José Maia*, e vários presidentes de Juntas de Freguesia, nomeadamente de *Sobreda*, *Caparica*, *Laranjeiro*, *Pragal* e *Char-*

neca da Caparica, este último membro do Partido Socialista.

«Uma casa aberta»

O secretário-geral do PCP também proferiu algumas palavras na sessão

inaugural, afirmando, nomeadamente, que «a inauguração deste Centro de Trabalho tem particular significado na situação política que vivemos. A dedicação e a militância que tornaram possível a construção deste



Embora a fraca luminosidade das fotografias não deixe ver bem, o almoço-convívio que antecedeu o comício brilhou pela boa disposição. Pudera: estavam lá qualquer coisa como 400 pessoas!

A história de um projecto



A direita, *Daniel Oliveira*, que acompanhou todos os trabalhos de construção do Centro de Trabalho de *Charneca da Caparica*; ao centro, *José Catalino*, do executivo da Concelhia de *Almada* do PCP

Daniel de Oliveira é membro do executivo da Concelhia de *Almada* do PCP e o responsável da Organização do Partido na Freguesia de *Charneca da Caparica* que acompanhou todo o processo de construção do novo Centro de Trabalho inaugurado domingo passado. Por isso conversámos com ele e com o camarada *José Catalino*, do executivo da Comissão Concelhia de *Almada* do PCP, para que nos pormenorizassem a história deste projecto.

«Tudo começou, concretamente, em Março de 1982, altura em que se lançou a primeira pedra e se começaram de imediato as obras», disseram-nos. «Mas o projecto já vinha de trás: o novo Centro de Trabalho para a *Charneca da Caparica* era um objectivo enraizado nos camaradas já em 1977, altura em que se lançou uma campanha de fundos. Em Março

de 1981 adquiriu-se o lote de terreno — à volta de 300 contos, o que na época não era tão pouco como isso — e, como foi dito, no ano seguinte lançou-se a primeira pedra».

Entretanto nove anos decorreram até hoje e muita coisa foi feita para se pôr de pé o projecto. Disseram-nos os nossos interlocutores:

«Foi notável o trabalho realizado na concretização de muitas iniciativas para a angariação de fundos que proporcionaram o suporte financeiro para a edificação do Centro de Trabalho. Certamente muitos se lembrarão — e até com saudade! — por exemplo dos piqueniques da *Fonte da Telha*, ou dos tradicionais e bem confeccionados almoços-convívio da *Charneca da Caparica*... Há também a destacar as contribuições de camaradas e amigos, incluindo contribuições e ofertas de muitos materiais de construção por parte de diversos pequenos e médios comerciantes e industriais da Freguesia, o que é justo destacar e valorizar».

Um outro aspecto importante na construção do Centro foi a prestação

de trabalho voluntário. Disseram-nos os nossos entrevistados que «90% da mão-de-obra empregue na construção foi totalmente voluntária, prestada não só por militantes mas também por diversos amigos que nos quiseram acompanhar nesta tarefa, testemunhando assim o seu apreço pelo Partido. Tal como é necessário destacar a preciosa ajuda e solidariedade demonstrada pela participação, em diversas jornadas de trabalho, de camaradas de diversas organizações, nomeadamente do *Monte*, da *Costa*, da *Trafaria*, de *Vale Figueira*, da *Sobreda*, da *EDP*, da *Câmara Municipal de Almada*, da *Construção Civil* e da *Comissão Concelhia de Almada*».

E remataram, dizendo:

«A construção do Centro de Trabalho do Partido na *Charneca da Caparica* está cumprida, doravante o seu pleno funcionamento deve constituir um valioso instrumento de desenvolvimento das tarefas partidárias e na dinamização da organização local».



O 70.º em Almada

A inauguração do novo Centro de Trabalho de Charneca da Caparica coincidiu com as comemorações do 70.º aniversário do PCP, mas há outras iniciativas em desenvolvimento no Concelho de Almada para assinalar esta importante efeméride do Partido.

É o caso de uma exposição itinerante que vai passar pelos diversos Centros de Trabalho do Partido no Concelho (ficando depois no CT concelhio) e de um calendário de realizações que apontamos resumidamente:

- No dia 7 de Março (hoje, portanto) há uma sessão/debate sobre marxismo-leninismo com **Eduardo Chitas**, na sala do Teatro Municipal.
- No dia 9 de Março, um almoço-convívio na Trafaria, com a presença de **Francisco Lopes**.
- No dia 10 de Março, outro almoço na Freguesia de Almada, com a presença de **Joaquim Gomes**.
- No dia 15 de Março, uma sessão/debate sobre organização e o Partido no Clube Recreativo do Feijó, orientada por **Blanqui Teixeira**.
- No dia 22 de Março, jantar-convívio no Centro de Trabalho concelhio.



A cerimónia de inauguração compreendeu uma circunstanciada visita às instalações da nova sede e uma breve intervenção política proferida à porta do edifício



Intervenção de Álvaro Cunhal

Na sua intervenção no comício realizado no passado domingo na Sociedade Recreativa do Bairro da Bela Vista, que juntou mais de 1000 pessoas na sequência da inauguração do novo Centro de Trabalho de Charneca da Caparica, o secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal**, salientou que a política do Governo, com as grandes operações que está a desenvolver contra as conquistas democráticas do povo português, conduzirá, se não for interrompida, a uma profunda e negativa transformação da situação nacional.

Condensamos a seguir esse discurso de Álvaro Cunhal.

«É tarefa do nosso Partido levar aos mais amplos sectores sociais o esclarecimento do significado real e das consequências concretas da continuação da política do Governo PSD de Cavaco Silva. Creio poder afirmar-se que a maioria da população não tem uma ideia clara das gravíssimas consequências da política do Governo a curto e a médio prazo».

«Do "pacote laboral" aponta-se justamente para a necessidade de lutar contra a aprovação e entrada em vigor dos princípios e normas de "inadaptação", das "comissões de serviço", da "flexibilização dos horários de trabalho", da "falta de confiança", da "arbitragem". Mas não basta a referência a estas expressões. É indispensável explicar como se traduz no concreto, para os trabalhadores e para cada trabalhador, esses princípios e normas se for aprovado e entrar em vigor o "pacote laboral".

Das privatizações, aponta-se justamente o autêntico regabofe dos processos escandalosos de esbulho de bens do Estado e da sua entrega ao grande capital e às transnacionais. É indispensável explicar como uma tal política conduzirá à reconstituição de grandes grupos monopolistas do tempo do fascismo e do domínio de alavancas fundamentais da nossa economia por capitais e interesses estrangeiros.»

«Da instrumentalização da RTP e de outros poderosos meios de comunicação social pelo Governo do PSD de Cavaco Silva, apontam-se justamente as discriminações, falsidades, desinformação, guerra psicológica. É indispensável um persistente e grandioso esforço para levar às massas os esclarecimentos que seja como que antídoto do veneno das colossais campanhas de tais meios de comunicação social.»

«Das posições de seguidismo na política externa em relação ao imperialismo norte-americano, à CEE, à NATO, à UEO, é indispensável explicar os efeitos nefastos de tal política, o que a continuar pode representar de graves limitações à independência e soberania nacionais.»

«Das medidas e declarações demagógicas, é indispensável esclarecer e demonstrar que, em numerosos casos, não é mérito que o Governo procura chamar a si, mas resultado da luta social e em muitos casos da luta do nosso Partido, a cedência tardia a reclamações e reivindicações muito antes frontalmente recusadas».

Falando das próximas eleições legislativas e da oportunidade que abrem para a derrota da direita, o afastamento do PSD do Governo e uma alternativa democrática, AC salientou que «entre as várias condições para tornar possível uma alternativa ou seja uma maioria democrática que apoie institucionalmente a formação de um Governo democrático, serão decisivas e determinantes a força do Partido, o apoio político, social e eleitoral ao PCP e outros democratas que com o PCP travam a batalha. Quanto mais forte vier a ser a representação do PCP na Assembleia da República mais possível se tornará a formação de um governo democrático.»

«O PCP não está em declínio como alguns desejariam e como alguns anunciam, mas lançado na luta com força, com militância, com unidade, com convicção e com confiança. A inauguração do CT da Charneca da Caparica e este comício são exemplo e confirmação desta perspectiva optimista da nossa actividade.»

reuniu mais de 1000 pessoas na Sociedade Recreativa do Bairro da Bela Vista, em Vale Fetal, na Charneca da Caparica, onde usou da palavra Álvaro Cunhal e cuja intervenção condensamos também ao lado.

A encerrar a iniciativa houve espectáculo, que teve uma particularidade: pela primeira vez conseguiu-se juntar vários grupos corais do Concelho (nomeadamente da SFUAP e da Academia Almadense), que actuaram ao lado do Coro da Academia de Música de Lopes-Graça. Actuaram ainda Luísa Basto, vários fadistas populares da Costa da Caparica e uma jovem de Vale Fetal que, com o seu órgão electrónico, levou muita gente a dar um pezinho de dança.



belíssimo Centro de Trabalho traduzem uma firme determinação de luta, a profunda consciência de que vale a pena lutar e a confiança na força e no futuro do Partido».

E mais adiante sublinhou:

«O Centro de Trabalho é não apenas um local para o trabalho político do Partido mas também uma casa aberta a todos aqueles que a ele se dirijam para abordar um problema, para pedir uma informação, para solicitar uma indicação útil ou o apoio do Partido. O Centro de Trabalho passa a ser na Freguesia um novo e importante meio para a ligação do Partido aos trabalhadores, ao povo, às populações. Para defesa dos legítimos interesses, direitos e aspirações. E também para que o Partido possa receber opiniões, sugestões, propostas que contribuam para melhor conhecimento da situação e dos problemas e mais rigorosa definição das orientações, dos objectivos, da acção, das tarefas a realizar».

Depois foi a festa!

Como nos conta em entrevista aqui ao lado um dos responsáveis pelo andamento desta obra, o terreno para o novo Centro de Trabalho foi adquirido há nove anos, tendo a construção do edifício sido concretizada com 90% de trabalho voluntário. A cobertura financeira foi assegurada por donativos, numerosas iniciativas (almoços, piqueniques, festas, sorteios, etc.), oferta de materiais de construção e de mobílias, etc., sendo de realçar que houve participação e ofertas de pessoas que não são do Partido.

Após o acto inaugural e as intervenções proferidas à porta do novo Centro de Trabalho, seguiu-se um almoço-convívio que reuniu 400 pessoas em animada confraternização. Depois foi o comício, às 15.00, que



13 e 14 de Abril

3.º ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE

- Defender o direito à Saúde
- Participar ● Regionalizar ● Intervir

No fim-de-semana de 13 e 14 de Abril decorrerá em Lisboa o 3.º Encontro Nacional de Saúde, iniciativa do PCP cuja actividade preparatória inclui, entre outras acções, reuniões nacionais temáticas, reuniões e encontros regionais e as respostas a um questionário dirigido às organizações. Todo este trabalho torna indispensável — como sublinha o secretariado da Comissão Nacional do PCP para as Questões da Saúde — o empenhamento muito especial dos militantes e organizações do Partido neste sector e o contributo sempre precioso de muitos outros democratas.

O Encontro, a realizar nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, terá início às 10 horas do dia 13, estando previsto o seu encerramento ao fim da manhã do dia 14, com a apresentação das conclusões das secções e a intervenção final.

O 3.º Encontro Nacional de Saúde do PCP, abordará 2 grandes temas:

- A Política de Saúde à luz da nova Lei de Bases;
 - Situação dos cuidados de Saúde e participação das populações.
- O debate decorrerá em 4 mesas:
- **Mesa 1** — Nova Lei de Bases de Saúde e suas implicações / Privatizações / Seguros-doença / Actividade privada / Convenções.
 - **Mesa 2** — As propostas do Partido / O combate à política de direita para a saúde / iniciativas políticas.
 - **Mesa 3** — Situação da prestação dos cuidados de saúde / cuidados primários / cuidados diferenciados / urgências.
 - **Mesa 4** — Participação da população / Regionalização / Formas de intervenção autárquica, sindical e associativa.

Intervenção dos comunistas

A saúde é um direito constitucional cada vez mais limitado pela política desenvolvida pelo Governo/PSD/Cavaco Silva.

As múltiplas medidas atentatórias do direito à saúde, que o actual Governo-PSD tem vindo a aplicar, visam transformar a saúde num privilégio de alguns sectores sociais, e submetê-la às leis do mercado, como se de um bem de consumo se tratasse. Quem tem dinheiro compra saúde, quem não tem fica entregue à evolução natural da doença.

O PCP tem-se assumido, de uma forma inequívoca, como o partido que está mais profundamente empenhado na defesa do direito à saúde das populações e contra a destruição do Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito.

A publicação, em meados do ano passado, da Lei de Bases de Saúde veio mostrar de uma forma indiscutível, que aquilo que o Governo/PSD pretende é destruir o Serviço Nacional de Saúde e o direito à saúde dos cidadãos portugueses.

A última revisão constitucional permitiu ao PSD, com os votos dos deputados do PS, alterar princípios que abriram o caminho para a publicação desta legislação gravosa.

A realização do 3.º Encontro Nacional de Saúde constituirá um inestimável contributo para uma melhor e mais adequada intervenção dos comunistas na defesa deste precioso direito, gravemente ameaçado pela acção política do actual Governo.



Distrito de Setúbal, um exemplo

«PROFUNDO EMPENHAMENTO» NO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO

No momento em que se aproximam as eleições legislativas várias forças políticas promoveram a regionalização como tema para a sua estratégia eleitoral no distrito de Setúbal, quando na prática a têm dificultado e inviabilizado. O PCP reafirma o seu profundo empenhamento no processo de regionalização.

Em contacto com o «Avante!», a Coordenadora Distrital de Autarquias do PCP comenta e recorda:

Como é sabido, o PCP tem apresentado propostas concretas tendentes a fazer evoluir o processo de regionalização, entendendo no entanto que deve haver flexibilidade para defi-

nir as áreas de partida já que a palavra final caberá às populações através da consulta às Assembleias Municipais. Neste momento o fundamental é a frente comum para a regionalização.

O Governo/PSD e outras forças políticas se estivessem verdadeiramente interessadas em que o processo de regionalização avançasse tinham aceite e reforçado a proposta de calendarização apresentada pelo PCP:

- Relatório da Comissão Eventual a apresentar no plenário da AR até 30 de Outubro de 90;
 - Votação da Lei Quadro com consulta imediata às Assembleias Municipais até 15 de Dezembro de 90.
- O PCP requereu ainda ao Presi-

dente da República que usasse os seus poderes de solicitar ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade por omissão de inexistência de regiões administrativas.

É, pois, visível a postura das várias forças políticas sobre a matéria: o PCP apresenta propostas e manifesta total abertura para que se encontrem as melhores soluções, os outros não só não apoiam como inviabilizam todas as iniciativas que vão no sentido de concretizar as regiões administrativas, ao mesmo tempo em que fazem conferências de imprensa onde se afirmam campeões da regionalização.

Estando em execução o PROT ALI (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral) e PROT

AML (Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa) e os PDM's (Planos Directoriais Municipais) em todos os concelhos do distrito o PCP chama a atenção para os graves inconvenientes provocados pelo Governo que demagógica e imponderavelmente vem anunciando medidas casuísticas sem ter em conta estes estudos que se estão a fazer.

O PCP considera que as autarquias e os vários agentes sociais económicos, culturais e políticos devem exigir a sua activa participação nestes importantes instrumentos de planeamento que irão influenciar de forma determinante o futuro da região.

O PCP relembra o seu empenhamento e o grande esforço das autarquias no desenvolvimento da região,

nomeadamente através da execução do PIDS (Plano Integral de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal) que de uma forma equilibrada define uma clara opção de desenvolvimento, participação, sustentado e integrado para o distrito e que tem de ser tido em conta por todos os agentes que participam na discussão e execução destes Planos de Ordenamento.

Os comunistas de Setúbal reafirmam, entretanto, a importância de constituir (tal como no Sul do distrito, onde foi constituída a AML — Associação de Municípios do Litoral Alentejano) a Associação de Municípios da AML (Área Metropolitana de Lisboa) como instrumento de articulação da sua acção e interlocutor do poder central em áreas pré-definidas.



Agricultura alentejana

EM DEFESA DOS AGRICULTORES E DAS COOPERATIVAS

● ponto da situação da agricultura alentejana foi dado recentemente em Évora numa conferência de imprensa convocada por esta Direcção da Organização Regional do Partido (DOREV) e por deputados comunistas, conhecedores profundos da realidade socioeconómica do Alentejo. Das principais questões levadas ao debate informativo com os jornalistas, apresentamos já de seguida um breve apontamento.

Assiste-se, hoje, em todo o Alentejo (como no País) a sérias interrogações sobre as perspectivas futuras que se colocam à agricultura. Pode-se mesmo dizer que a agricultura da nossa região atravessa uma crise de confiança.

Ao longo dos primeiros cinco anos do processo de integração não se produziram na agricultura alentejana as transformações estruturais necessárias ao enfrentar do início da aplicação plena das regras comunitárias com a passagem à 2.ª etapa.

Bem pelo contrário. O processo de paralisação das transformações positivas ocorridas com a Reforma Agrária em virtude da sua destruição não foi acompanhado de quaisquer políticas alternativas que promovessem a modernização e o desenvolvimento da agricultura.

Liquidaram-se unidades que introduziram uma nova dinâmica e uma nova perspectiva no mundo rural da região e que, inclusivamente, induziram um efeito de desenvolvimento mais global.

A única perspectiva alternativa oferecida pelo Governo para a região foi — e é — a reorganização do antigo

sistema fundiário e a defesa dos interesses dos grandes proprietários.

As notícias recentemente vindas a público sobre a venda das terras expropriadas ou nacionalizadas vem confirmar isso mesmo: dizer que a venda será feita preferencialmente aos actuais arrendatários do Estado que explorem o prédio rústico efectivamente **há mais de dez anos**, significa na prática afastar quase todas as cooperativas e pequenos e médios agricultores, porque quase todos eles são arrendatários há menos tempo do que aquele período, significa que o Governo prepara as condições para entregar aos grandes proprietários a pouca área que ainda resta (menos de 50 000 ha) expropriada ou nacionalizada.

A não preparação da agricultura da região para os desafios que se nos colocam fica posta mais em evidência perante as negociações para a 2.ª

etapa do período de transição e, agora, perante as propostas que já se conhecem da Comissão das Comunidades para a Reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

O preço do trigo que já baixou nesta campanha de 49\$70 para 43\$90 vai ver, muito previsivelmente, o seu preço baixar ainda mais face às propostas de reforma do PAC onde se pode ler que «no sector dos cereais os preços poderão descer» (proposta de 1/Fevereiro da Comissão ao Conselho), o que aliás já está a começar a ser concretizado na proposta de preços agrícolas que a Comissão Europeia aponta para 1991-92.

Ainda no âmbito da Reforma da PAC a perspectiva é penalizar-se a grande exploração e favorecer-se a pequena e média exploração e o sector cooperativo.

Ora perante isto tudo exige-se do Governo uma política firme no sentido de reorientar a produção agrícola do

Alentejo, estimulando o reordenamento das culturas designadamente dos cereais, criando incentivos a outras culturas como as oleaginosas, as proteaginosas e a produção pecuária, promovendo o regadio, e aproveitando os perímetros de rega, e acelerando o processo de Alqueva e promovendo a necessária reestruturação fundiária.

Nada disto está feito!

O Governo inclusivamente faltou ao que prometeu na Assembleia da República quando do debate das últimas alterações à Lei da Reforma Agrária em que o ministro da Agricultura afirmou que até ao final de 1990 seria publicada uma «Lei de Bases do Fomento Agrário e das Estruturas Fundiárias».

As perspectivas são, pois, pouco animadoras para os agricultores e os trabalhadores rurais da nossa região que continuam a abandonar o sector e a emigrar.

Mas isto não tem de ser fatalmente assim. Os trabalhadores agrícolas e os agricultores alentejanos já demonstraram ser capazes de se empenhar numa agricultura moderna, competitiva e desenvolvida. Muitas das cooperativas formadas e algumas das explorações agrícolas privadas aí estão para o demonstrar.

E o Alentejo tem recursos que lhe permitem encarar uma perspectiva de desenvolvimento. Projectos de investimento que têm vindo a surgir provam isso mesmo.

Urgem os apoios e os estímulos.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP, por iniciativa dos deputados comunistas da região, apresentou na mesa da Assembleia da República um projecto de lei visando estabelecer um programa de orientação e apoios para a produção arvensa da região; um outro, de âmbito nacional mas com incidência na região de fomento das horto-frutícolas e um terceiro assegurando a participação de todos os interessados na definição da política agrícola.

São eles:

- Programa de Orientação e Fomento de Produção Agrícola Arvensa para o Sul do Ribatejo e Alentejo;
- Programa de Orientação e Fomento das Produções Hortícolas e Frutícolas;
- Projecto de lei que «assegura a participação dos agricultores e trabalhadores rurais na definição da política agrícola».

Os seus objectivos estão definidos noutra peça aqui nesta página. No essencial propõem um quadro de orientações e de incentivos visando apoiar os agricultores e as cooperativas a enfrentar o necessário processo de modernização e reconversão das explorações e, o terceiro, garantir uma participação plural das diversas organizações da lavoura e dos trabalhadores rurais na definição da política, como impõe a Constituição.

São propostas sérias (já somar ao Projecto de Resolução sobre o Alqueva já anteriormente divulgado) que, no caso do distrito de Évora e do Alentejo, prestígiam a região e que confirmam o PCP e os seus deputados como permanentemente preocupados e ligados aos problemas concretos da nossa região e do País, que confirmam o PCP como uma força política com propostas concretas para uma política de governo verdadeiramente alternativa à política de direita.

PROPOSTAS SÉRIAS DO PCP

● Programa de orientação e fomento da produção agrícola arvensa para o sul do Ribatejo e Alentejo

Este programa visa as condições para a necessária reconversão e ordenamento cultural de uma área correspondente a cerca de 1/3 do país, onde se produzem cerca de 70% dos cereais e cuja actividade agrícola tradicional está posta em causa face à plena integração comunitária.

Nesse sentido, o programa propõe que o MAPA deverá incentivar e apoiar a reconversão, adaptação e intensificação dos sistemas culturais que:

- Preservem e melhorem a capacidade agrícola dos solos;
- Promovam a redução dos pouços e a diversificação cultural;
- Estimulem o aumento das culturas regadas e expansão das oleaginosas, proteaginosas, ferrejas, e pastagens semeadas;
- Incrementem a produção e a produtividade cerealífera nomeadamente dos trigos rijos, da cevada para malte e do triticale para além das produções mais tradicionais de outros cereais de praga, do milho e do arroz.

O Programa seleccionará para cada zona as variedades de melhor adaptabilidade às condições da região, mais produtivas e melhor ajustadas às solicitações dos mercados.

O MAP deverá assegurar o apoio técnico necessário, promover acordos de cooperação com organizações de agricultores e de cooperativas, cursos de formação e a realização de trabalho de investigação e experimentação.

O Programa prevê a celebração de **contratos-programa** a estabelecer entre a produção e o Ministério da Agricultura, contratos esses onde se estipulariam modos de fixação e de garantia de preços, exigências de qualidade, duração do contrato, garantia e condições de colocação da produção no mercado.

Os agricultores que adiram ao programa beneficiam de prioridade no apoio técnico e na formação profissio-



nal, no acesso às ajudas financeiras comunitárias e nacionais, máxima bonificação no crédito e nos prémios do seguro agrícola.

● Programa de orientação e fomento das produções hortícolas e frutícolas

Visando melhorar a capacidade competitiva do sector com o objectivo de segurar o mercado interno e viabilizar o aumento das exportações, este programa abrange os hortícolas de massa, os primores, os hortícolas para a indústria, as leguminosas secas, a batata, as frutas frescas e os frutos secos ou de casca rija.

Como uma das acções inovadoras avançamos com a aplicação ao sector da figura dos «contratos-programa» a estabelecer entre a produção, a indústria e o Estado visando estimular e orientar a produção em função das solicitações dos mercados

internos e externos e garantir o seu escoamento com preços garantidos.

Os agricultores que adiram ao programa têm prioridade no acesso ao apoio técnico e formação profissional, no acesso aos apoios financeiros, ao crédito e às bonificações do Seguro Agrícola.

● Projecto de lei que assegura a participação dos agricultores e trabalhadores rurais na definição da política agrícola

O artigo 101.º da CRP assegura aquela participação.

Mas até ao momento, por inexistência de um quadro legal objectivo que defina quem são as organizações representativas o Governo tem limitado a participação na definição da política agrícola e na representação da lavoura nos organismos nacionais e nas delegações portuguesas no exterior, designadamente na CEE, a um *lobby*

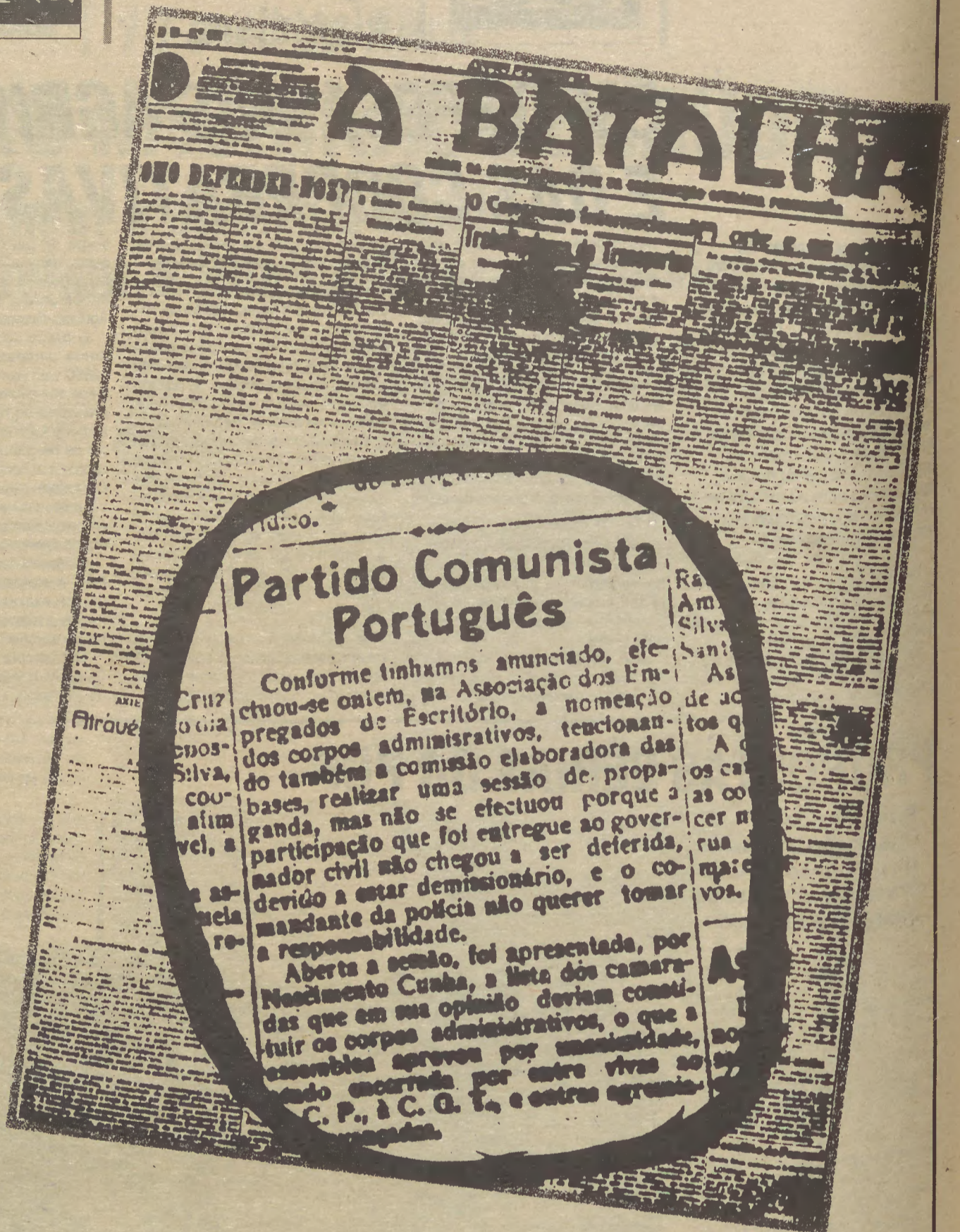
(a CAP) e pouco mais cuja representatividade é hoje mais que discutível.

Nesse sentido, propomos, à semelhança do que se passa noutros países comunitários como a Itália, que todas as estruturas do ramo agrícola de âmbito confederativo constituídas nos termos do código cooperativo e do direito de associação e todas as estruturas sindicais do mesmo âmbito constituídas nos termos da legislação das associações sindicais têm o direito de participar na definição da política agrícola e nas representações da lavoura portuguesa nos órgãos e organismos públicos e nas delegações externas, na elaboração da legislação agrícola e na elaboração dos planos de desenvolvimento agrário e alimentar.

Entre os órgãos abrangidos encontram-se:

- O Conselho Nacional da Agricultura, Pescas e Alimentação;
- Os Conselhos Regionais Agrários;
- Os Conselhos Consultivos para os diferentes sectores da produção;
- As representações portuguesas nas diferentes instituições comunitárias relacionadas com a «Política Agrícola Comum».

70
anos



O jornal «A Batalha» anuncia a constituição do PCP



Prédio n.º 225 da Rua da Madalena. Foi neste primeiro andar que, em 6 de Março de 1921, foi fundado o PCP

Cinema A selecção Exposições

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
B Conto da Primavera	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
C Palombella Rossa	★★★	★★★	★★★	★★★
D Uma Questão de Mulheres	—	★★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Eric Rohmer — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Nanni Moretti — Forum Picoas/1 (22.00) — Lisboa.
- D — Real. Claude Chabrol — Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 24.00) Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

LISBOA

Amélia Toledo - Escultura e pintura. Centro de Arte Moderna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 17/3)

António Bouça - Pintura. Galeria Arte Bruta, Rua do Século, 104-114. De 2ª a 6ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30 (até 15/3)

Avelino Leite - Cerâmica. Galeria da Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 15/3)

Bruno Pelletier Sequeira - Fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2º Dº. De 3ª a 6ª das 18.30 às 22.30 (até 26/3)

Carlos Ricardo - «Reflexos de Veneza», fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146

Colectiva «13+2». Galeria L190, Av. Liberdade, 190, cv Esq. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 2/4)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

Eduardo Salavisa - Desenhos. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro (até 10/3)

Graça Coutinho - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26. De 2ª a 6ª das 15 às 22

Hein Semke - Cerâmicas. Museu Nacional do Azulejo, R. Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

João Hogan - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19

José Pedro Croft - Escultura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 (das 15 às 20) e na Galeria Atlântica, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 92

Luis Soares - Pintura e escultura. Galeria 2062, CC Amoreiras (até 10/3)

Manuel San-Payo - Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 12/3)

Miguel Branco - Pintura. Galeria Alda Cortez, Lg. Santos, 1. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 13/3)

Paulo Quintas - Pintura. Módulo, Calc. dos Mestres, 34. Das 16 às 20

A Revolução de 31 de Janeiro de 1891 - Biblio-iconográfica, comemorativa do 1º centenário. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2ª a 6ª das 9.30 às 19.30, sáb. das 9.30 às 17.30

Rui Lobato - Pintura. Galeria Novo Século, R. do Século, 23. De 3ª a sáb. das 14 às 20

Ruth Tavela de Sousa - Pintura. Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2ª a sáb. das 10 às 23 (até 16/3)

Tapeçaria do Séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Vittorio Graziano - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146

PORTO
Ceccobelli - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125-129. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15.30 às 19.30 (até 4/4)

Jochen Gerz - Fotografia. Galeria Módulo, Av. Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 16/3)

Leonel Moura - «Amália», pintura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125

Rocha Pinto - Pintura. Galeria Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 9/3)

Rocha de Sousa - Pintura. Galeria Quadrado Azul, R. de Costa Cabral, 777. Das 10 às 12 e das 15 às 22 (a partir de amanhã)

OUTRAS LOCALIDADES
Obras Gráficas (colectiva). Até 22/4, Centro Cultural de S. Lourenço, ALMAN-SIL

Tapeçaria Contemporânea (colectiva do Grupo 3-4-5). Até 17/3, Galeria Municipal, AMADORA

Júlio Resende - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE

Rogério Silva - «Homens, Barcos e Redes», fotografia. Galeria de Arte da Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, BARREIRO

Roberto Chichorro (Moçambique) - Pintura. Até 7/3, Galeria Beloleb, Av. Central, 191, BRAGA

Manuel Gamboa - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

Alvaro Lapa - Pintura. Até 25/2, Galeria de Arte, R. José Luís de Andrade, 139, SANTO TIRSO

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

Albertina Sousa - Gravura. Até 28/4, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA

...e ainda

Música, debates, etc.

8 DE MARÇO

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

As comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, são mais do que uma tradição em Portugal: são a prova da luta crescente das mulheres pelo pleno reconhecimento dos seus direitos como parte integrante e indispensável da sociedade e do progresso. A exemplo de anos anteriores, são inúmeras as iniciativas que assinalam em todo o país o 8 de Março, por iniciativa de várias organizações sindicais, do MDM, da UMAP, do PCP, entre outras:

Distrito de Aveiro

8 de Março, na cidade de Aveiro: 17.30h, cordão humano de mulheres ao longo da Av. Dr. Lourenço Peixinho; distribuição de documentos à população. Às 15h, debate sobre os direitos das mulheres no Salão Cultural da Câmara Municipal. Às 21.30h Café Concerto com música popular e poesia no Salão dos Bombeiros Novos. Dia 10, às 10h, desfile da Escola de Samba Mangureira pelas ruas de Ovar; jogos tradicionais na Senhora de Entre-Águas, Válega e às 14h, festa convívio com Ranchos, Escolas de dança e cantares, promovidos pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas; também à tarde, debate/festa em Santa Maria de Lamas, na sede do Sindicato dos Corticeiros.

Distrito de Beja

Dia 9, almoço convívio promovido pela Junta de Freguesia de Ourique; dia 8, a Câmara Municipal de Mértola oferece cravos e um disco da Maria Guinot às funcionárias da autarquia e cravos a todas as mulheres que forem aos paços do concelho; dia 9, em Algodor, actuação do Grupo Coral Feminino de Cuba e em Penilhos actuação do Grupo Coral Camponesas de Castro Verde; em A-dos-Fernandes actuam os grupos Coral Feminino de Cuba e Camponesas de Castro Verde; dia 8, em Castro Verde, almoço convívio; projecção de filmes em Pias, V. Nova e V. Vargo; convívio em Aljustrel; sessões e projecção de filmes pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.

Distrito de Castelo Branco

Dia 8, jantar de convívio promovido por mulheres comunistas e outras democratistas, em Castelo Branco; em Tortosendo, a Junta de Freguesia promove uma distribuição de cravos às mulheres; a União de Sindicatos distribui um documento nas empresas de maior concentração feminina; dia 9, debate-convívio com mulheres no sindicato Têxtil.

Distrito de Évora

Dia 8 abre em Arraiolos uma exposição sobre a Mulher; em Évora realiza-se também no dia 8 um jantar comemorativo na Cantina da Câmara Municipal; em Montemor, além do convívio previsto para a tarde do dia 8 no Ginásio Municipal, realiza-se hoje, quinta-feira, às 21.00, no salão nobre da Câmara Municipal, um colóquio sobre «A Guerra e a Paz»; em Mora está programado para domingo um espectáculo-convívio na Casa da Cultura, com a participação de Luísa Bastos e do Grupo Coral Feminino. No mesmo local ficará patente ao público uma exposição de artesanato.

Distrito da Guarda

Entre as iniciativas previstas (na cidade da Guarda, em Seia e Gouveia), destaque para o almoço de convívio que se realiza no dia 8 em Seia.

Distrito de Leiria

Aqui, o destaque vai para as actividades que decorrerão na Marinha Grande e nomeadamente para o jantar de convívio de âmbito distrital que terá lugar no Sport Operário Marinhense, a encerrar com um espectáculo em que intervém o Grupo Terra Verde.

Distrito de Faro

Na sessão comemorativa a realizar em Faro - no salão da Coopofa dia 8 às 21.30 - intervirão vários artistas para interpretar música popular portuguesa e poesia; em Lagos está a organizar-se para o mesmo dia um jantar-convívio num restaurante local.

Distrito de Portalegre

Movimento sindical, autarquias e MDM cooperam para a organização de um programa comemorativo de que se destaca, esta semana (no dia 8), em Portalegre, um debate sobre o papel da mulher na sociedade. Na próxima semana as comemorações centram-se em empresas onde a maioria dos trabalhadores são mulheres - nomeadamente as Tapeçarias de Portalegre.

Distrito do Porto

Em Matosinhos realiza-se no dia 9 um convívio-debate - na Junta de Freguesia, às 15.00. Tema: «A mulher na vida social de Matosinhos».

No Porto - hoje, no Hotel Tuela - realiza-se um encontro de dirigentes, delegadas sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores que elegerá a Comissão Distrital de Mulheres da USP. Estão programadas outras actividades de âmbito sindical - na Hotelaria, no Vestiário, na Função Pública - e em empresas. O MDM promove no dia 8 uma festa convívio na Cooperativa Gesto, com início às 21.30.

Distrito de Santarém

Dia 8: espectáculo (música, teatro) no teatro Sá da Bandeira, promovido conjuntamente pelo MDM, SPGL, USS e CM de Santarém.

Distrito de Setúbal

Almada: a presidente da CMA envia saudação a todas as mulheres; dia 8, de manhã, distribuição de cravos nos locais de maior afluência de mulheres; de tarde, sessão/convívio dos eleitos com as trabalhadoras da autarquia, em que será homenageada uma trabalhadora aposentada; distribuição de documentos pelo MDM. No Feijó, também dia 8, sessão de esclarecimento no Clube dos Sargentos, com Margarida Feio, organizada pelo Clube com o apoio do MDM.

No Barreiro, distribuição de documentos pelo MDM, com rádio-móvel, na parte da manhã e, às 20h, jantar num restaurante local. Em Grândola as comemorações começam às 10h, com distribuição

de documentos e flores, a cargo do MDM e da CMG; às 16.30h, visita a um lar de idosos e ao Hospital; às 20h, jantar-convívio num restaurante local; e ainda um concurso literário para naturais de Grândola subordinado ao 8 de Março, distribuição do 1º Boletim do MDM local e meia-légua feminina. No Seixal, andarà o Autocarro em Movimento pelos Direitos da Mulher e Pela Paz, cedido pela Câmara ao MDM; das 9.30h às 12h estará no Largo do Mercado da Cruz de Pau e das 14.30h às 17h no Largo do Seixal. A iniciativa conta com animação musical, intervenções sobre a temática feminina, distribuição de flores e documentos, venda do crachat do 8 de Março e recolha de assinaturas «Dou o meu nome pela paz». Num restaurante da Amora tem lugar, às 19.30h, um jantar-convívio, seguido às 21.20h de um espectáculo na S.F.O. Amorense (música popular, dança de salão pelos Alunos de Apolo, dança moderna pelo Grupo Jazz da S.F.O.A. e baile). Ainda na Amora, na Loja Municipal do Centro Comercial, funcionará um Espaço Jovem: a temática feminina na pintura de João Giga e exposição bibliográfica sobre os direitos da mulher (materiais do MDM e da Comissão da Condição Feminina). Em Santiago do Cacém, por seu turno, o dia 8 será assinalado com uma acção em defesa da maternidade local: entrega de documento à Administração do Hospital, petição a dirigir à Assembleia da República e colocação de uma placa junto ao hospital - «Mulheres exigem não encerramento e melhoria da maternidade»; às 15h, colóquio na Câmara Municipal de Santiago.

Também em Sesimbra a jornada começa às 10h, com a distribuição de documentos e recolha de assinaturas pela paz, seguindo-se, às 15h, a inauguração da exposição fotográfica «Rostos e Gestos de Mulheres», no Posto de Turismo, uma iniciativa do MDM com o apoio municipal; às 20h, jantar-convívio num restaurante local.

Em Sines, a manhã será igualmente dedicada à distribuição de documentos, pelo MDM, a que se segue às 14h uma visita a um lar de idosos e, às 19.30h, um jantar no Salão do Povo, com baile. Durante o dia, na Câmara Municipal, passará um programa de rádio sobre o Movimento Feminino em Portugal.

Em Casebres (Alcácer do Sal), haverá festa com bazar e baile e em Palhais e Lavradio (Barreiro), almoços de confraternização.

Em Setúbal, o 8 de Março é comemorado com um jantar-convívio, às 20h, no restaurante «O Quintal» e, dia 9, às 16.30h, uma homenagem a Oceana Zarco - ciclista de Setúbal dos anos 20, um Mulher do nosso tempo, no Museu de Arqueologia e Etnografia da cidade, que conta com uma exposição documental e fotográfica e outras iniciativas. Ainda em Setúbal, mas no dia 10, terá lugar no Parque do Bonfim, às 10h, o 5º Prémio de Atletismo do Dia Internacional da Mulher - Corrida pela Igualdade e a Paz. Na Moita, onde as comemorações estão a decorrer desde o início do mês e se prolongam até ao próximo dia 17, pode ainda assistir-se à disputa da Taça «Dia Internacional da Mulher» (dia 9, às 15h, no Ginásio Atlético Clube); ver a exposição de Tapetes de Arraiolos (dia 10, a partir das 10h, na sede do MDM) e apreciar as demonstrações desportivas que terão lugar no Parque Municipal José Afonso (dia 17, às 15h).

Tempo Fim de Semana



Céu muito nublado, com chuva em todo o território e queda de neve nas terras altas. Vento moderado. Melhoria de tempo para domingo, com céu pouco nublado. Ocorrência de aguaceiros.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Informação teleguiada

A ausência da discussão de ideias continua a caracterizar a actual informação na RTP. Não é uma televisão: é um mar morto.

Quem achasse de sua obrigação trazer o país bem informado levaria um pouco mais longe a avaliação — e não apenas a comunicação — das medidas governamentais. Aos portugueses não basta que, eufórico e angelical, Marques Mendes nos diga o que o governo resolveu ou não. É preciso que tais medidas sejam trocadas por miúdos.

A extinção da Comissão de inquérito às negociatas do Ministério da Saúde, por exemplo. Os cabeças dos grupos parlamentares, todos contrários à medida, de facto apareceram, primeiro em grupo, depois a cara de cada um. Pronto. Ficou-se por aí. As razões profundas do desencontro ficaram na gaveta. Assunto arrumado...

A baixa no preço da gasolina: reparem só. Houve o discurso do Primeiro-Ministro e depois foram apanhar a opinião de um economista. Só que a motivação continha uma expressão política à luz da qual a medida devia entender-se. E discussão foi coisa que não houve...

Este tipo de informação há muito começou a desacreditar-se e esse descrédito aumenta dia após dia, tão evidente é a sua aparência teleguiada. Cada bloco informativo surge aos olhos de muitos telespectadores como um míssil de rara precisão: acertar na casa de cada um de nós!

Debates... ou batotas?

Se as cousas vão assim na informação diária, na outra não vão melhor.

O Partido Socialista aparece como parceiro privilegiado do PSD. Que este proceda assim, que o governo escolha os seus interlocutores — é com ele. Que outros aceitem participar na manobra, arriscam-se a arcar com responsabilidades a que, depois, não poderão eximir-se.

Meu Deus, aquele debate entre Jorge Lacão e Isabel Mota! Um, sem poder de ataque; a outra jogando à toa, utilizando as palavras mais gastas de um arsenal completamente desactualizado.

E a verdade é que se o PS se quer apresentar como alternativa, não nos diz o que pretende fazer de estruturalmente diferente. A ideia que dão é que pretendem ser o outro lado da mesma moeda. Deste modo, os «debates» lá vão aquecendo as suas aspas em banho-maria. Lá vão fazendo ó-ó...

A verdade não se joga apenas entre o governo e a oposição. Querer pôr a oposição de um lado e o governo do outro é contribuir para a tática do PSD de reconquistar a maioria absoluta. O povo português não pode escolher entre A e B porque o alfabeto tem mais letras.

O critério da RTP não passa de mais uma farsa. Uma fraude. Uma batota. Aliviado com a ausência dos seus adversários mais coerentes, o PSD respira fundo...

Em Lisboa, sem se ouvir Lisboa

Caso muito interessante foi o que se passou com a nomeação de Marcelo Rebelo de Sousa para comissário político, perdão!, para comissário da Lisboa, capital cultural da Europa. O governo resolveu como achou melhor e pronto. Tal foi a opinião emitida no telejornal, no mesmo em que Marcelo foi entrevistado.

No fim da emissão, o locutor contou o seguinte:

Tinham convidado Jorge Sampaio e Marcelo Rebelo de Sousa para estarem presentes no telejornal. Sampaio aceitou, mas Marcelo não. A norma seguida em muitas outras situações é receber quem aceitar o convite. Quem não quis, paciência.

Aqui não prevaleceu o critério. Como Marcelo não estava disponível para ir ao telejornal, o telejornal não ficou disponível para receber o Presidente da Câmara de Lisboa.

Pois assim se fazem as cousas... como dizia Gil Vicente.

Outras cousas virão. E piores. Pobre de quem não vir onde estão os seus verdadeiros amigos, os seus verdadeiros aliados. Acabam por levar um trambolhão de todo o tamanho. Cousas bem piores poderão acontecer a quem se ilude com a dádiva de algumas migalhas, caídas da mesa farta, e que mais não fazem do que esconder as armadilhas sinistras.

Sei lá se já não se está a preparar um debate entre Jorge Sampaio e Marcelo Rebelo de Sousa. Uma primeira página, claro. Só com eles...

A realidade e as palavras

A linha Lisboa-Sintra apresenta o mais alto índice de sinistralidade da Europa.

Falou-se do assunto numa edição do telejornal, em reportagem que teve o mérito de nos dar uma ideia das condições em que viajamos passageiros.

Pois, para grande espanto dos telespectadores, veio o responsável da CP atribuir as mais pesadas culpas... aos passageiros, precisamente!

Manuela Batalha, da Comissão dos utentes da linha, pôs os pontos no ii:

— **Tenho a certeza de que se fossem aplicadas as normas de segurança estipuladas, os comboios pura e simplesmente não circulavam...**

Esta é a realidade que a reportagem, aliás, reflectia. O resto são palavras. E se houver novo desastre, sempre quero ver como é...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

No reino das ilegalidades

«**Nem Costa Freire é lobo, nem a dra. Leonor Beleza é cordeiro**» é uma frase que tem sido ouvida em meios ligados à defesa do ex-secretário de Estado da Saúde e que sintetiza o espírito com que foi redigido o pedido de instrução. Segundo a defesa, alguns dos actos ilegais imputados ao ex-secretário de Estado foram cometidos com o conhecimento da ministra, circunstância que, a confirmar-se em tribunal, poderia levar à abertura de um novo processo com Leonor Beleza na qualidade de arguida.

Na acusação produzida no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) da Procuradoria Geral da República, Leonor Beleza é considerada como uma governante crédula, que deu liberdade ao seu secretário de Estado para a prática de actos que vieram a revelar-se ilegais. (...)

Uma das questões arquivadas é a relativa à encomenda, a Tomás Taveira, dos estudos de urbanização para os terrenos dos hospitais Júlio de Matos e Curry Cabral. A acusação apurou que o concurso de selecção seguiu métodos pouco ortodoxos para este género de encomendas e constatou que a verba em causa é superior à normalmente paga por este tipo de trabalhos: 168 mil contos, montante que os investigadores compararam com os 80 mil pagos a Siza Vieira pelo estudo para o Chiado. (...)

«No caso de José Manuel Beleza, o Ministério Público acusa-o de ter cooperado com Costa Freire e mais três arguidos numa burla ao Estado que ascende a cerca de 60 mil contos, no âmbito de campanhas de publicidade aos serviços 115, Hospital S. Francisco Xavier, Centro das Taipas e «Campanha do Médico de Família» (que seria suspensa pelo Ministério). Segundo os autos, Costa Freire terá contactado José Manuel Beleza, em circunstâncias que não chegaram a ser apuradas, no sentido de ambos arquiatarem um plano para se apoderarem de parte das verbas destinadas pelo Ministério da Saúde para as campanhas publicitárias. No entanto, e por razões óbvias, o nome do irmão da então ministra da Saúde não poderia aparecer.

José Manuel Beleza terá então contactado o arguido Agostinho da Silva Cruz (que já antes trabalhara na Geartis, empresa que tinha realizado as campanhas do serviço de segurança social quando Leonor Beleza estava à frente desta Secretaria de Estado), propondo-lhe realizar as referidas campanhas, através de uma empresa exclusivamente constituída para o efeito — a Planimagem. Em troca, José Manuel Beleza exigia uma comissão fixa de 15 por cento.

Mas, além desta comissão, Beleza receberia também uma parte dos 15 por cento de lucro que a Planimagem cobrou ao Ministério pela realização das

campanhas publicitárias, que foram orçadas num total de 113 mil contos. O Ministério Público sustenta, porém, que algumas das campanhas não foram realizadas, tendo-se os arguidos apropriado dos 60 mil contos respectivos. Destes 60 mil contos, José Manuel Beleza é acusado de ter ficado com pelo menos 40 mil.»

(«Expresso», de 2 de Março)

O Ministério de Melancia e a UGT

Carlos Melancia deu a ordem. Depois de tudo ter sido devidamente combinado com o vice-primeiro-ministro de então, Mota Pinto. Não foi mais de mil contos. Mas o caso deu origem a uma investigação na Alta Autoridade Contra a Corrupção, na Polícia Judiciária e na Inspeção-Geral de Finanças. Melancia era ministro do Mar. Agora passa a responsabilidade para o seu secretário de Estado das Pescas, o comandante Faria dos Santos, que já morreu.

O momento era de conflito. O bloco central estava no Governo e o PCP, com a Intersindical, constituíam a mais forte e poderosa oposição. O sector que Melancia ministeriava não fugia à regra: os pescadores faziam greves todas as semanas e nunca se conseguia chegar a acordo com os sindicatos, dominados pelos comunistas.

É então que o Governo decide intervir. Da forma mais rápida e menos transparente. Era preciso controlar a classe. Ou pelo menos quebrar os elos de força da Intersindical. A oposição à central comunista estava na UGT. Por isso, dois sindicalistas de base da central receberam dinheiro do Governo para se infiltrarem e conseguirem adeptos para a sua causa.

Foi tudo feito através do ministério de Melancia. Mas pelas mãos do seu secretário de Estado das Pescas, o comandante Faria dos Santos. Em dois despachos assinados por Faria dos Santos, foram atribuídas verbas da ordem dos 500 contos para a realização de um «estudo das pescas em Portugal», dinheiro pago pelo organismo que no Ministério funcionava como saco azul, a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, e entregue a dois sindicalistas da UGT para as Mútuas dos Pescadores.

Um desses sindicalistas era Carlos Bandeira, nome referido na agenda de António Strecht Monteiro, que «O Independente» publicou a propósito do caso do fax. As referências a Bandeira aparecem sempre com as de Osita Eleutério, uma das secretárias de Mário Soares na Presidência da República.

O caso está agora nas mãos do Ministério Público, ao que

pôde apurar «O Independente». Neste momento, estão a ser ouvidos alguns dos colaboradores próximos de Faria dos Santos e Melancia no Ministério do Mar. O ex-governador de Macau já tinha prestado declarações quando, logo em 1985, o caso foi investigado na Alta Autoridade Contra a Corrupção. Disse que não sabia de nada e que não tinha responsabilidades no assunto.

De facto, os despachos tinham sido assinados por Faria dos Santos, que entretanto morreu e já não pode defender-se. Segundo apurou «O Independente», é possível que Melancia volte a ser envolvido. Porque quem acompanhou o caso pode confirmar que ele resultou de uma decisão política tomada pelos mais altos responsáveis governamentais.

Entretanto, e segundo soubermos, é possível que tenha sido Carlos Pimenta a levantar as primeiras suspeitas. Foi Pimenta quem substituiu Faria dos Santos na Secretaria de Estado das Pescas. Isto apesar de todos reconhecerem no comandante mais competência para o cargo. De facto, o PSD estava mesmo na altura a pensar colocá-lo na Comissão Europeia, em vez de Cardoso e Cunha.

(«O Independente», de 1 de Março)

Sem cobertura

Há vários pontos em que os problemas apontados por advogados, juízes, Ministério Público e queixosos são perfeitamente coincidentes. Um deles é a questão dos cheques sem cobertura que, em 1990, representariam, segundo a Procuradoria Geral da República, 23,5 por cento dos processos entrados. Embora só cerca de metade tenha seguido para julgamento — os restantes foram arquivados por pagamento ou aguardam diligências para conclusão — entretém muita gente que teria melhor aplicação para o seu tempo. Este crime é punível com prisão, não remível a dinheiro, mas, na prática, resulta em obtenção de crédito bonificado. Embora a lei de emissão de cheques sem provisão diga que «o pagamento deve ser feito com base na taxa em vigor para as operações activas de crédito» (que actualmente se situa entre 27 e 30 por cento), o que se passa na realidade é o seguinte: para evitar a prisão, o réu vai pagar «à boca do julgamento», ou seja, passa antes pela secretaria do Tribunal e deposita a quantia devida à taxa de juro legal — 15 por cento, a mesma que vigora nos processos cíveis (indenizações de acidentes de automóveis, dívidas comuns, etc.). Apresenta-se ao juiz com a guia de depósito. O queixoso, que já esteve três ou quatro anos sem o seu rico dinheirinho, vai fazer-se esquisito, recusar o depósito e exigir o juro bancário, para que tudo fique em águas-de-bacalhau outros tantos anos? Não, evidentemente. Cala-se e contenta-se. Na prática, o prevaricador beneficiou à grande.

«O cheque está completamente desacreditado», dizem todos, apontando o mesmo exemplo como solução: nos países onde os bancos são responsáveis pelas dívidas dos seus depositantes, os cheques só são dados aos clientes de confiança. É uma limpeza.

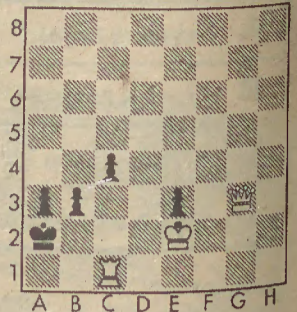
«O cheque está completamente desacreditado», dizem todos, apontando o mesmo exemplo como solução: nos países onde os bancos são responsáveis pelas dívidas dos seus depositantes, os cheques só são dados aos clientes de confiança. É uma limpeza.

(«Tal & Qual», de 1 de Março)

Xadrez

CCXCIV — 7 de Março de 1991
Proposição n.º 294/A
Por: Karel Traxler
Jih. Sport Tyd., 1935

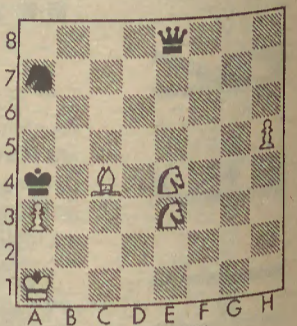
Pr.: [5]: Ps.a3, b3, c4, é3-Ra2
Br.: [3]: Tç1-Dg3-R62



Mate em 3 lances

Proposição n.º 294/B
Por: M. Neumann
Chess Amateur, 1913

Pr.: [3]: Ca7-D68-Ra4
Br.: [6]: Ps.a3, h5-Cs.é3, é4-Bç4-Ra1



Branças jogam e ganham

Soluções do n.º CCXCIV

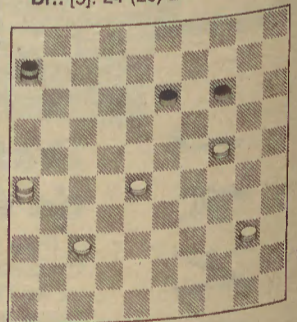
N.º 294/A (K.T.): 1. Th1!, ç3; 2. Dg8++ 1. Rb2; 2. Dé1, a2; 3. Dç1++ 1. b2; 2. Db8, b1/ç3; 3. D: b1/Dg8++
N.º 294/B (M.N.): 1. Bb5+, D: b5; 2. Cç3+, Ra3; 3. C: b5, C:C; 4. h6; Cd6; 5. Cç4 + e.g.

A. de M.M.

Damas

CCXCIV — 7 de Março de 1991
Proposição n.º 294
Por: S. v. s. Meer
— 1947

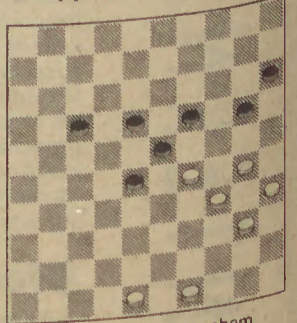
Pr.: [3]: (6)-13-14
Br.: [5]: 24-(26)-28-37-40



Branças jogam e ganham

Golpe n.º 294
Por: Louis Coutelhan
— 1937

Pr.: [7]: 15-17-18-19-20-23-28
Br.: [7]: 29-30-34-35-40-48-49



Branças jogam e ganham

Soluções do n.º CCXCIV

N.º 294 (S. v. d. M.): 1. 26-8, (6x19); 2. 8-2 e 2x5+
Golpe n.º 294 (L. C.): 1. 29-24, (20x29); 2. 30-24, (19x39); 3. 40-34, (ad libitum); 4. 35x11+

A. de M.M.



NO SÃO CARLOS NÃO HÁ UMA PRODUÇÃO NACIONAL DE ÓPERA VAI PARA TRÊS ANOS, ESTANDO O TEATRO TRANSFORMADO NUMA ESPÉCIE DE COVENT GARDEN A PORTUGUESA.

Ter ou não ter uma casa de ópera, portuguesa, em Portugal, é questão que está por detrás da recente greve dos músicos da orquestra do Teatro Nacional de São Carlos em três récitas de *Rinaldo*, uma ópera de G. F. Haendel com celebração encenação de Pier Luigi Pizzi, datada de 1985.

Em causa estão mais do que as reivindicações salariais dos músicos do São Carlos que pretendem determinado tipo de equiparação com os músicos da outra orquestra sinfónica nacional - a da Régie Cooperativa. A greve dos músicos do único teatro de ópera do país e da única orquestra sinfónica pública no activo em Lisboa, insere-se num processo de luta pela sobrevivência da própria companhia.

No São Carlos não há uma produção nacional de ópera vai para três anos, estando o teatro transformado numa espécie de *Covent Garden* à portuguesa, isto é, a administração contrata reportórios e/ou artistas de sucesso reconhecido em

outros países, ficando a participação nacional reduzida muitas vezes à orquestra, com inclusão de um ou outro cantor português, já que até os cenários poderão ser importados.

«Nos países onde existe esse tipo de teatros, como nos Estados Unidos ou em França, há simultaneamente grandes companhias nacionais que produzem inúmeros espectáculos. Não é, manifestamente, o caso português, já que no São Carlos está a única companhia de ópera do país», diz-nos Rosa Ventura, instrumentista e membro da direcção do Sindicato dos Músicos que sublinha: «Quando os trabalhadores do São Carlos estão a lutar, lutam também por um teatro de ópera nacional.»

Esta a razão por no último plenário de trabalhadores do teatro, realizado na semana passada, ter ficado decidido que todas as futuras formas de luta serão adoptadas não só pelos músicos da orquestra mas por todos os sectores da vida do São Carlos: coro,

Companhia Nacional de Bailado (que está associada à companhia de ópera embora tenha igualmente uma programação autónoma) e corpo técnico (cenógrafos, luminotécnicos, etc.).

Problemas comuns

Muitos dos problemas existentes no São Carlos são comuns a todos eles e desembocam na filosofia que tem presidido à administração do teatro nos últimos anos: o funcionamento em regime de *teatro de passagem* ameaça o desmembramento da companhia. «Os cenários vêm feitos, os cantores não cantam, os bailarinos não dançam, tenta-se passar a orquestra para a Cooperativa Régie», diz Rosa Ventura. Todos os sectores do teatro, envolvendo o Sindicato dos Músicos e o dos Trabalhadores dos Espectáculos, têm pois reivindicações em questões de carreiras ou horários de trabalho, por exemplo, mas sobretudo querem assegurar a regularidade do trabalho, a certeza da possibilidade de valorização das suas carreiras artísticas ou técnicas.

A produção do próximo espectáculo do São Carlos, a ópera *Marat*, poderá estar em perigo por eventual greve convocada para os dias do espectáculo ou por outras formas de luta que venham a envolver os que ajudam a preparar o espectáculo mas não têm participação directa nele, como é o caso dos cenógrafos.

O piano do barroco

As greves dos músicos do São Carlos no passado mês de Fevereiro e o impacto que tiveram junto da opinião pública parecem ter servido para um relançamento de um processo de luta já antigo mas que ficara de certa forma suspenso de uma resposta da Secretaria de Estado da Cultura e da recente mudança na administração do teatro.

Uma administração que, pela primeira vez na história do São Carlos, utilizaria como recurso para ultrapassar a situação criada pelo pré-aviso de greve para os dias da exibição de *Rinaldo* a contratação de três músicos, num arranjo onde pontificava uma execução de piano, em ópera que se quer *enraizada* no universo musical do barroco do século XVIII, onde aquele instrumento não está incluído.

O Sindicato dos Músicos diz estar-se perante uma prática ilegal de *lock-out*, acrescentando Rosa Ventura que a administração recorre inclusivamente às ameaças de instauração de processos disciplinares e chegou a dizer que procederá a descontos indevidos, quer aos dias da greve quer aos dias de preparação de *Rinaldo*.

Mas os músicos acusam também a administração do teatro de «fraudulenta amputação» da obra ao exibi-la com apenas três músicos e incluindo um piano na orquestração, independentemente da elevada qualidade dos instrumentistas e cantores que asseguraram esses três espectáculos.

A administração, presidida por Luís Salgado Matos, argumenta que seria impossível adiar as exhibições por compromissos anterior-

mente assumidos pelos cantores, e diz ter sido aquela a única alternativa encontrada «compatível com um espectáculo de alta qualidade».

O contrário quiseram provar os músicos do São Carlos, que acabaram por cancelar o pré-aviso de greve para o último dos programados espectáculos, devolvendo assim aos cantores o clima, a textura, a densidade, o ambiente que as suas vozes naturalmente necessitam e ao público a verdadeira dimensão da ópera *Rinaldo* que só o suporte sonoro da orquestra torna mensurável.

«Inviabilizar um espectáculo é uma decisão séria que foi tomada com toda a ponderação, até porque o espectáculo é para o músico a essência e a razão de ser da sua vida profissional.» Assim se dirigiu ao público, em comunicado, a direcção do Sindicato dos Músicos quando explicava a razão de ser desta greve, lamentando as proporções assumidas por este conflito e dando conta que para trás haviam ficado dezoito meses de negociações com a administração do Teatro Nacional de São Carlos e a Secretaria de Estado da Cultura.

A casa da ópera

Foi em 1975 que se iniciaram os passos necessários à criação de uma casa de ópera, permanente, no São Carlos. Profissionalizou-se o coro, contrataram-se cantores residentes, integrou-se a orquestra, a companhia de bailado e o corpo técnico.

A ideia era criar um corpo estável que desse viabilidade a um projecto de uma companhia nacional de ópera, algo que necessitaria de tempo para uma concretização artística com o nível desejado por responsáveis e artistas, objectivo esse que teve de defrontar as sucessivas indefinições da política cultural de diversos governos com as respectivas e consequentes oscilações orçamentais a prejudicar a vida do São Carlos.

Mesmo assim foi possível criar um núcleo artístico único no nosso país, com suficiente crédito para que a orquestra do São Carlos não fosse integrada, pelo menos de imediato, no processo de solvência das orquestras da RDP e criação da Régie Cooperativa.

Em Junho do ano passado os cerca de oitenta músicos do São Carlos realizam uma greve de quinze minutos de protesto contra os salários ali praticados, cerca de três vezes menos que os pagos aos seus colegas da Régie Sinfonia do Porto.

Tratando-se de orquestras sinfónicas equivalentes, com uma função cultural e condições de trabalho semelhantes, ambas financiadas por organismos públicos (ao contrário do que muitas vezes se pensa em relação à Régie) dizem os músicos do São Carlos não haver razões para tais diferenças salariais. Aliás a diferença maior entre as duas orquestras diz respeito à nacionalidade dos músicos: no São Carlos a quase totalidade dos músicos são portugueses, na Régie são apenas quatro.

Já nessa altura os músicos e a administração, com esta a queixar-se de exiguidade de verbas atribuídas pela tutela governamental para dar resposta às exigências da orquestra e do próprio teatro, aguardavam há três meses a resposta do responsável pela pasta da Cultura, Pedro Santana Lopes, a um docu-

mento elaborado em conjunto, contendo uma proposta de reformulação das condições laborais e dos níveis salariais praticados.

Cortes orçamentais

Assim, há já quase dois anos que administração e músicos do São Carlos chegaram a acordo em relação a estes pontos: base salarial idêntica à dos músicos da Régie e um regime de percentagens por exclusividade, direitos de execução e isenção de horário. Um acordo que os trabalhadores possibilitaram para se ultrapassarem situações como as que hoje se vivem, por exemplo, nos ensaios de espectáculos que têm horas marcadas, sem qualquer flexibilidade, independentemente dos atrasos que muitas vezes se verificam com a vinda de maestros e cantores estrangeiros.

Mas os cortes orçamentais às iniciativas culturais levadas a cabo pelo Governo, e que hoje afectam instituições como a Biblioteca Nacional, inúmeros museus, o Instituto Português do Património Cultural, o Teatro Nacional Dona Maria II, a própria Régie Sinfonia do Porto, etc., etc., vieram afectar também o São Carlos, que no final da temporada passada registava um buraco orçamental de quase 200 mil contos só em despesas correntes, conforme na altura noticiou a imprensa.

Os músicos fecham a temporada com greve a dois concertos e continuam aguardando uma resposta de Santana Lopes.

Entretanto a administração do São Carlos muda, por força da chamada *lei das incompatibilidades*, e Luís Barbosa é substituído em Setembro passado por Salgado Matos que é acusado pelo sindicato de não mostrar compreensão pelos problemas levantados pelos músicos.

Este, por sua vez, diz que com a última greve os sindicatos interromperam «unilateralmente» o processo negocial, acusação que é refutada pelos músicos do teatro que afirmam nunca ter a administração de Salgado Matos concretizado qualquer tipo de negociação desde que tomou posse.

O teatro vai recebendo obras de remodelação para na próxima temporada comemorar dois séculos de existência, ignorando-se a forma que essas comemorações vão tomar.

O futuro imediato parece desembocar na agudização do conflito, enquanto tarda uma resposta convincente da Secretaria de Estado, que a braços com problemas na Régie Sinfonia encara a possibilidade de incluir nesse projecto os músicos da *casa da ópera*, ou seja, segundo Rosa Ventura, «pretende-se passar a orquestra para uma estrutura que não funciona», parecendo que a tutela «não percebe como estas coisas encaixam» sendo ilusório pensar-se ser possível criar uma grande orquestra ou uma companhia de ópera de um dia para o outro, com base em contratações avulsas. «É que uma orquestra é um corpo que demora a crescer»...

De qualquer modo, para os músicos do São Carlos, algo está em primeiro lugar: tocar. Tocar, seja onde for, com um mínimo de condições artística e profissionalmente aceitáveis. ■

Pedro Tadeu

SOMENTE QUATRO MÚSICOS PORTUGUESES FORAM INTEGRADOS NA ORQUESTRA DA RÉGIE FORMADA NO PORTO, QUASE INTEGRALMENTE CONSTITUÍDA POR MÚSICOS ESTRANGEIROS, EM MÉDIA COM SALÁRIOS TRÊS VEZES SUPERIORES AOS DOS MÚSICOS PORTUGUESES.

des financeiras. É que os responsáveis pela gestão da orquestra partiam do princípio que ela teria de se autofinanciar, outro equívoco na génese desta *Régie*.

Sem dinheiro

O Orçamento do Estado atribui verbas muito exiguas para a Régie: o ano passado previa 170 mil contos para toda a temporada; teriam sido necessários, pelo menos, 450 mil. Este ano um orçamento de continuação não melhora as perspectivas de trabalho da *Sinfonia*.

Quanto ao *autofinanciamento*, a verdade é que as diversas empresas públicas participantes da cooperativa não terão dado a contribuição suficiente, mas também não se sabe se era isso que se pretendia: parece que nunca existiu um esclarecimento sobre o assunto entre as diversas entidades e o Governo. Este prometera dinheiro proveniente de outras autarquias e de entidades privadas, o que nunca se verificou.

Dinheiros privados receberam outra entidade entretanto criada: a Nova Filarmonia, uma pequena orquestra, apresentando-se com o estatuto de sinfónica, à partida com dezenas de músicos portugueses, apadrinhada por Maria Barroso, esposa do Presidente da República, que nasce em 1987 sob

a direcção do maestro Alvaro Cas-suto que ao abrigo da então nova Lei do Mecenato mobiliza os apoios suficientes para fazer vingar o projecto, embora haja quem discuta a validade do estatuto de *sinfónica* com que a Nova Filarmonia se apresenta.

A Nova Filarmonia tem percorrido o país dando espectáculos. Ironicamente, no dia 10 de Maio de 1988, quando toma posse a direcção da Cooperativa Régie, o presidente da assembleia-geral, Krus Abecasis (a Câmara Municipal de Lisboa é uma das *cooperantes* deste projecto), afirma em voluntarioso discurso que o objectivo desta Régie é «difundir a cultura musical pelo país e criar um viveiro de músicos» apelando aos membros da direcção «que tenham em conta que Portugal não termina a 50 quilómetros do Atlântico».

Os músicos, a cultura musical e o interior do país continuam à espera que as palavras sejam actos.

A irregularidade de trabalho, o facto de a maioria dos músicos não ter contratos permanentes, fazem com que a Régie não funcione como um bloco coeso, na prática só juntando os músicos para espectáculos específicos.

Como diz Rosa Ventura, «uma orquestra não se faz de um dia para o outro, leva tempo a criar e a mostrar resultados. Esta gente parece não saber isso». ■

PT

Para resistir ao impacte do Mercado Único e da liberalização

Com 123 milhões de contos de dívida, a TAP tem sido vítima da política de sucessivos governos e é hoje uma empresa a necessitar de urgente saneamento financeiro. Qualquer reestruturação terá de passar por esta decisão, a qual, aliás, já foi tomada e anunciada pelo Executivo de Cavaco Silva, mas continua inexplicavelmente protelada no tempo.

João André, da comissão de trabalhadores, Luísa Ramos, membro da direcção do SITAVA, e Alberto Lemos, da célula do PCP da TAP, em entrevista ao «Avante!», analisaram a situação da transportadora aérea nacional, defenderam a sua continuação como empresa nacionalizada e explicaram porquê.

«A actual dívida foi em grande parte construída por imposições dos sucessivos governos, por isso cabe ao Estado sanear financeiramente a empresa», afirma João André que adianta alguns números reveladores. «Na sequência do êxodo das ex-colónias, o Estado obrigou a TAP a considerar a fundo perdido cerca de cinco milhões de contos e praticamente dezasseis milhões de contos de dívida resultam de indemnizações não pagas pelas ligações às ilhas, cujos preços são legislados. Acrescem ainda trinta milhões decorrentes de diferenças cambiais, quer do escudo quer do dólar, do yen, do ECU ou do marco, que a TAP tem de suportar devido a empréstimos efectuados directamente no estrangeiro, por exigência dos governos, nos períodos em que havia carência de divisas no Banco de Portugal».

O exercício comercial tem apresentado sempre resultados positivos, mas a situação complica-se depois com os encargos financeiros, prevendo-se para o ano em curso um prejuízo na ordem dos seis milhões e quatrocentos mil contos.

Má gestão

Para João André, o problema da empresa não reside, desta forma, como muitas vezes se diz, nos elevados gastos com pessoal, já que relativamente às despesas globais da TAP, estes constituem apenas 24,9 por cento, enquanto que nas outras companhias europeias, este índice atinge níveis na ordem dos 30 a 35 por cento.

A questão não se coloca sequer na estrutura, apelidada amiúde de «pesada e ineficaz», mas antes nas administrações incompetentes que ao longo dos anos têm dirigido a empresa.

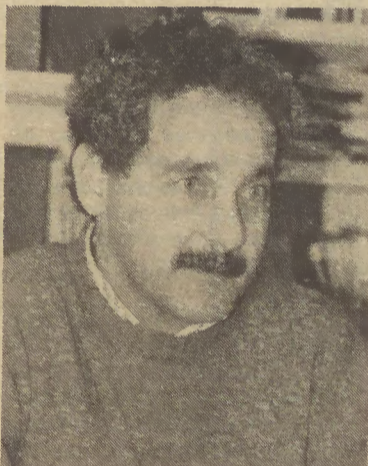
Uma prática que tem caracterizado os vários conselhos de gerência da TAP, desde a nacionalização da empresa, é a abertura de linhas que ao fim de um ano se revelam não serem rentáveis. Luísa Ramos considera estas decisões como «autênticos desvarios, que acabam sempre por ser pagos pelos trabalhadores». Por isso a comissão de trabalhadores entende que qualquer projecto de mudança deve prevenir, antes de mais, as consequências desta má gestão, e garantir a manutenção dos direitos laborais adquiridos.

As mudanças não se fazem declarando guerra aos trabalhadores e os gestores não podem continuar a ser simples «comissários políticos do Poder do Terreiro do Paço», que parece apostado em convencer os trabalhadores e a opinião pública da necessidade e vantagens da privatização, pretensamente a única forma de viabilizar a empresa.

Hoje, porém, já são poucos os que assim pensam. Os trabalhadores aperceberam-se gradualmente de que a privatização implica a retirada de direitos e muitos deles vêm na anunciada lei dos despedimentos o prenúncio claro de que o Acordo de Empresa ficará seriamente ameaçado, no caso da desnacionalização.

Segundo Luísa Ramos, a privatização da TAP não se justifica até porque o impacto previsto da liberalização e do Mercado Único de 1993 só poderá ser sustido se a transportadora se mantiver no sector empresarial do Estado, o

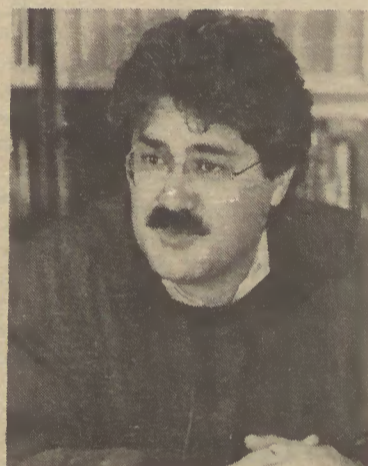
TAP deve permanecer no sector público



Alberto Lemos, da célula do PCP na TAP



Luísa Ramos, membro da direcção do SITAVA



João André, da comissão de trabalhadores da TAP

único suficientemente forte para fazer face à concorrência.

Alberto Lemos acha que está a ser levada a cabo uma campanha contra a TAP, que se baseia em afirmações do tipo que «existem dois mil trabalhadores a mais, e que a estrutura é pouco flexível». Contudo, acrescenta, «não houve ainda nenhum conselho de gerência que provasse qualquer destas acusações».

Em relação à estrutura, Alberto Lemos diz que a TAP sofre há vários anos os efeitos de continuas alterações a nível da chefia, a chamada estrutura primária, e é aqui que reina a grande confusão. Quanto aos trabalhadores em excesso, o facto é que ainda hoje existem mais de mil contratados a prazo, num universo de cerca de onze mil efectivos.

Por outro lado, a empresa precisa de definir uma política de exploração, com estudos de mercado eficazes que fundamentem a abertura ou o encerramento de linhas e escalas, bem como estabelecer orientações precisas sobre a gestão de pessoal. Actualmente, na opinião dos entrevistados, cada director-geral tem uma concepção pessoal da gestão dos recursos humanos e interpreta à sua maneira o próprio Acordo de Empresa.

O projecto de Mudança, proposto pelo conselho de gerência, é caracterizado como tendo um «invólucro atraente para fazer passar toda a carga negativa para os trabalhadores». O objectivo é eliminar direitos laborais e criar condições para a entrega da empresa aos privados. A maioria do pessoal atingiu ou está prestes a atingir o topo das carreiras profissionais, e detém regalias sociais conquistadas na luta que travam ao longo de anos,

situação que não interessa ao capital privado. É nesta sequência que o projecto Mudança declara que é preciso acabar com qualquer tipo de «constrangimento na forma de contratação de pessoal», numa tentativa evidente de revogar o protocolo que assinou com os sindicatos, em Abril de 1990, para pôr termo à subcontratação. A comissão de trabalhadores, por seu turno, exige a definição dos quadros mínimos de pessoal para só então admitir que nas zonas operacionais, em determinados períodos do ano, possa haver outros tipos de contratação. Mas o plano do conselho de gerência vai mais longe, e põe à cabeça o objectivo de retomar e incentivar os programas de rescisão de contratos e de pré-reformas que, como frisou Luísa Ramos, mais não é do que uma «variante encapotada de provocar despedimentos».

Desenvolver a empresa

A comissão de trabalhadores da TAP manifesta-se por um plano ponderado de desenvolvimento da empresa, opondo-se a decisões arbitrárias como a que levou, por exemplo, à abertura das linhas de Los Angeles, que provocou em seis meses um prejuízo de quinhentos mil contos. Relativamente ao estatuto da empresa, aquele órgão representativo considera, nas palavras de João André, que «se a TAP for aberta ao capital privado, apesar de o Governo afirmar que só serão concedidos cinco por cento aos investidores estrangeiros, estes acabarão através de

testas de ferro por controlar mais acções, bastando dezasseis por cento para se conseguir um membro no conselho administrativo. Coloca-se assim uma questão de soberania e de ameaça directa aos interesses da TAP, já que poderão ser postos em perigo mercados importantes, como o do Atlântico Sul, concretamente o Brasil e África, onde até politicamente a presença da TAP, companhia de bandeira, tem importância para o nosso país».

O aparecimento das transportadoras LAR e da Air Atlantis, incentivado com capitais da TAP, foi outro erro que provocou concorrência desnecessária no mercado, com custos elevados para a última, aproximadamente um milhão e quatrocentos mil contos, há quatro anos atrás. Entretanto, foram tomadas medidas para controlar o tráfego, de modo a remeter para essas empresas apenas o movimento *charter* e deixar à TAP os voos regulares. Contudo, João André refere que é necessário mais transparência nas contas, ou seja «que os custos reais sejam debitados à LAR e à Air Atlantis e não à TAP, como aconteceu, transferindo-se assim para o sector público gastos com manutenção, assistência e outros das companhias privadas».

Em grande parte das companhias aéreas europeias, são os Estados respectivos que detêm a maioria do capital, observando-se uma tendência para a concentração de empresas. Foi o caso da Air France que o governo francês financiou para que pudesse adquirir pequenas empresas do sector e acabar com a concorrência, contrariamente ao que se passou em Portugal, em que os governos obrigaram a TAP a financiar pequenos concorrentes. Chegou-se ao ridículo de existirem

dezoito companhias de aviação no nosso país.

Liberalização

Se, numa primeira fase, o levantamento de protecções ao tráfego aéreo, que garantiam percentagens fixas de passageiros às companhias, provocou uma concorrência desenfreada entre as transportadoras, grandes e pequenas, e um abaixamento acentuado nas tarifas, logo depois se começaram a registar grandes prejuízos. Cortaram-se custos de manutenção, diminuindo-se a segurança dos voos, numa tentativa de manter preços concorrenciais. Nesta corrida aos passageiros e à carga, os primeiros a ceder foram os mais fracos que abriram falência e foram absorvidos pelas grandes empresas. Assim, embora pareça paradoxal à primeira vista, o facto é que a liberalização no sector da aviação apresenta tendência para a concentração.

Neste contexto, a TAP só conseguirá vingar desde que disponha de recursos financeiros que lhe assegurem um crescimento estável. Defendendo a continuação do estatuto público, João André recorda a este propósito o sucedido com a British Airways, que recebeu grandes injeções de capitais antes de ser entregue pelo governo de Thatcher aos privados. Neste momento, passado pouco depois da privatização, a empresa encontra-se «numa crise medonha», o que demonstra que o sector privado não veio resolver, mas pelo contrário agravou os problemas existentes. A empresa foi descapitalizada e reduziu-se o auto-investimento. Mesmo as companhias americanas de aviação, todas elas privadas, recorrem em situações de crise às reservas federais.

A guerra do Golfo veio apanhar as companhias de aviação a braços com grandes dificuldades financeiras, essencialmente provocadas pela liberalização do tráfego. A maioria aproveitou a guerra como pretexto para fazer uma sangria de trabalhadores e compensar prejuízos, mendigando recursos aos governos. Reagindo a esta situação, a Associação Europeia das Companhias de Aviação (AEA) mostra já desejo de tomar o pacote aéreo que estipula as tarifas e capacidades, e os acordos bilaterais de protecção de tráfegos, por forma a regulamentar a concorrência. Portanto, não foi preciso muito tempo para tirar as devidas conclusões sobre os efeitos da liberalização, já anteriormente observados nos Estados Unidos.

Odete Santos

A regionalização e a promoção da igualdade

Um dos grandes temas da Política Nacional — a Regionalização — tem vindo a ser sucessiva e insistentemente adiado. Cioso do Poder, o Governo de Cavaco Silva não vê com bons olhos a criação e implantação das Regiões Administrativas, para as quais teria de transferir uma boa parte dos poderes concentrados em estruturas do Poder Central, nomeadamente nas Comissões Coordenadoras Regionais. É assim que se aproxima o final de mais uma legislatura sem que se tenha completado, com a instituição das Regiões, o edifício democrático previsto na Constituição.

A Regionalização tem sido analisada de vários ângulos.

Mas, poucas vezes se tem refletido sobre a mesma, na óptica da luta das Mulheres pela igualdade.

Mas também nesta matéria, convirá repensar a necessidade de Regionalização numa óptica especificamente feminina.

A Regionalização poderá inserir-se nas reivindicações específicas das Mulheres Portuguesas?

Ou, por outras palavras: às Mulheres interessa a Regionalização pelos mesmos motivos que aos Homens, ou terão aquelas razões redobradas para reivindicar a Regionalização do País?

Em 1986, realizou-se em Atenas, por iniciativa do Conselho da Europa, uma Conferência subordinada ao tema «As Mulheres na Vida Local e Regional».

Na conclusão dessa Conferência foi aprovada a Mensagem de Atenas. Dessa Mensagem, e das comunicações apresentadas, parece importante destacar duas tónicas fundamentais:

1 — A descentralização dos poderes nos níveis local e regional é um passo indispensável para as necessárias mudanças de ordem política, económica, social e cultural, indispensáveis à prossecução da igualdade entre Homens e Mulheres.

2 — Os níveis local e regional constituem a 1ª etapa para a plena participação das Mulheres na vida pública e para a concretização da igualdade de oportunidade na vida quotidiana.

Relativamente a este último ponto, parece certo que a participação nas instituições de Governo Local e Regional é, para as Mulheres, uma via privilegiada de acesso à Política Nacional. Especialmente sensíveis às questões relacionadas com a qualidade de vida, a intervenção em órgãos de poder que lhes estão próximos constitui para as Mulheres um pólo de atracção que as pode levar a participar em maior grau nesses Centros de Decisão que são as Regiões e os Municípios. Será depois mais fácil partir daí para o empenhamento na Política Nacional.

Sendo esta uma conclusão lógica, caberá perguntar, ao observarmos os níveis de participação das Mulheres nos órgãos de poder local, por que motivo tal participação se situa em níveis tão baixos.

Sem cuidar das questões que explicam, em grande parte, essa situação (como a falta de infra-estruturas sociais de apoio à família, e a falta de condições para o exercício do mandato, nomeadamente nos órgãos deliberativos) parece não

dever descurar-se o facto de o Poder Central estender constantemente os seus tentáculos sobre as autarquias locais, retirando à Comunidade, quantas vezes, os meios necessários para a resolução dos problemas quotidianos.

Esta tentativa de asfixia do poder local pode gerar, e gera mesmo, na comunidade alguns sentimentos de incapacidade desmotivando a intervenção de Homens e Mulheres, mas sobretudo destas, tanto tempo afastadas da vida política.

Esta constatação não nega, no entanto, a conclusão a que anteriormente chegámos.

De facto, a resolução dos problemas do nosso quotidiano é fortemente motivadora de intervenção na vida política, através da participação, por várias formas, nos níveis local e regional.

A Regionalização responde assim à necessidade de aumentar a participação das Mulheres na vida pública, quer através do exercício de mandatos para que tenham sido eleitas nas autarquias regionais, quer através de uma participação activa no acompanhamento do governo regional, cujos eleitos estarão bem mais próximos das populações, do que o Terreiro do Paço.

E, por outro lado, a criação das Regiões Administrativas, tal como as concebe a Constituição da República, reforçará os poderes das autarquias locais, dinamizando o interesse popular na participação na vida autárquica.

Assim, e quanto a este ponto que vimos analisando, a ausência de Regiões Administrativas contribui negativamente para o quadro da participação da Mulher na Vida Política.

Quanto à outra tónica da Mensagem de Atenas — descentralização/

Numerosas iniciativas

Tal como outra data marcante de uma luta virada para o futuro, o 8 de Março comemora-se não apenas com festa, mas também com luta. E com trabalho. São numerosas as iniciativas comemorativas (ver Agenda) que empenham as mulheres comunistas e as democratas. Numa delas, em Almada, a camarada Odete Santos produziu uma intervenção sobre Regionalização, sob a óptica das mulheres, cujo texto publicamos hoje. Em todos os temas, as mulheres têm uma palavra a dizer. E não apenas a 8 de Março. Comemorá-lo é aproveitar uma data inesquecível, significativa e mobilizadora. Para que o futuro seja a concretização da justiça e da igualdade.

/mudanças de ordem política, económica, social e cultural — ainda é mais flagrante a sua ligação à problemática feminina.

De facto, sem desenvolvimento regional não estará completo o quadro da Democracia, nem se conseguirá atingir a Democracia Plena. E sendo a Democracia inseparável da dignidade da Mulher, a vida da sua emancipação não se rasgará completamente sem esse Desenvolvimento Regional.

Ora, tal desenvolvimento, harmonioso e equilibrado, não será conseguido sem as Regiões Administrativas.

O Poder Central tem comandado, de Lisboa, através dos seus tentáculos, alguns pólos de crescimento, assistindo-se desta forma a agravamentos de desigualdades e de assimetrias.

O quadro de bem-estar está longe de ser a mira de políticas de crescimento, e mesmo quando melhora esse quadro isso surge sempre como um aspecto marginal nos objectivos que o Poder Político Central persegue.

As Regiões Administrativas, com as suas atribuições na área do Planeamento para a Região, na área do desenvolvimento económico e social, do equipamento social e ambiente, da educação e ensino, da saúde, da cultura, do desporto, serão verdadeiro motor do Desenvolvimento Regional.

Se bem que não possam resolver por si só os problemas de emprego, a verdade é que é mais fácil a partir das Regiões, aplicar uma política de emprego baseada na igualdade de oportunidades entre Homem/Mulher.

Se bem que não possam resolver por si só todos os problemas na área da saúde, a verdade é que é mais fácil, a partir das Regiões, contribuir para a resolução dos problemas vivamente sentidos pelas mulheres nesta área, nomeadamente, no que toca aos cuidados primários de saúde.

Se não são as Regiões Administrativas a chave para a resolução dos problemas da Educação e do Ensino, a verdade é que será mais fácil, a partir das Regiões, desenvolver políticas de orientação e formação profissional especificamente dirigidas às Mulheres.

E é também verdade que será mais fácil com as Regiões Administrativas dirigir a criação de infra-estruturas sociais de apoio às famílias, tão necessárias a uma política de igualdade.

As Regiões Administrativas abrem ainda novas possibilidades quanto a uma Política Cultural que, obviamente, não pode esquecer as Mulheres, a quem devem ser concedidos incentivos na área da criação cultural.

Por último, a criação das Regiões Administrativas permitirá o desenvolvimento, a partir dos órgãos de poder regional, de uma política virada para o combate às atitudes sexistas, e uma maior intervenção de Associações de Mulheres, intervenientes na área das atribuições das autarquias regionais.

Assim, é inegável que a Regionalização do País deve inserir-se nas reivindicações femininas, pois como parte integrante da Democracia Portuguesa é também uma peça importante na luta pela igualdade.

As Mulheres Comunistas não podem deixar de salientar que tem sido o PCP a lutar, consequentemente, pela rápida Regionalização do País.

Os obstáculos acabarão por ser resolvidos.

Porque o Caminho da Democracia, sendo embora uma via sinuosa e difícil, desemboca sempre em Alamedas de Luz. ■

Este artigo constitui a base de uma intervenção da camarada Odete Santos numa iniciativa promovida pela DORS, em Almada, de comemoração do 8 de Março.

O Futuro constrói-se!

Há 81 anos que o dia 8 de Março foi proposto como Dia Internacional da Mulher. Memória, tornada símbolo da luta das mulheres pela Igualdade de Direitos: no Trabalho, na Família, na Sociedade. Direitos que desde sempre se entrelaçaram com a defesa da Liberdade, da Democracia, da Paz, tal como se entrelaçam, e confundem, as raízes da exploração e da opressão. Ano após ano, em Portugal e no Mundo, as comemorações do 8 de Março foram traduzindo esta diversidade: realizadas ora em difíceis situações de clandestinidade — como as vividas sob a repressão da Pide, cargas da GNR e também em campos de

concentração nazis — ou em plena legalidade, as mulheres lutaram contra o fascismo, o «apartheid», a guerra, pela liberdade, pela democracia, pela paz, como lutaram por melhores condições de vida, pelo direito ao trabalho e ao voto.

Hoje, como ontem, as mulheres lutam. A Igualdade, o Desenvolvimento, a Paz permanecem objectivos a atingir, dia a dia ameaçados. As mulheres lutam hoje pelo direito ao trabalho e trabalho com direitos — postos em causa pelo «pacote laboral» — contra a precarização do emprego, a flexibilização de horários, a insuficiente formação profissional. As mulheres lutam pelo cumprimento das leis, pelo exercício da plena cidadania na esfera económica, social, política e cultural, pelo direito à Felicidade.

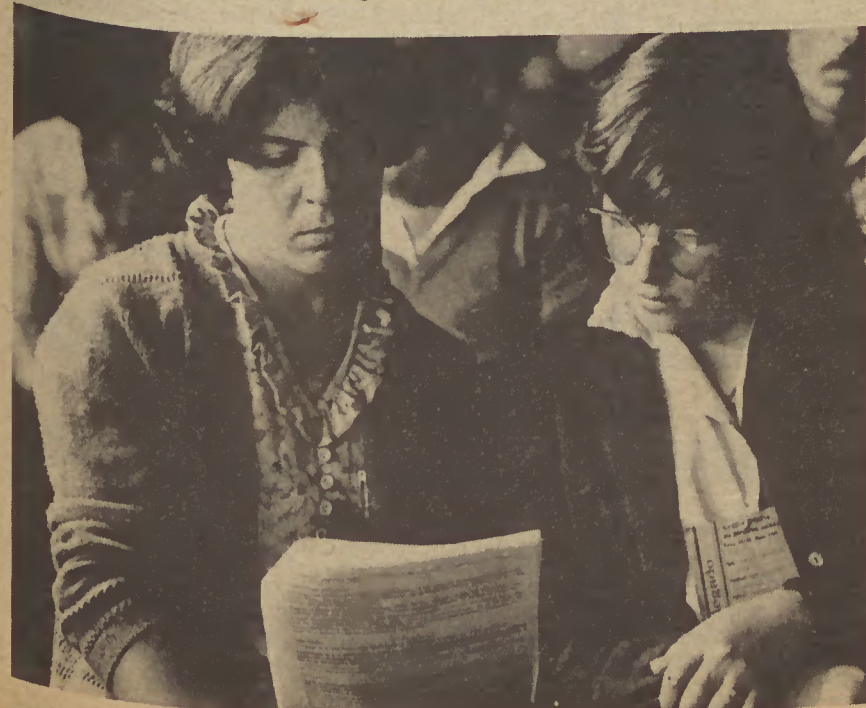
O PCP considera a luta emancipadora das mulheres como factor de aprofundamento da luta geral e da Democracia, e reconhece o exercício da igualdade como condição necessária ao Progresso e Justiça Social, à humanização da sociedade. Assim, muito embora caiba às mulheres — e suas organizações — um papel insubstituível na luta pela concretização da igualdade, os comunistas assumem este princípio como parte integrante da sua luta, do seu projecto de Democracia Avançada para Portugal, no limiar do século XXI.

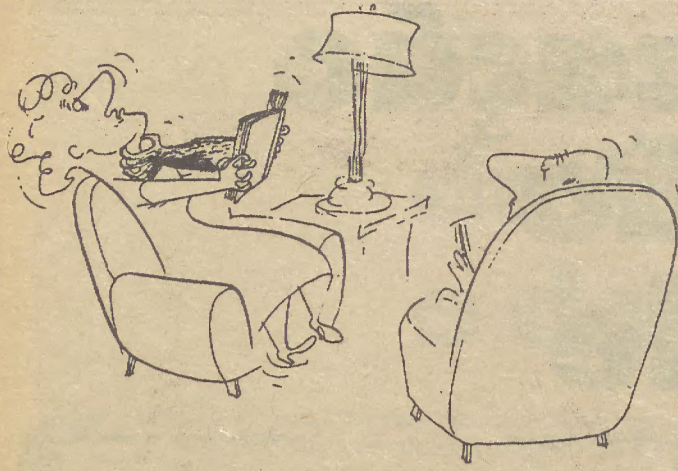
O Futuro não acontece, constrói-se, conquista-se.

É indispensável que as mulheres tomem em suas mãos, decididamente, a defesa dos seus direitos. O Mundo novo que querem, que queremos, exige a participação crescente, empenhada e criativa das mulheres. O PCP saúda as mulheres que, dia a dia, constroem, conquistam o seu/nosso Futuro.

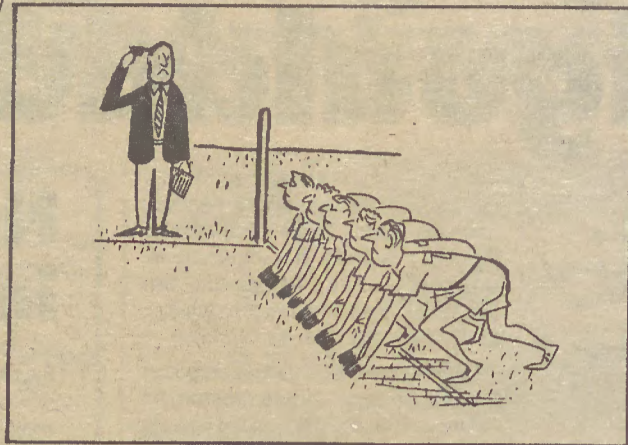
Pela nossa/vossa luta, chegará um dia o tempo...

...em que os dias serão nossos!





Pontos Cardeais



Estão a perceber como é que se faz gestão?

Ministério ou armazém?

No Ministério de Roberto Carneiro a confusão e os

ir embora, é coisa que já não pega). Recentemente, em conferência de imprensa realizada à porta do Ministério, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) comentava com alguma ironia:

A paralisia do Ministério da Educação é total.

Ultrapassou todos os prazos por si próprio previstos para regulamentação do Estatuto da Carreira Docente e no que respeita a matérias estatutárias que não carecem de regulamentação a indefinição e a falta de esclarecimento por parte dos Serviços Centrais e Regionais do ME tem gerado situações de grande confusão e instabilidade.

Todo o discurso publicitário do Senhor Ministro da Educação e da sua equipa sobre a tão apregoada Reforma do Sistema Educativo não tem qualquer correspondência nem na vida real dos estabelecimentos de ensino, nem nos departamentos do ME.

O Ministério da Educação mais parece um enorme armazém fechado para balanço à espera de nova gerência.

atrasos continuam na ordem do dia. Aos ofícios que entram, «responde-se» com silêncio.

As reuniões que as organizações representativas dos professores solicitam, «responde-se» com evasivas e portas fechadas. Aos problemas que se acumulam no ensino, responde-se com inépcia e... ponto final (porque até os discursos dão sedução do ministro, que afinal se quer

armamento, munições e outro equipamento militar sob a capa de ajuda humanitária, a coberto da CICV e da Cruz Vermelha Sul-Africana». Esta posição, que consta de uma carta que José Eduardo dos Santos aos congressistas dos EUA, certamente lhes não deu novidade nenhuma. Mas afirmou claramente que os angolanos não aceitam com facilidade a «educação» alheia, mesmo quando é embulhada em «pão»...

O «novo» planeta

Num atraente suplemento a comemorar o seu aniversário, o «Público» pretende dar aos seus leitores uma leitura diferente do mundo convulsionado e em crise e desvendar algumas direcções em que ele se move. Uma série de colaboradores — a maior parte a afinar pelo mesmo diapasão ideológico — rimam sistematicamente afirmando que, a partir de agora nada será como dantes.

Têm razão. Só a não têm, ou a perdem se a tivessem tido, quando declaram que, face ao desmoronamento do sistema socialista, a lógica das grandes potências desaparece. Que, face ao recuo da URSS, os EUA já não «precisam» de avançar...

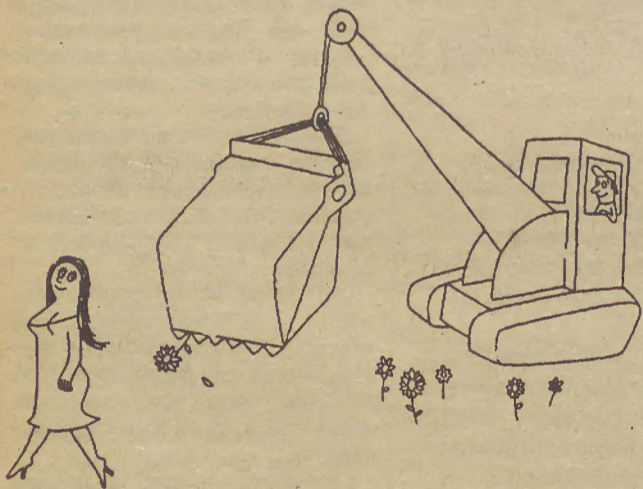
Esta guerra que está a findar — a do Golfo — demonstra precisamente o contrário. Com a via mais livre, os EUA assumem descaradamente o papel de «pólicia» do mundo.

Declaram, pela voz do seu presidente que se desdobra em inúmeras vozes pagas à linha, que os EUA saem deste conflito com a alma lavada da vergonha do Vietname. Agora, sim, é que vão ser elas. Se os deixarem...



Gestão na escola dos patrões

A Associação Industrial Portuguesa, através da Coprai, administra cursos de



O pão e a educação

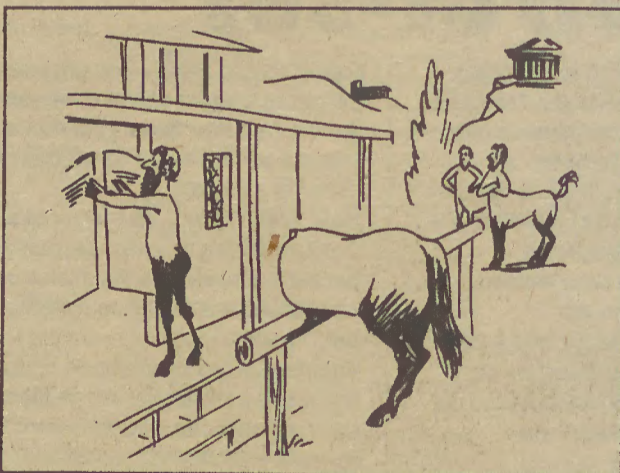
Baseando-se certamente no lema antigo (ou melhor, velho, porque sempre serviu para a dominação dos mais fracos pelos mais fortes), que diz «quem dá o pão dá a educação», os EUA continuam a suspender a ajuda alimentar a Angola, decidida em 21 de Dezembro passado, sem que um naco de pão tenha ido parar à boca dos mais necessitados angolanos.

Primeiro, dizem os congressistas estadunidenses, é preciso que Angola modifique a sua posição. Cujas guerras é a de não permitir «que a Unita, pelo recurso à chantagem e à guerra, pretenda circunscrever o programa à Jamba, para onde infelizmente é canalizado, a partir da África do Sul,

formação profissional a jovens. Não são os primeiros, nem os últimos, nem os únicos, e, naturalmente, é de louvar todo o contributo para melhorar a preparação de quadros para o País. Os problemas surgem quando cada um ensina o que sabe e o que julga ser melhor para os quadros que está a formar.

Em Dezembro do ano passado, ainda na Avenida Duque de Loulé, a Coprai iniciou uma série de cursos que, entre outros, incluem gestão... Logo nessa altura os formandos foram avisados de que haveria problemas no pagamento dos subsídios a que têm direito, mas isso seria apenas no primeiro mês.

Março já entrou, as aulas mudaram para a Rua do Alecrim, e os cerca de cem formandos ainda nem uma vez receberam qualquer subsídio.



— ISSO REFERE-SE A BULGÁRIA, NÃO A LOREN.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Verdadeira razão

Com o petróleo a descer Cavaco mais se anima e lá se resolveu: baixou a gasolina...

Falavam que baixava vinte ou trinta. Ele faz uma finta e deixou todos mudos: uns pobres quatro escudos...

Cavaco Silva não quer ser prudente: o que ele está é a gozar com a gente...

Os amigos são para as ocasiões...

Era apenas zum-zum. Era apenas boato, com certeza. Não foi. Foi um escândalo. Mais um: o Inquérito ao Ministério da Beleza deu o pio. Acabou a comissão...

Porquê? Ora porquê. Porque disseram que não há razão — e quem diz isto é o PSD.

Só ele. Ah, ah, as decisões marotas! Para amigos, mãos rotas...

Todos amigos!

Como vão as relações com a CEE? — Óptimas. Somos como irmãos. Isto é...

Mas entre vós, para já, não há fricções assim? — Que ideia! Não, não há. Isto é...

Há a América, o Japão pode a guerra económica romper? — Isso não, isso não. Seja o que Deus quiser...

Não há então perigos... estamos de parabéns? — Claro. Somos todos amigos ... como cães...

O vira dos vírus

O Professor Cavaco e o Valente de Oliveira (o qual sempre está presente na TV, o que tem a ver com ele não, com ele não, mas com o FEDER e eu sem malévolo intuito acho que fede, e muito...) pois lá foram a Oeiras visitar onde se está a laboratoriar.

Para esta informação ser mais exacta: trabalham lá no vírus da batata.

Então, então foi grande o sururu os dois bailavam um vira de museu: — Ora agora vírus tu... — Ora agora vírus eu...

O vírus da batata, dando fé, diz a quem busca o mistério da peste: — O senhores doutores, por que é que não procuram outros vírus — estes?...

Trabalhadores

Acções confluem para a jornada de 16

Continua marcada para 16 do corrente uma manifestação pública contra o pacote laboral. A concentração tem início às 14 e 30 na Praça do Marquês de Pombal, em Lisboa. Estão previstas manifestações e outras formas de luta para o mesmo dia noutros pontos do País.

Conforme foi decidido pelo plenário nacional da CGTP de 14 de Fevereiro, haverá um desfile até ao Rossio. Os objectivos centrais da manifesta-

ção são o protesto contra o pacote laboral, pela melhoria dos salários, pelas 40 horas semanais como horário de trabalho máximo.

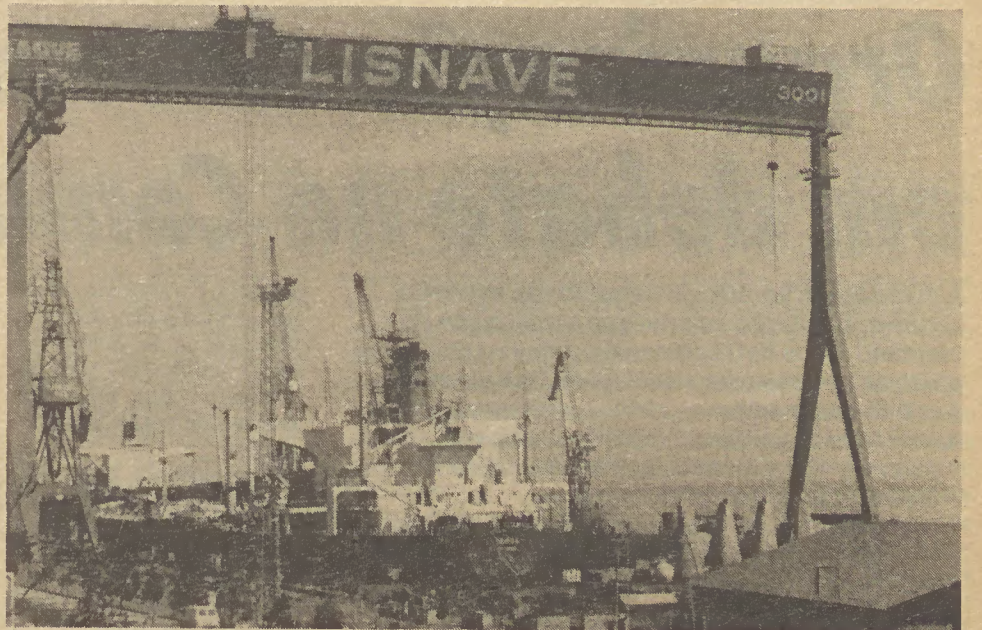
Esta acção pública de protesto tem a adesão das Coordenadoras das Comissões de Trabalhadores de Lisboa e Setúbal.

Está a ser promovida por todo o País uma ampla acção de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo tem ha-

vido movimentações e lutas em vários sectores de actividade, com destaque para a **Função Pública, professores, metalúrgicos, hotelaria, trabalhadores da limpeza**, designadamente em hospitais de Lisboa.

Destaque merecem também as movimentações dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas do Norte e Centro que recentemente enviaram a Lisboa uma delegação a fim de se avistar com o Primeiro-Ministro.



Os metalúrgicos, cujos sindicatos têm conduzido ultimamente várias acções de luta, participam na manifestação de Lisboa marcada para 16 do corrente (foto de arquivo)

O Ministério da Educação parece um armazém fechado — diz a Fenprof

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) ao criticar a actividade do Ministério da Educação refere dois exemplos que a levam a concluir que aquela dependência do Governo «**mais parece hoje um enorme armazém fechado para balanço à espera de nova gerência**». Continua entretanto a movimentação da Fenprof e dos seus sindicatos em vários sectores.

A Federação, que convocou a semana passada uma conferência de imprensa para a porta daquele Ministério em Lisboa, sublinha os aspectos a seguir mencionados, que lhe parecem ilustrar

a paralisia ministerial:

«A ultrapassagem de todos os prazos por si próprios (ME) previstos para a regulamentação da carreira docente, não sendo conhecidos em finais de Fevereiro a quase totalidade dos projectos regulamentadores.

«No que respeita à aplicação das matérias estatutárias que não carecem de regulamentação, a indefinição ou definição tardia e a falta de esclarecimento por parte dos serviços centrais e regionais do ME têm gerado situações de grande confusão que em nada contribuem para uma estável vida das escolas».

Quanto ao ensino superior, a Fenprof ao anunciar um seminário sobre o financiamento do sector sublinhava recentemente a situação insustentável dos respectivos docentes que desde 1 de Julho do ano passado aguardam uma proposta de descongelamento dos escalões.

No entender do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), continua em causa «a dignificação das carreiras do ensino superior».

Nesse sentido foi entregue também recentemente no gabinete do chefe do

Anunciada greve na construção

Os trabalhadores do sector da construção civil e obras públicas realizarão em 15 do corrente uma greve de 24 horas pela redução do horário de trabalho, por melhores salários, contra a imposição do pacote laboral e por melhores condições sociais.

O plenário de sindicatos, que marcou a greve em 26 de Fevereiro, afirma que ela se efectuará se até então o patronato mantiver as suas posições, designadamente no que respeita a tabelas salariais, subsídio de refeição, redução do horário de trabalho e outras reivindicações.

A Federação dos Sindicatos da Construção, Madeiras

e Mármore, organização intermédia da CGTP-IN, acrescenta que o plenário de 26 de Fevereiro decidiu ainda «mobilizar os trabalhadores dos sectores que representa para participarem massivamente na Jornada Nacional de Luta», marcada pela Central para 16 do corrente.

A Federação e o plenário acusam o patronato de, após várias sessões de negociação, continuar a manter posições intransigentes no que respeita à revisão dos CCTV (contratos verticais) tanto na construção civil e obras públicas, como nas madeiras, sector onde já se efectuou uma greve de 24 horas, em 7 de Fevereiro findo.

Guerra no Golfo

CGTP manifesta satisfação pelo fim das hostilidades

A CGTP-IN manifestou sexta-feira passada a sua satisfação pelo fim das hostilidades no Golfo, distribuindo aos órgãos de comunicação social o seguinte comunicado:

«A CGTP-IN, que sempre pugnou por uma solução negociada e pacífica do conflito do Golfo, manifesta a sua satisfação pelo fim das hostilidades, decisão que permite terminar com a situação de morticínio e destruição material e ecológica que nos últimos tempos se tem vivido naquela região.

«A CGTP-IN saúda todas as iniciativas que, embora

tardiamente, permitiram ainda chegar a esta solução, e chama a atenção para a necessidade de um acordo que respeite a soberania e integridade territorial de todos os países da região.

«É agora mais do que nunca actual e urgente o encontro de uma solução global para os problemas do Médio Oriente que permita o estabelecimento de um clima de paz, segurança e confiança recíproca, o que passa necessariamente pela convocatória de uma conferência internacional sob os auspícios da ONU, que permita a resolução da questão

palestiniana, do Líbano e de todos os territórios árabes ocupados.

«O estabelecimento de um novo clima de relações naquela região deverá permitir, por outro lado, o aprofundamento da democracia em todos os países do Golfo, com o reconhecimento dos direitos e liberdades democráticas dos seus povos.

«A ONU deverá empenhar-se igualmente na resolução política de todos os conflitos originados pela ocupação ilegal de territórios, nomeadamente de Timor-Leste e Chipre».



A Indep é uma das empresas a visitar hoje pelo coordenador da CGTP (foto de arquivo: membros da CT à porta das instalações, proibidos de entrar pelos gestores)

Coordenador da CGTP em empresas de Lisboa

O secretário coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, visita hoje as empresas Indep, Lever, Olaio, Robbialac, Centralcer e Ogma. Carvalho da Silva, que visita ainda no mesmo dia a

Câmara Municipal de Loures, terminará a sua deslocação com uma sessão pública em Santa Iria da Azoia, a efectuar na sala da Sociedade 1º de Agosto.

Decorrerão plenários nos

locais de trabalho visitados pelo coordenador da CGTP, que se desloca no âmbito da quinzena de esclarecimento, acção e luta sobre o pacote laboral, os salários e a redução da jornada de trabalho.

Gráficos em Congresso

A Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa efectua o seu 3º Congresso na Foz do Arelho (instalações do Inatel) em 16 e 17 do corrente.

Sob o lema «Dignificação profissional/Melhor futuro», os gráficos e o restante pessoal dos sectores representados pela Federação

iniciam às 14 horas do próximo dia 16 uma ordem de trabalhos que incluirá o debate de vários documentos, entre os quais o relatório de actividades, os estudos e o programa de acção.

Será eleito o conselho nacional.

Nas três sessões do Congresso, com o encerramento previsto para as 15 e 30 de domingo 17, participarão 200 delegados.

Organização do tempo de trabalho em debate na Comunidade

A duração e o horário de trabalho são aspectos centrais da relação salarial que a realização do mercado único de 92 coloca no primeiro plano das políticas económicas e sociais da Comunidade e dos Estados membros - afirmou o eurodeputado Barros Moura, ao intervir na última sessão do Parlamento Europeu no debate sobre o relatório Zeller, «Organização do Tempo de Trabalho».

O relatório subiu a plenário para primeira leitura após a Comissão dos Assuntos Sociais, do Emprego e das Condições de Trabalho ter conseguido a sua aprovação por 14 votos a favor, dois contra e uma abstenção, sem a participação do PPE (Grupo do Partido Popular Europeu) que considerou que o documento adoptava posições «radicais».

De acordo com o relator, Adrien Zeller, «a política do tempo de trabalho entrou numa nova fase que se liga não apenas à evolução económica e tecnológica e à diversificação das aspirações dos trabalhadores, mas também ao aparecimento de novas pressões, nomeadamente o impacte cada vez maior da dimensão europeia e internacional de qualquer decisão». Esta constatação levou a Comissão dos Assuntos Sociais a introduzir diversas alterações à proposta da Comissão de uma directiva relativa a determinados aspectos da organização do tempo de trabalho, que reflectem de algum modo as reivindicações sindicais em torno da redução

do horário de trabalho e a prioridade que a esta matéria foi dada no programa de aplicação da Carta Social Europeia.

Das alterações adoptadas pela Comissão dos Assuntos Sociais destaca-se:

- maior flexibilidade de organização do tempo de trabalho de forma a permitir a conciliação da vida profissional com a vida familiar;

- definição do trabalho nocturno: período mínimo de 4 horas consecutivas entre as 20 e as 9 horas (a Comissão propunha 7h);

- horário de trabalho semanal: a partir de 1.6.1994, passará a vigorar a semana de 35h, sem diminuição de salário;

- período de descanso

semanal: em princípio, o fim-de-semana (existindo a possibilidade de se verificarem várias derrogações para as actividades que envolvam técnicas de produção particulares);

- período de descanso diário: pelo menos 12h consecutivas por cada período de 24h, não compreendendo a duração dos trajectos e os tempos de espera relacionados com o trabalho;

- férias anuais remuneradas: pelo menos 4 semanas, passando a 5 em caso de trabalho nocturno durante uma metade do período de referência de 1 ano;

- no caso de prestação de horas suplementares, o tempo de trabalho não poderá exceder 48h/semana;

- interdição, em princípio, do trabalho nocturno, salvo derrogações específicas no âmbito de uma convenção colectiva de trabalho, bem como da prévia autorização das autoridades competentes em matéria de saúde, segurança e emprego.

Estas as medidas que o PPE considerou excessivas!

Barros Moura, pelo contrário, não só achou que as medidas em debate «chegam com grande atraso», como classificou o relatório da Comissão Social «como um contributo sério e equili-

brado para a definição e garantia a nível comunitário de um conjunto de regras mínimas, sem pôr em causa as competências dos Estados membros (princípio da subsidiaridade) e a autonomia das partes sociais.

Os objectivos centrais

Na sua intervenção, o deputado comunista referiu os objectivos centrais que devem presidir a uma directiva comunitária no domínio da organização do tempo de trabalho. Assim, apontou a necessidade de se evitar que, na busca da competitividade, «as empresas imponham tempos, horários e ritmos de trabalho que agravem a exploração da força de trabalho e desrespeitem a estabilidade da organização da vida pessoal e a dignidade humana dos trabalhadores». Um aspecto tanto mais importante quanto se sabe que, em nome da «flexibilização», se criam condições para a concorrência selvagem que degrada, por si só, as condições de trabalho.

Necessário é também «contribuir para a aproximação de certas regras sobre a duração máxima do trabalho diário e semanal», os tempos de descanso respectivos, as férias, «de modo a que alguns dos avanços alcança-

dos em certos países, sectores de actividade ou profissões não sejam postos em causa e antes sejam generalizados segundo o princípio da igualização no progresso».

Fundamental é consagrar «a intervenção dos sindicatos e dos representantes dos trabalhadores na empresa na negociação e no controlo da aplicação dos horários que possam ou devam ser flexibilizados», no respeito pelos interesses dos trabalhadores e em ligação com a redução do tempo de trabalho.

Não menos importante é garantir o direito «à igualdade entre mulheres e homens no trabalho», nomeadamente no respeitante ao trabalho nocturno, que «não pode ser causa acrescida de discriminação para as mulheres».

Harmonizar no progresso

Barros Moura lembrou também que em Portugal «os sindicatos lutam ainda pela semana de 40h, o que o Governo e o patronato recusam», o que no entanto não deve ser motivo para nos dissociarmos da luta por objectivos mais ambiciosos. O deputado criticou, neste contexto, a atitude dos socialistas, que se opuseram publicamente à proposta do PE sobre a semana de 35h, o que, no caso de Portugal, só pode ter o sentido de apoiar a proposta do Governo que fixa as 44h de trabalho.

Defendendo o princípio de que a harmonização deve fazer-se no progresso e não pela prática de países como a

Inglaterra, onde não há limites mínimos e máximos do horário de trabalho fixados por lei, Barros Moura criticou a proposta de directiva da Comissão, que classificou de minimalista, fazendo notar que nada justifica que fique recuada em relação à legislação, às convenções colectivas ou à prática social da maioria dos Estados membros.

Defendendo, pelo contrário, as propostas da Comissão dos Assuntos Sociais, o deputado evidenciou a necessidade das regras mínimas no sentido do progresso social, dando como exemplo a preocupante iniciativa do Governo português que, sem limites efectivos, liberaliza quase por completo os horários de trabalho sem verdadeira redução. Este é - afirmou - o caminho da «competitividade» assente na destruição das conquistas sociais em toda a Comunidade.

Considerando inaceitável a atitude dos deputados da direita (PPE e conservadores), que recusaram participar na votação para pressionar o Grupo Socialista a abdicar da defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores, Barros Moura deixou claro que os comunistas e seus aliados cooperam «na procura de convergências alargadas que reforcem a posição do Parlamento perante a Comissão e o Conselho», embora recusem qualquer compromisso em que o Grupo Socialista faça cedências fundamentais, «como é a redução do tempo de trabalho, a limitação do trabalho nocturno ou a intervenção sindical».

Desacordo em Bruxelas com Política Agrícola Comum

Os ministros da Agricultura dos Doze, reunidos esta semana em Bruxelas, não chegaram a acordo sobre o pacote de preços proposto pela Comissão Europeia para a nova campanha agrícola. A polémica foi provocada pelas propostas de congelamento e redução de preços em diversos sectores sensíveis, susceptíveis de causar sérios problemas aos países de menor desenvolvimento, como é o caso de Portugal.

O novo pacote de preços para a agricultura justifica-se, segundo a Comissão, pela necessidade de equilibrar o Orçamento comunitário. Acontece porém que o plano apresentado prevê reduções de quotas, ajudas e preços, para além de aumentos nas taxas de co-responsabilidade, sem as necessárias medidas de compensação. Essa foi de resto a crítica feita pelo representante português, o ministro Arlindo Cunha, que rejeitou o pacote afirmando que «na sua actual configuração, este pacote de preços não pode contar com o apoio de Portugal».

A situação não é nova. Enquanto por um lado, na Comunidade, todos falam da necessidade de uma reforma profunda e urgente da PAC (Política Agrícola Comum), por outro lado, as divergências de interesses entre os grandes países produtores e os países menos desenvolvidos do sul da Europa não param de se acentuar.

No caso concreto de Portugal, são bem conhecidas as dificuldades da agricultura, em particular no sector cerealífero, face à sua integra-

ção na PAC. A segunda fase transitória dessa integração, iniciada em Janeiro deste ano, levou mesmo a Comissão a propor medidas excepcionais, entre as quais se conta a restituição a Portugal, durante dois anos, das receitas provenientes dos montantes compensatórios de adesão aplicados às importações de trigo mole provenientes dos outros Estados membros. Essas receitas destinam-se a fazer face às necessidades financeiras da reconversão das culturas e das transformações estruturais a que Portugal terá de proceder para a sua plena integração no espaço agrícola comum.

Uma proposta que, em termos gerais, o eurodeputado Joaquim Miranda classificou de positiva, embora insuficiente, ao intervir sobre o assunto no plenário do PE, em Fevereiro. Segundo aquele deputado, o período de aplicação de dois anos é demasiado curto e, por outro lado, considera indispensável evitar que Portugal seja mais penalizado quanto mais importar, o que acontecerá se se mantiver o limite de importação a partir do qual

os montantes compensatórios deixarão de ser restituídos a Portugal (400 000 toneladas na proposta da Comissão). Tratar-se-á, como fez notar o deputado comunista, «de uma dupla penalização para o país que, para mais, é largamente deficitário nesta produção».

Uma opinião partilhada pelo social-democrata Carvalho Cardoso, que propôs a supressão do limite de importação, já que as importações portuguesas de trigo variam imenso em função das condições climáticas, podendo ser superiores àquele limite se o ano agrícola for mau.

Cabe no entanto salientar, como fez Joaquim Miranda, que a proposta da Comissão, mesmo emendada, não resolve os sérios problemas que se perspectivam para o sector cerealífero português, decorrentes do facto de não terem sido tidos em conta, nas decisões relativas à segunda etapa do período de transição, os efeitos negativos que inevitavelmente decorrerão da reforma da PAC e das negociações do GATT, nomeadamente no que respeita aos preços.

A reunião de Bruxelas vem comprovar esta preocupação e tornar ainda mais premente a necessidade de considerar a revisão das soluções adoptadas, sob pena de se comprometer drasticamente o futuro do sector e dos respectivos produtos portugueses.

Entretanto, também em

Bruxelas, debate-se esta semana a futura abertura do mercado comunitário aos têxteis da Turquia. Uma questão que respeita directamente a Portugal, já que o aprofundamento da cooperação entre a CEE e a Turquia pode vir a provocar efeitos negativos na indústria têxtil portuguesa, se a abertura do mercado àquele país não for acompanhada de medidas cautelares.

Também a Grécia coloca obstáculos ao relançamento da cooperação com a Turquia, tanto por motivos económicos como políticos. Recorde-se que a Turquia continua a ocupar uma parte de Chipre, o que sendo quase tema tabu para a Comunidade não deixa de estar sempre presente em todas as negociações com aquele país.

Segundo informou o ministro dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo, Jacques Poos, que assumiu a presidência do Conselho de Assuntos Gerais, o aprofundamento da cooperação com a Turquia inclui o estabelecimento de uma União Aduaneira até 1995; cooperação económica e industrial; assistência técnica; cooperação financeira (envolvendo a concessão de 50 milhões de ecus, empréstimos especiais de 325 milhões de ecus e de 225 milhões de ecus pelo Banco Europeu de Investimento); e a intensificação das relações políticas entre a CEE e a Turquia.

Problemas na Banca

Numa recente visita a Portugal, o Comissário Leon Brittan manifestou ao Governo português a sua «aprensão» relativamente ao regime de contrapartidas instaurado pelo executivo para a abertura de novos balcões e bancos privados. Quem o afirma é o Comissário Delors, em nome da Comissão, em resposta a uma questão sobre a matéria apresentada pelo deputado Sérgio Ribeiro.

Segundo Delors, o referido regime «prevê o pagamento de uma espécie de «portagem» para a criação de um novo banco e para a abertura de novos balcões de bancos já autorizados a exercer actividades em Portugal». Esta medida é justificada pelo Governo «pela necessidade imperiosa de sanar a situação de determinados bancos nacionalizados», mas a Comissão considera que ela se traduz na «criação de mais uma barreira ao acesso ao mercado e, implicitamente, numa distorção de concorrência em prejuízo das novas unidades que entram no mercado e em benefício das instituições já implantadas».

Apesar de discordar desta medida, a Comissão considera que ela não pode ser tida como contrária ao direito comunitário, pelo menos até 31 de Dezembro de 1992, já que o Tratado de Adesão de 1985 autoriza Portugal a manter a condição de necessidade económica relativamente ao acesso ao mercado bancário até àquela data.

No que se refere às regras de concorrência, a Comissão afirma que, com base nas informações de que dispõe actualmente, considera que o regime em causa é equivalente, no que se refere aos seus efeitos, à concessão de recursos do Estado a determinadas empresas do sector bancário, pelo que tem matéria para apreciar a sua compatibilidade com o mercado comum. O assunto está a ser analisado com as autoridades competentes.

Internacional

Os custos da guerra

Um relatório sobre comércio de armas, da autoria de um grupo de estudo do Congresso americano, divulgado em 1990, dá-nos conta de alguns dados deveras significativos.

Concretamente, o montante global de armas vendidas aos países do Terceiro Mundo passou de 38,4 mil milhões de dólares em 1988 para 29,3 mil milhões de dólares em 1989 (ou seja, a soma mais baixa nos últimos oito anos). De referir que, segundo algumas estimativas, o montante total das vendas de armas atingiria hoje cerca de 50 mil milhões de dólares por ano, 3/4 dos quais se destinam a países em vias de desenvolvimento.

Tudo isto são números de antes da guerra do Golfo.

Hoje, e apesar de declaração de cessar-fogo, o negócio de armas não só averbou lucros imensos como se mantém florescente. Findas as hostilidades no plano militar, a escalada armamentista prossegue. Calcula-se em cerca de 33 milhões de dólares o montante de compras de armamento aos Estados Unidos, neste ano, por parte de países do Médio Oriente. O que além do mais representa, à partida, um perigo para a difícil conquista da paz e da estabilidade na zona.

O maior comprador potencial é a Arábia Saudita, que pretende encomendar 14 mil milhões de dólares de material bélico. Na lista dos compradores estão também os Emiratos Árabes Unidos, o Egipto e a Turquia.

Enquanto o negócio de armas tira os seus dividendos, são os países em vias de desenvolvimento (para além, naturalmente, dos atingidos pela guerra) os mais afectados. Pelo menos 40 países

em vias de desenvolvimento poderão vir a sofrer consequências financeiras da crise do Golfo, equivalentes à de uma catástrofe eleitoral. Uma informação de organizações de beneficência britânicas calculam que esses países perderam mais de um por cento do seu PNB. Entre os afectados contam-se Moçambique, a Etiópia e o Sudão.

Sobrearmamento

Mas mesmo em tempo de paz relativa ou de «conflitos limitados», os custos da guerra são muito pesados para os povos. Estudos das Nações Unidas indicam, por exemplo, que as somas consagradas à pesquisa no sector militar são muito superiores a todos os créditos destinados à pesquisa civil. Em 1985, o montante dos créditos atribuídos à pesquisa militar atingiu 80 mil milhões de dólares, ou seja, cerca de 24% das despesas mundiais de investigação e desenvolvimento.

Segundo as Nações Unidas, os países em vias de desenvolvimento (PVD), representam 20% das despesas militares totais do mundo. De 1974 a 1985, a dívida externa dos países em vias de desenvolvimento aumentou de 580 milhões de dólares, de que mais de 40% (num valor de 250 mil milhões de dólares) foram consagrados a compras de armas.

Os países industrializados consagram hoje em média cerca de 5,4% do seu PNB para fins militares contra 0,3% para apoio aos países em vias de desenvolvimento.

Cada dólar gasto pelos PVD para fins militares reduz de 25 céntimos o montante dos investimentos civis para o desenvolvimento.

Pelo preço de um único carro de assalto, é possível construir escolas com uma capacidade de acolhimento de 30 mil crianças.

Enquanto, nestes países, há um médico por 3700 habitantes, existe, em contrapartida, um soldado por cada 250 habitantes. Os custos de manutenção de um soldado são 300 vezes superiores às despesas de educação por habitante, mil vezes superiores às despesas com a saúde pública e 4000 vezes superiores às despesas com a investigação científica.

Esta é apenas a dimensão socioeconómica do negócio armamentista. A utilização destas armas, mesmo no mais «limitado» dos conflitos, tem

sempre consequências dramáticas.

Ainda segundo as Nações Unidas, o mundo foi teatro, desde 1945, de mais de 150 conflitos, fundamentalmente com recurso às armas convencionais, mas alguns casos também com utilização de armamento químico.

Todas essas guerras se desenvolveram nos países em desenvolvimento e custaram a vida a 20 milhões de pessoas, dos quais 84% eram civis.

Só em 1987, foram mortas 2,2 milhões de pessoas em 22 guerras.

Guerras económicas um decénio de dívidas

O comércio de armas e as guerras regionais são componente também das guerras económicas e da exploração dos povos dos países em vias de desenvolvimento.

No último decénio, a dívida do Terceiro Mundo cresceu bruscamente para atingir em 1989, segundo os dados da ONU, os 1275 mil milhões de dólares.

Um número colossal pouco serviu, no entanto, para o desenvolvimento dos países de-

vedores, comenta a revista «Greenpeace» ao analisar os dados do relatório mundial sobre o desenvolvimento humano, divulgados no final do ano. Diz mais, que o actual mecanismo de endividamento externo apenas permite aos ricos, tanto nos países industrializados como nos países em vias de desenvolvimento, enriquecerem ainda mais à custa dos pobres.

Importâncias avultadas foram canalizadas para projectos gigantescos mas insensatos, tipo centrais eléctricas atómicas, barragens gigantes ou enormes templos, cópias do Vaticano, acusa a revista ecologista.

Tendo em conta que, para além disso, a ajuda é gasta com a aquisição de armamentos, a dívida em vez de instrumento de desenvolvimento transforma-se numa pesada carga para os países que a ela ficam sujeitos.

Existem ainda casos, e a revista cita o exemplo do Zaire, em que os créditos externos são canalizados para as mãos de capitais privados, pertencentes a elites dos PVD's, que os colocam em bancos no estrangeiro, obrigando os seus povos a pagar as dívidas de que não beneficiaram.

Milhões de homens, mulheres e crianças em África, Ásia e América Latina tornam-se assim nas grandes vítimas de situações que os ultrapassam cada vez mais mas cujas consequências recaem sobre eles.

No decorrer da última década, os países devedores foram alvo por várias vezes de «reajustamentos» por parte do Fundo Monetário Internacional, mas que limitaram ainda mais as despesas com a protecção da saúde, educação e outras esferas sociais e o aumento das exportações de matérias-primas.

Esta ordem económica reduziu ao nível zero a política social, obrigando à queda dos preços das matérias-primas devido à sobrecarga dos mercados. Aumentaram, simultaneamente, os juros sobre os montantes emprestados.

Não tendo capacidade para pagar as dívidas, os países subdesenvolvidos contraem novos empréstimos para com eles pagar os juros. Uma parte dos seus orçamentos nacionais destina-se exclusivamente ao serviço da dívida.

A revista ecologista «Greenpeace», ao terminar, classifica os anos oitenta como o período da «crise das dívidas».

Saudação ao PC da Grécia

Por ocasião do 13.º Congresso do Partido Comunista da Grécia, realizado de 19 a 25 de Fevereiro, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas

Transmitimos aos delegados ao 13.º Congresso do Partido Comunista da Grécia, e por seu intermédio a todos os comunistas e à classe operária grega, as calorosas e fraternais saudações do Partido Comunista Português.

O PCG é um partido com honrosas tradições revolucionárias que ao longo de duros e completos combates grangeou grande prestígio e autoridade nacional e no movimento comunista internacional, afirmando-se como força política indispensável à luta dos trabalhadores e do povo da Grécia pela democracia, a soberania nacional, o progresso social, a paz e o socialismo. Formulando os melhores votos de sucesso aos trabalhos do 13.º Congresso queremos confirmar-vos a fraternal amizade e solidariedade dos comunistas portugueses.

Vivemos hoje no mundo sob a realidade e as ameaças terríveis de uma guerra no Golfo cujo amplitude e consequências são incalculáveis. O PCP condenou a invasão do Kuwait pelo Iraque, assim como a escalada militar dos EUA no Médio Oriente ao serviço da sua estratégia hegemónica que conduziu à guerra. O PCP insiste em que é possível e urgente o cessar fogo e a busca de uma solução política negociada o que implica a consideração global dos problemas acumulados na região, incluindo o problema nacional palestino, e reafirma o seu apoio à realização de uma Conferência Internacional visando alcançar uma paz justa e duradoura no Médio Oriente. O PCP continua a apelar aos trabalhadores e ao povo português para dizerem não à guerra, recusarem o envolvimento das forças portuguesas no conflito militar, lutarem por uma solução pacífica.

A guerra do Golfo confirma a natureza desumana, exploradora e agressiva do imperialismo e os seus propósitos de revanche social e domi-

nio mundial. Ela põe em evidência a necessidade da cooperação de todas as forças democráticas, progressistas e amantes da paz e em primeiro lugar, da cooperação dos partidos comunistas que, como a prática o está a mostrar, são os mais consequentes e firmes defensores da paz.

Na vida do nosso Partido foi particularmente importante a realização do XIII Congresso (Extraordinário) em Maio passado, no contexto de uma complexa situação nacional e internacional e sob o fogo de uma ofensiva política e ideológica talvez nunca até hoje ultrapassada em amplitude, intensidade e violência. Examinando as novas realidades e os novos fenómenos e extractando para o aperfeiçoamento e renovação da acção do Partido importantes ensinamentos, o XIII Congresso confirmou a identidade comunista do PCP, a sua natureza de classe, o seu carácter revolucionário, os seus ideais libertadores, a sua ideologia baseada no marxismo-leninismo na sua essência antidogmática e criativo, os seus princípios internacionalistas.

Unido em torno do Programa do Partido «Por uma democracia avançada no limiar do século XXI», aprovado no seu XII Congresso, o PCP está a intervir com dinamismo em todas as grandes questões da vida nacional. O importante sucesso político e eleitoral alcançado pelo PCP nas eleições presidenciais, no seguimento dos resultados positivos anteriormente alcançados nas eleições para o Parlamento Europeu e para os órgãos de poder local, confirmam que — apesar da violenta campanha anticomunista que acompanhou as derrotas sofridas pelo socialismo na Europa do Leste — o PCP conta com a confiança da classe operária e de largos sectores da sociedade portuguesa e que o seu papel é determinante para combater as nefastas consequências da política antipopular do actual governo da direita e alcançar uma alternativa democrática. Conscientes dos problemas a resolver e dos atrasos a vencer celebramos em 6 de Março próximo o 70.º aniversário do PCP com renovada confiança no presente e no futuro do nosso Partido e do nosso ideal comunista.



Delegação do PC da Checoslováquia em Portugal

De 22 a 28 de Fevereiro, visitou Portugal, a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, uma delegação do Partido Comunista da Checoslováquia, dirigida por Pavol Kanis, presidente do PC da Checoslováquia e membro do Presidium do Parlamento Federal da República Federativa Checa e Eslovaca, e por Karel Hajek, presidente do Conselho Económico do PC da Checoslováquia.

A delegação do PCCh, manteve conversações com uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e que incluía Carlos Aboim Inglês, da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Secção Internacional. Álvaro Cunhal expressou a Pavol Kanis os sentimentos de solidariedade dos comunistas portu-

gueses para com o PCCh, na sua luta, em novas e difíceis condições, pelos interesses vitais dos trabalhadores e do povo, pela democracia e pela causa do socialismo.

A delegação do PCCh, realizou encontros com uma delegação da DORS e com uma delegação da C. Concelhia da Amadora do PCP. Visitou as Câmaras Municipais de Palmela e Seixal, onde foi recebido pelos seus presidentes, e diversas obras e instituições autárquicas. Visitou também a empresa Sorefame, onde realizou um encontro com membros das ORTS e do Secretariado da Célula do PCP.

Pavol Kanis esteve na Assembleia da República, onde foi recebido pelo Presidente da Assembleia da República, tendo um encon-

tro com a Direcção do Grupo Parlamentar Comunista e assistindo a parte da sessão parlamentar.

A delegação do PCCh, teve encontros de trabalho com dirigentes do PCP das áreas do movimento sindical, do trabalho camponês, da actividade económica e com a Secção Internacional do CC do PCP.

Pavol Kanis concedeu uma entrevista ao órgão central do PCP «Avante!».

As conversações e encontros realizados permitiram uma ampla informação mútua e útil troca de experiências e opiniões e decorreram em ambiente de fraternidade camaradagem e franqueza. Foi manifestada a vontade comum de desenvolver as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e o PCCh.

Os povos pagam caro

«Tem-se feito pagar caro ao povo iraquiano pelos crimes e os erros do seu ditador. Mas não se pode esquecer as responsabilidades da comunidade internacional nem desculpá-las. Porque o nosso povo foi duas vezes castigado, e em ambas é pesada a responsabilidade da comunidade internacional: ela apoiou e armou Saddam Hussein durante todos os anos em que o seu regime oprimiu o povo. E agora é este mesmo povo que é punido pelos crimes de um ditador que essa comunidade sustentou!»

São palavras de um dirigente comunista iraquiano, Karim Fatri, membro do Bureau Político do Partido Comunista Iraquiano.

Um partido que pertence à Frente de oposição ao regime de Bagdad, que em 27 de Dezembro passado apresentou uma plataforma comum.

Esta Frente conjuga quatro correntes principais: islâmica (tanto sunita como xiita); curda, integrando as suas diferentes componentes; democrática, incluindo os comunistas; e nacionalista, com os baasistas e nasserianos.

A plataforma comum baseia-se em princípios, por todos aceites, de alternância e pluralismo político. Aborda, em particular, problemas particularmente sentidos e que de há muito se arrastam, como: o

problema curdo, a discriminação com base confessional e a ausência de democracia.

Nestes dias em que a revolta lava no Iraque (e em que nem todos estarão de facto empenhados na solução dos problemas — agravados ainda pela guerra — do povo iraquiano), a existência de uma Frente organizada, e com tais objectivos, é um factor que poderá pesar na futura evolução do país e da zona do Golfo.

A outra grande questão que se impõe resolver — o **problema palestino** — ganha hoje uma acuidade muito particular, não só com as redobradas perseguições de que o

povo palestino está a ser vítima, como pelas óbvias manobras no sentido de lhe impor um quadro político de acordo

com interesses imperialistas no Médio Oriente, ignorando uma vez mais as exigências populares.

Uma situação, que a concretizar-se, geraria novos e perigosos focos de tensão na zona.

LOGICA DA GUERRA

Finda a guerra, o balanço das vítimas, dos seus custos humanos, está por fazer. Alguma vez será feito? A lógica das guerras actuais tem levado a um número crescente de vítimas civis — mais de 80% nas «pequenas» guerras que têm lavrado pelo mundo nas últimas décadas. É possível que essa percentagem tenha sido ultrapassada no Golfo, mesmo largamente ultrapassada, dada a tática utilizada de bombardeamentos massivos sobre as cidades e vias de comunicação, e em particular sobre Bagdad. O que sem dúvida significa, que para além de consequências políticas ou balanços militares, a guerra teve (e continuará a ter, pois as suas consequências não se apagam na hora do cessar-fogo) tremendos custos humanos.

Pelo que será importante esboçar hoje um sintético quadro de quem — de Agosto passado a Fevereiro deste ano — promoveu a guerra, quem tentou afirmar vias de solução pacífica.

Lógicas de guerra

• 2/Agosto/1990 — O Iraque invade o Kuwait e Saddam Hussein proclama este país como a 19.ª província iraquiana. Acção condenada por toda a comunidade internacional.

• 3/Agosto — Na sequência de um encontro com o rei Hussein da Jordânia, Saddam Hussein anuncia em comunicado que admite retirar as tropas do Kuwait a partir de dia 5 de Agosto. Nessa altura, alguns dirigentes árabes tentam encetar um processo de mediação para restabelecer a soberania do Kuwait e simultaneamente considerar reivindicações político-económicas do Iraque (acesso ao mar, exploração comum de um campo petrolífero fronteiriço).

• 4/Agosto — O governo norte-americano toma a decisão de enviar milhares de soldados, apoiados por aviões e blindados, para a Arábia Saudita.

• 24/Setembro — Na Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente francês François Mitterrand declara: «Que o Iraque afirme a sua intenção de retirar as suas tropas, liberte os reféns, e tudo será possível». A resposta de Bagdad é o silêncio.

• 30/Outubro — A União Soviética e a França declaram-se favoráveis à convocação de uma Conferência internacional sobre o conjunto dos problemas do Médio Oriente, nomeadamente o problema palestino.

• 1/Novembro — «Não haverá compromisso», é a resposta de Bush. A 8 de Novembro, o presidente dos EUA anuncia nova deslocação de tropas para a Arábia Saudita.

• 11/Novembro — Após múltiplas tentativas

de mediação do presidente argelino, Chadli Bendjedid, um outro dirigente do Maghreb, Hassan II do Marrocos, propõe «uma cimeira árabe extraordinária». Entretanto Washington sublinha que pretende uma retirada incondicional do Iraque e que recusa qualquer ligação entre uma solução do conflito com o Iraque e a solução da questão palestina.

• 29/Novembro — Com a Resolução 678, o Conselho de Segurança fixa ao Iraque um ultimatum que termina a 15 de Janeiro. Renuncia assim a explorar totalmente as consequências do embargo.

• 14/Janeiro/1991 — Na véspera de expirar o prazo do ultimato, a França propõe ao Conselho de Segurança um novo plano de paz incluindo um compromisso do Iraque de retirar do Kuwait, uma garantia de não-agressão e uma conferência internacional. Os Estados Unidos, com o apoio da Grã-Bretanha, rejeitam o plano. Paris recua. Dia 16 a guerra irá eclodir.

• 15/Fevereiro — Pela primeira vez desde o início da guerra, o Iraque aceita, ainda que com um conjunto de condições, a Resolução 660 da ONU, que exige a retirada do Kuwait.

• 22/Fevereiro — Tarek Aziz anuncia em Moscovo que o Iraque aceita um plano de paz soviético, em oito pontos, que aponta para uma retirada incondicional do Kuwait em 21 dias. Bush recusa, em nome das forças aliadas, e lança um novo ultimatum a Saddam Hussein, dando-lhe 24 horas para o início da retirada.

• 23/Fevereiro — Mikhail Gorbachov afirma ser ainda possível alcançar um cessar-fogo, aproximando mais o plano soviético das exigências da coligação. Pede a Bush um prazo de 24 a 48 horas para uma decisão do Iraque.

• 24/Fevereiro — A ofensiva terrestre é desencadeada.

• 25/Fevereiro — A URSS apresenta novo plano de paz. O Iraque anuncia a sua retirada do Kuwait. A guerra está a chegar ao fim.



«Iniciativa Europeia de Paz» defende cooperação e democracia

A grande questão que neste momento se coloca é criar, em toda a região do Médio Oriente, condições para que outra guerra não seja aqui possível. O que necessariamente passa pela solução dos mais candentes problemas, em particular o palestino. E pela abertura de caminhos de democracia e desenvolvimento económico.

Das potencialidades que há ou não hoje para avançar neste caminho, é difícil de ajuizar, tanto mais quanto são muito sérios os obstáculos — os mais antigos e os que a própria guerra gerou. Como pano de fundo, jogos de poder que nada têm a ver com os interesses dos povos.

Não é difícil discernir, entretanto, de quais as vias a trilhar para superar problemas e criar um quadro mais humano na zona do Golfo.

A 13 de Fevereiro, em

Bruxelas, a conferência «Iniciativa Europeia da Paz» — que reuniu 50 parlamentares europeus e representantes de 80 movimentos pacifistas da Europa (CEE, Finlândia, Suécia, Suíça e Jugoslávia) — aprovou um documento intitulado «Apelo aos cidadãos europeus» que, apesar de elaborado ainda em condições de guerra, mantém toda a sua actualidade, nomeadamente pelas ideias que avança para o pós-guerra.

Pela sua oportunidade,

aqui transcrevemos partes deste documento.

Objectivos a curto e médio prazo

A «abertura de negociações de paz para resolver os conflitos da região, que deverá incluir uma conferência internacional para resolver o problema palestino, assim como os problemas curdo, cipriota e libanês, e alcançar uma paz durável entre Israel e os países árabes» — é apontado, no Apelo, como um objectivo a curto prazo, tal como «uma ajuda humanitária imediata em favor das vítimas da guerra».

O Apelo aponta como **objectivos a médio e longo prazo:**

«1) A abertura de um processo de reconciliação entre os povos do Golfo e do Médio Oriente, atingidos por numerosos conflitos.

«2) Apoio ao processo de afirmação da democracia e dos direitos humanos, democráticos e nacionais em todos os Estados da região e por todos os povos, incluindo os que não dispõem do seu próprio Estado nacional.

«3) Concretização de um programa sistemático de desarmamento na região, a começar por todas as armas de destruição massiva que, tal como a utilização da arma ecológica, deveriam ser consideradas ilegais no plano internacional, assim como a suspensão de todas as exportações de armas para a região.

«4) Uma mais justa distribuição dos recursos petrolíferos e uma economia menos dependente do petróleo nos países industrializados.

«5) Reabertura do diálogo e de uma mais estreita cooperação dos povos e países europeus com os povos e os Estados do Médio Oriente e do Golfo, eventualmente no quadro de uma conferência mediterrânica pela segurança e a cooperação.

«6) Reforma, democratização e reforço da independência das Nações Unidas.

«A Conferência declara que os conflitos políticos, tanto na Europa como fora da Europa, devem ser resolvidos através de negociações pacíficas e condena em particular o recurso ao terrorismo e à violência como arma política».

«Não foi feito ainda nenhum estudo sistemático sobre a História do PCP (...), nem sequer a data em que se verificaram muitos factos importantes da vida do Partido, como por exemplo a da sua fundação, se encontra estabelecida de modo satisfatório (...). Mesmo assim, na passagem do 40.º aniversário do nosso Partido, não quer a Redacção do «Avante!» deixar de dar aos seus leitores uma ideia dos factos principais da vida do nosso Partido.

Fundação do PCP - O Partido Comunista surge em Portugal como resultado de três factores essenciais: desenvolvimento do movimento operário e extraordinário ímpeto das lutas operárias sobretudo a partir do derrubamento da monarquia em 1910; inexistência de um partido político da classe operária e incapacidade dos grupos anarquistas que dominavam o movimento operário; repercussão em Portugal da grande Revolução de Outubro que derruba o capitalismo na Rússia e que suscita na classe operária portuguesa uma onda de entusiasmo e apoio.

Foi, pois, neste ambiente, mas no meio de uma grande confusão ideológica, visto que o marxismo-leninismo era ainda praticamente desconhecido em Portugal, que o nosso Partido foi fundado.

Eis alguns dos factos mais salientes da vida no Partido nesse período:

1921 - 20 de Fevereiro - Reunião de vários elementos socialistas que aprovam na generalidade as bases orgânicas do Partido.

Março - Assembleia dos fundadores do PCP, realizada na sede da Associação dos Empregados de Escritório, Rua da Madalena, 225, 1.º, Lisboa, em que se aprovam definitivamente as bases orgânicas e o programa do Partido Comunista Português.

[Nesse ano] o Partido estabelece a sua sede no nº 30 da Rua do Arco Marquês de Alegrete. Funda-se a Juventude Comunista, como resultado da cisão da Juventude Sindicalista. O Partido começa a publicar o jornal «Comunista» e a Juventude Comunista o seu órgão «Jovem Comunista».

1922 - Realiza-se o 1.º Congresso do PCP. A influência anarco-sindicalista que domina completamente a CGT começa a diminuir.

1924 - O Partido promove a 4.ª de Março uma Conferência, com o fim de reactivar a vida do Partido, pondo aí, como questão central, a aplicação prática de todas as tarefas gerais aprovadas pelo IV Congresso da Internacional Comunista (IC) e em particular as que se haviam acordado para a Secção Portuguesa da Internacional Comunista (SPIC). Os resultados desta conferência são praticamente nulos.

1925 - O «Comunista» publica um artigo no qual o Partido reafirma a sua orientação antiterrorista. O Partido concorre às eleições para deputados, em aliança com a Esquerda Democrática do Dr. José Domingues dos Santos.

1926 - Realiza-se o 2.º Congresso do PCP, de 26 a 28 de Maio, congresso que, contudo, não consegue reactivar o Partido como se impunha.

O estabelecimento da ditadura fascista restringe ainda mais a actividade do Partido.

1927 - Eclósão em 7 de Fevereiro de um movimento militar fracassado contra a ditadura. Bento Gonçalves com uma delegação de operários do Arsenal da Marinha e outros operários sem partido, vão a Moscovo para conhecer a União Soviética. Em 1928 Bento Gonçalves funda o Partido e ingressa na célula do Arsenal.

1929 - Em Abril reuniu-se uma Conferência Nacional do PCP, na qual se decide reorganizar o Partido dando-lhe uma feição autenticamente leninista.

A tarefa que então se punha era a de criar um Partido Comunista de tipo leninista nas difíceis condições de clandestinidade. Mas Bento Gonçalves (eleito na Conferência de Abril Secretário-Geral do Partido) e os seus companheiros lançam-se audaciosamente à realização dessa tarefa, estudando e difundindo o marxismo-leninismo, (...) recrutando e preparando quadros capazes de forjarem um partido leninista. Alvaro Cunhal, José Gregório, Júlio Fogaça, Manuel Rodrigues da Silva, Alfredo Caldeira e Alberto Araújo foram, entre outros, recrutados e promovidos à direcção do Partido nesse período. (...)

«40 anos de vida do PCP», «Avante!», VI Série, Nº 298, Março de 1961)